



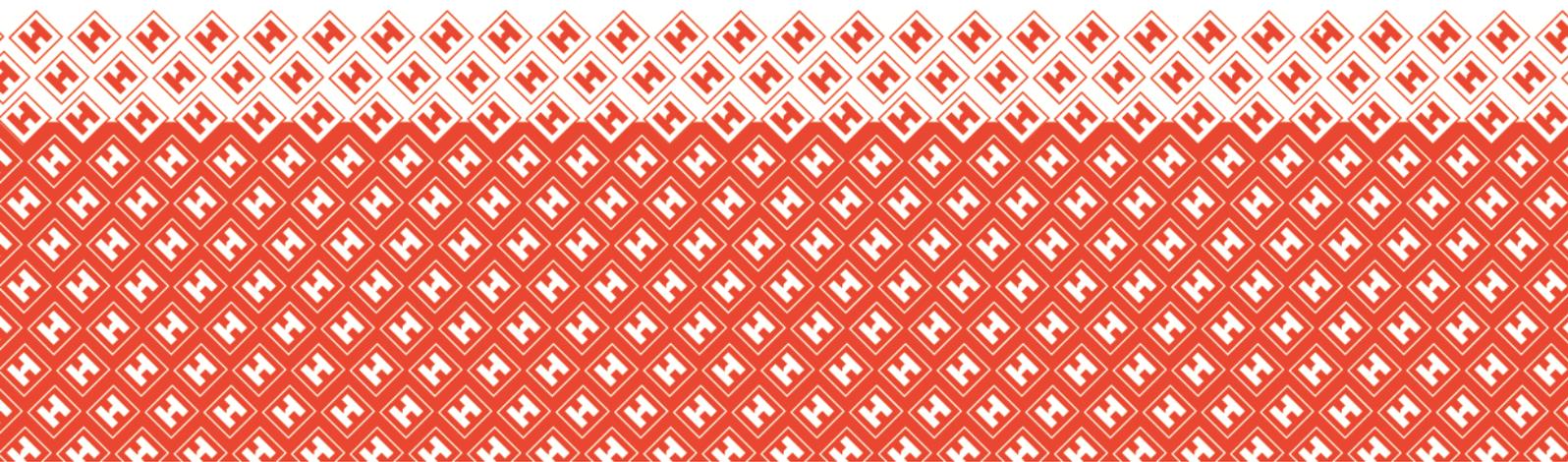
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

André Luiz Garrido Barbosa

**Patrimônio histórico e ensino da história local
em Cabo Frio: um roteiro histórico escolar**

UNIRIO 2019



André Luiz Garrido Barbosa

Patrimônio histórico e ensino da história local em Cabo Frio: um roteiro
histórico escolar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Bianchi Aguiar

Rio de Janeiro

2019

André Luiz Garrido Barbosa

Patrimônio histórico e ensino da história local em Cabo Frio: um roteiro
histórico escolar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em ensino da História da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Leila Bianchi Aguiar – UNIRIO - Orientadora

Profa. Dra. Anita Correia Lima de Almeida – UNIRIO

Profa. Dra. Amanda Danelli Costa - UERJ

Barbosa, André Luiz Garrido

B238

Patrimônio histórico e ensino da história local em Cabo Frio: um roteiro histórico escolar / André Luiz Garrido Barbosa. -- Rio de Janeiro, 2019.

126 f.

Orientadora: Leila Bianchi Aguiar.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2019.

1. Patrimônio Cultural. 2. Ensino da História. 3. História local. 4. Forte São Mateus e Convento Nossa Senhora dos Anjos, Cabo Frio (RJ). I. Aguiar, Leila Bianchi, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Ofereço este trabalho a minha esposa Sandra, ao meu filho Tácio e a todos aqueles que me apoiaram na realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelo apoio, críticas, sugestões, paciência e compreensão da minha orientadora a professora Leila Bianchi Aguiar, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

A banca examinadora, que também participou do Exame de Qualificação, e ajudou no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a todos os professores do ProfHistória pelas suas valiosas contribuições, quer na pesquisa em si, quer em meu desenvolvimento enquanto pesquisador.

Pelo apoio e amizade dos companheiros de curso do ProfHistória durante o tempo que passamos juntos na Universidade.

Agradeço a direção e coordenação do Colégio Franciscano Sagrado Coração por permitirem a aplicação do produto desenvolvido ao longo da dissertação no ambiente escolar.

Ao meu amigo o professor Gesseldo que fez uma leitura cuidadosa da primeira versão deste trabalho e contribuiu com suas sugestões para o aprimoramento do mesmo.

Agradeço aos meus queridos alunos da turma do 2º ano do ensino médio do Colégio Franciscano Sagrado Coração de Jesus que abraçaram entusiasticamente a aplicação do produto no seu cotidiano escolar e por todo empenho deles na execução das oficinas propostas.

Agradeço à minha esposa Sandra e ao meu filho Tácio por seu incalculável valor em minha vida pessoal e estímulo a buscar sempre meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Agradeço aos meus familiares e amigos que precisaram tolerar as minhas ausências, mas sempre me estimularam nos momentos difíceis e nebulosos.

Finalmente, agradeço a Deus pela minha existência e a chance de sempre poder recomeçar.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade o estudo do processo de patrimonialização efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Cabo Frio, por meio do forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos. Foi criado a partir da reflexão sobre História, Memória e Patrimônio um guia virtual com informações a respeito de bens culturais da cidade e oficinas pedagógicas destinadas a alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Palavras-chave: História; Memória; Patrimônio; Ensino da História; Forte São Mateus; Convento Nossa Senhora dos Anjos.

ABSTRACT

This dissertation aims at studying the patrimonialization process performed by the Institute of National Artistic and Historical Heritage (IPHAN) in São Mateus Fort and Nossa Senhora dos Anjos Convent, Cabo Frio. From the reflection about History, Memory and Heritage it was created a virtual guide with information concerning cultural property of the city and a pedagogical workshop for Elementary and High school students.

Keywords: History; Memory; Heritage; History teaching; São Mateus Fort; Nossa Senhora dos Anjos Convent.

Sumário

Introdução.....	11
1. Defesa e Religião no período colonial em Cabo Frio: uma reflexão historiográfica.....	15
1.1 Apontamentos sobre o estudo da História local em Cabo Frio no período colonial.....	15
1.2 Entre o nacional e o local: apontamentos a respeito da variação de escalas na análise da história em Cabo Frio.....	18
1.3 Sobre pedra e cal: defesa e proteção por meio de fortalezas no período colonial.....	21
1.3.1 O Forte São Mateus em Cabo Frio.....	25
1.4 Catolicismo no Brasil colonial: apontamentos para uma reflexão histórica.....	27
1.4.1 Religião em Cabo Frio no período colonial: o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos.....	30
2. Da degradação à monumentalização: processos de patrimonialização em Cabo Frio.....	38

2.1	Como tudo começou: um requerimento, dois processos e um tombamento.....	45
2.2	A constituição do Patrimônio Histórico a ser preservado: o que preservar, e para que preservar.....	47
2.3	Transformar ou preservar? Tensões em torno dos processos de tombamento na Cidade de Cabo Frio.....	56
2.4	O tombamento paisagístico ou quando o enquadramento da memória histórica vai além das edificações.....	61
2.5	Proposta de rerratificação do tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio: proposta de integração dos espaços de tombamento em um meio urbano em constante transformação.....	66
3.	Guia histórico de visitação: um olhar sobre a história de Cabo Frio.....	72
3.1	O guia histórico interativo: o ensino da história através do estudo do patrimônio histórico local.....	73
3.2	Uma breve apresentação do guia de visitação virtual.....	76
3.3	Construindo o guia de visitação: um quebra cabeça com vários pontos de tensão.....	77
3.4	Conhecendo o guia de visitação: monumentos, tecnologia digital e ensino da história.....	81
3.4.1	Bens preservados assinalados no guia.....	82

3.5	Oficinas de educação patrimonial.....	92
3.5.1	Reconhecendo a sua cidade através do mapa.....	94
3.5.2	Inventários de bens históricos.....	95
3.5.3	Dossiê sobre bens históricos em Cabo Frio.....	96
3.5.4	Visita ao museu de arte sacra – MART.....	97
3.5.5	Folclore e festas tradicionais em Cabo Frio.....	98
3.6	Cabo Frio representado em vídeos.....	98
3.7	Oficinas do mapa histórico interativo a partir do olhar discente: entre os saberes e prática.....	99
3.7.1	Pesquisas digitadas.....	101
3.7.2	Os mapas conceituais.....	103
3.7.3	Reprodução e territorialização do patrimônio histórico: entre o cartaz e a maquete.....	107
3.8	Mapa histórico interativo de Cabo Frio: aplicando oficinas do guia digital no cotidiano escolar.....	110
	CONCLUSÃO	113
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	116

Introdução

O presente trabalho surgiu a partir das inquietações decorrentes da escassez de material sobre o patrimônio histórico local, que pudesse ser utilizado nas aulas de história, aplicado para alunos da rede pública e privada do município de Cabo Frio.

Considerando a importância do estudo da história de Cabo Frio para construção de sentimentos de identidade e pertencimento nos alunos, torna-se relevante a produção de material didático sobre sua história local. Julgamos importante disponibilizar roteiros de visitação a bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e atividades pedagógicas a serem utilizadas por alunos e professores que analisem as formas de representação de bens patrimoniais e possam realizar conexões com o ensino-aprendizagem de história.

A presente reflexão tem por base o estudo dos bens tombados pelo IPHAN, na cidade de Cabo Frio. Essa escolha se justifica por serem esses bens referenciais simbólicos relacionados à história local por parte do reconhecimento de uma autarquia do poder público, que tem como responsabilidade a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo à mesma proteger e promover os bens culturais do País para as gerações do presente e do futuro.

O fato de Cabo Frio ser uma cidade estruturada no período colonial e ter um conjunto de bens arquitetônicos e elementos naturais que datam desse período contribuiu para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, viesse a tombar, em 1967, seu conjunto paisagístico, composto por monumentos e espaços públicos através do IPHAN.¹

Considerando a importância simbólica atribuída pelo poder público aos bens tombados pelo IPHAN, na cidade de Cabo Frio, como meio de preservação da história local, entendemos ser necessário promover uma conexão entre esses bens e a História ensinada nas escolas de Cabo Frio. A forma escolhida para tanto foi à elaboração de materiais didáticos que relacionem os bens tombados e a história local/nacional trabalhada em sala de aula.

Dentre os bens tombados pelo IPHAN, entre 1956 e 1957, encontram-se a Capela de Nossa Senhora da Guia (o tombamento abrange o Morro da Guia, onde está situada a capela), Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela e Cemitério da

¹ Informações retiradas no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acesso em: 26/02/2017.

Ordem Terceira de São Francisco (cruzeiro e adro fronteiro, e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal), Forte de São Matheus (inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia), faixa do litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, além do Morro do Telégrafo, entre outras áreas.²

Como fonte para pesquisa sobre os bens tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, foi realizado levantamento da documentação presente no escritório do IPHAN na cidade e em busca de informações sobre os bens tombados, assim como pesquisas nas principais instituições de pesquisa nas cidades do Rio de Janeiro e Cabo Frio, incluindo Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Noronha Santos (pertencente ao IPHAN), Biblioteca Municipal de Cabo Frio e a Biblioteca do MART³. Foram realizados levantamentos de fontes no Arquivo Central do IPHAN, em inventários e no processo de tombamento de Cabo Frio.

O processo de bens tombados pelo IPHAN na cidade de Cabo Frio e que serão objeto desta pesquisa na elaboração de um guia de atividades pedagógicas sobre a História local e patrimonial da cidade com alunos da rede pública e privada no segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio fora estabelecido por meio dos processos de nº 447-T-51 de 1951 e o de nº 0757-T-65 de 1965.⁴

Estabelecida as fontes que servirão de referência ao trabalho de História Local, utilizando como referenciais os bens tombados pelo IPHAN na década de 1950 e 1960, foi elaborado um guia com atividades pedagógicas. Esse guia tem como preocupação o desenvolvimento de atividades que possam promover um canal de comunicação entre uma história patrimonial local e o ensino de história ministrado em escolas públicas e privadas na cidade de Cabo Frio.

No presente guia, temos como eixo referencial a defesa e a religião. Dessa forma, foram escolhidos os bens patrimoniais mais representativos para o guia. São eles: o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos⁵.

A escolha desses monumentos tem como base o eixo de estudos sobre defesa e religião no período colonial, sua representatividade na história local e o fato de serem espaços de visitação que receberam a atenção dos órgãos oficiais, IPHAN e Prefeitura

² Informações retiradas no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acesso em: 26/02/2017.

³ Museu de Arte Religiosa Tradicional em Cabo Frio, localizado no Convento Nossa Senhora dos Anjos.

⁴ As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN através do aplicativo wetransfer que transferiu os processos digitalizados.

⁵ No convento Nossa Senhora dos Anjos funciona o museu de arte sacra tradicional, que promove exposições de arte sacra tradicional e recebe visitantes entre a população de Cabo Frio e região e ainda turistas que visitam a cidade.

Municipal, em sua conservação, por meio de ações de restauro ou de políticas na área de turismo, incentivando a visitação desses espaços. Outro fator também relevante na escolha desses monumentos do guia é o fato de que há uma pluralidade significativa de bens patrimoniais e paisagísticos a serem abordados, tornando inviável a observância de todos eles no espaço da dissertação e da aplicação dos mesmos na prática no meio escolar, tendo em vista a inserção das atividades a serem desenvolvidas junto aos conteúdos oficiais e a escassa carga horária para a disciplina de História, frente a uma enormidade de conteúdos.

O material didático elaborado procurou realizar a transposição didática entre o conhecimento produzido e legitimado pelo IPHAN sobre o patrimônio histórico em Cabo Frio e o conhecimento escolar trabalhado pelas instituições de ensino na disciplina História. Dessa forma, buscaremos fazer aproximações entre esses discursos e a produção de um conhecimento escolar próprio que possa ressignificar o conhecimento acadêmico para o ambiente escolar a respeito de eventos sobre a história local.

No primeiro capítulo, denominado “Defesa e Religião no período colonial em Cabo Frio - uma reflexão historiográfica” será realizada uma reflexão historiográfica sobre Cabo Frio no período colonial, com ênfase na defesa e religião. Nesse capítulo, enfatizaremos a análise de dois ícones da memória oficial da cidade e importantes elementos de ligação memorialística, museológica e turística na cidade: o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos.

O segundo capítulo intitulado, “Da degradação à monumentalização - uma análise dos processos de tombamento feitos pelo IPHAN em Cabo Frio” constituirá uma análise dos processos de patrimonialização realizados pelo IPHAN, procurando observar suas motivações, tensões e consequências para cidade de Cabo Frio, a partir da construção de uma memória oficial instituída pelo poder público estatal sobre bens patrimoniais locais.

No terceiro e último capítulo, denominado “Guia histórico de visitação - um olhar sobre a história de Cabo Frio”, será feito uma descrição do guia histórico de visitação virtual, elaborado no programa de computação Prezi, voltado para estudantes, moradores e turistas. E, a fim de possibilitar o estudo dos espaços de memória, tomará para reflexão o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos, pontos históricos dessa cidade.

Nesse capítulo, foi feito uma descrição a respeito da aplicação do conhecimento produzido no guia de visitação e de algumas de suas oficinas em uma turma do segundo

ano do ensino médio em Cabo Frio. Na oportunidade, buscou-se refletir sobre o aprendizado da disciplina História em sala de aula, bem como as suas conexões com o conhecimento da história local.

Ao longo do trabalho procuramos relativizar as múltiplas formas de aprendizado realizadas em sala de aula e o guia de visitação virtual elaborado, promovendo um diálogo com o conceito de transposição didática. Isso porque acredita-se na possibilidade do conhecimento escolar produzir saberes próprios, que possam ressignificar o conhecimento acadêmico para o ambiente escolar nos estudos de eventos pretéritos, por meio do estudo dos patrimônios históricos locais.

1. Defesa e Religião no período colonial em Cabo Frio: uma reflexão historiográfica

Neste capítulo, realizaremos algumas reflexões historiográficas a respeito da história local da cidade de Cabo Frio. Para isso, serão tomados como eixos temáticos a defesa e a religião no período colonial.

Em um primeiro momento, realizaremos um breve levantamento a respeito da história local, tendo como base o processo de ocupação e formação da cidade no período colonial, dentro da lógica de conquista efetuada pelos portugueses, a fim de explorar recursos naturais e barrar investidas de corsários de outros Estados-Nações europeus no contexto da expansão marítima europeia.

No decorrer do capítulo, trabalharemos a importância das fortificações construídas pelo Estado português e das edificações religiosas católicas, como elementos que consolidam o domínio luso no período colonial, privilegiando na análise o estudo do forte São Mateus e o Convento franciscano Nossa Senhora dos Anjos como importantes protagonistas nesse processo a nível local.

Abordaremos ainda a importância desses monumentos como espaços de memória e como elemento materializado que contribui na constituição de uma narrativa histórica local, passando pelos diferentes processos de transformações de uso e de desvio de finalidade no decorrer de sua existência até o processo de tombamento efetuado pelo IPHAN no século XX.

1.1 Apontamentos sobre o estudo da História local em Cabo Frio no período colonial

Considerando a importância do estudo da história de Cabo Frio para construção de laços de pertencimento de alunos, moradores e turistas com a localidade, torna-se relevante a produção de material didático sobre sua história local⁶, por meio de um guia de visitação para estudantes ou outros segmentos sociais que possam conhecer importantes ícones de representação do passado local.

Partindo dessa problemática, produziremos uma reflexão historiográfica a respeito da defesa e religião na antiga vila colonial, partindo de dois importantes

⁶Utilizaremos o conceito de história local a partir das reflexões de Pierre Goubert: “Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês)” (GOUBERT, 1972, p.70).

monumentos dessa cidade, o forte São Mateus e o convento Nossa Senhora dos Anjos. Vale ressaltar que a escolha desses objetos se deve ao papel ocupado por eles, como bens simbólicos de representação do passado colonial e bens culturais de referência museológica e turística na cidade.

O Forte São Mateus, assim como a Praia do Forte compõem um dos referenciais turísticos da cidade de Cabo Frio, com grande visitação por parte dos milhares de turistas e moradores que frequentam esses espaços no decorrer do ano, estando a sua administração na responsabilidade da Prefeitura Municipal. O espaço é, diariamente, aberto à visitação pública, no horário das 09h às 17h², não constando nenhum serviço de visita guiada às suas dependências. Atualmente, a fortaleza sofre um forte processo de degradação. Suas paredes externas sofrem pichações, o que demonstra a falta de cuidado com esse patrimônio por parte do poder público, responsável por fazer sua manutenção, além de coibir ações de vandalismo praticado por visitantes ou moradores da cidade.

Por sua vez, o Convento Nossa Senhora dos Anjos é sede do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, administrado pelo IBRAM, promovendo visitação às suas dependências e ações de integração com setores da sociedade civil, com o intuito de estimular o público visitante e intensificar a relação dos museus com a sociedade.⁷

O MART funciona diariamente de 3^a à 6^a feira, no horário das 10 às 17h e, aos sábados e feriados, das 14 às 18h⁸. Como o convento Nossa Senhora dos Anjos é sede de um museu administrado por uma autarquia federal no campo da museologia, a conservação do seu espaço é feita de maneira cuidadosa e ações de restauro são feitas dentro dos limites orçamentários da instituição.

Ao serem alçados a categoria de bens patrimoniais chancelados pelo IPHAN, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos passam por um processo de enquadramento de memória⁹, no qual, através da legitimação de uma memória histórica

⁷Como exemplo dos esforços de intensificar a relação dos museus com a sociedade, temos no MART – Cabo Frio, a chamada primavera dos museus, em que ações realizadas no espaço do museu procuram estimular a visitação do museu. Dentre as diversas atividades realizadas nesse projeto, destacamos: Exposição de bicicletas antigas, palestra sobre astronomia no museu, apresentações de esquetes, danças típicas tradicionais, feira agroecológica, dentre outras atividades.

⁸Informações obtidas no site do IBRAM: <http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram/>. Acessado em 13/11/2017

⁹Nesse artigo, Pollak cita as disputas de memória entre na Europa em torno da Memória de Stalin no contexto de desestalinização ocorrida no século XX e os diferentes usos e silenciamentos dessa memória. Ibidem, páginas 4-8M. Pollak. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. 1989.

que passa a ter o caráter de oficial, se sobressai sobre outras memórias ou bens patrimoniais locais que não sofreram o mesmo processo de tombamento e valorização institucional.

O estudo de Cabo Frio e de seus bens patrimoniais, como lugares de memória, leva-nos a refletir sobre o uso do patrimônio, memória, identidade e história local como instrumental teórico importante para compreender a valorização e reificação de alguns bens em detrimento de outros no campo da preservação patrimonial local. A fim considerarmos como patrimônio histórico, devemos considerar todo legado material e imaterial que tenha importante significado e relevância histórica para uma sociedade ou grupos sociais. Nesse sentido, são também incluídos os bens tombados, dentro da perspectiva de Pierre Nora (1993), como lugares de memória, uma vez que, para se preservar aquela memória, ela perde o seu significado original e passa a ser ressignificada por meio do uso que será dado a ela como monumento a ser reverenciado.

O estudo da história de Cabo Frio para construção de memórias e identidades locais torna relevante uma reflexão que pondere sobre elementos da sua história e permita trazer, à luz da historiografia, considerações relevantes sobre esse espaço que ajudem na compreensão de sua história local, bem como as suas conexões com a história colonial.

A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas (FONSECA, 2006, p.127).

O estudo da história local em Cabo Frio ajuda na compreensão de suas especificidades, sua relação com a história colonial brasileira, sua posterior inserção na história nacional e possibilidades de diálogo com a história global (SCHMIDT, 2007, p.188-190).

Lidar com a história local traz algumas problemáticas, como a escassez de fontes sobre o período estudado, com exceção de material de cunho administrativo, este muitas vezes enaltecendo a vida dos governantes e lideranças políticas e econômicas que exerceram influência no passado.

As dificuldades no tratamento da história local e regional são também recorrentes na pesquisa. Apesar das tentativas, dos esforços e das novas produções, é possível ainda afirmar que a história local continua “circunscrita a um grupo de entusiastas” e, “embora escrita como um trabalho de amor, é repetitiva e sem vida” (Samuel, 1989, p. 222). Segundo o autor, isso se deve à natureza dos documentos, que variam pouco de um lugar para outro e, em geral, registram atos dos governos locais, o que ele denomina por “tendência administrativa dos documentos”. Uma outra dificuldade apontada pelo autor é a própria noção de história local como uma entidade distinta e separada, fenômeno único, como um conjunto cultural específico e periodização própria (FONSECA, 2006, p. 129).

Apesar dos problemas advindos dos estudos provenientes de história local não serem poucos, é necessário romper as amarras da perspectiva desse campo de estudo como algo à parte na produção do conhecimento historiográfico. Além disso, é preciso trazer para as reflexões produzidas no campo histórico a perspectiva de que o estudo do local permite uma compreensão das suas singularidades e a possibilidade de diálogo com temáticas de amplitudes mais gerais e totalizantes (LEPETIT, 1998, p.78; p.102).

1.2 Entre o nacional e o local: apontamentos a respeito da variação de escalas na análise da história em Cabo Frio

O estudo da história local do Brasil esteve durante muito tempo atrelado às narrativas que buscavam explicações totalizantes de caráter nacional, vista como uma espécie de complemento, extensão ou apêndice desse gênero histórico. Nessa linha, as narrativas de uma história nacional no país foram sendo constituídas a partir do século XIX, no período imperial, em que se tinha o projeto de construção de uma Nação e de uma história nacional proposta pelo estado e que terá como mobilizador das narrativas históricas o IHGB. Percebe-se, pois, a preocupação em construir um discurso de inteligibilidade histórica que procura no passado o entendimento da realidade por meio de uma leitura de fragmentos do pretérito, selecionados pelos intelectuais responsáveis pelo ofício histórico como constituintes de uma identidade nacional (GUIMARÃES, 2010).

Quando falamos em nação, devemos considerar uma abordagem a partir da perspectiva de Norbert Elias que, ao estudar a formação dos Estados Nacionais europeus entre os séculos XVIII e XIX, procura demonstrar que, como elementos fundamentais para o surgimento de uma Nação, estão à interconexão territorial ou

regional, o aumento da interdependência entre os estratos sociais, bem como a criação de uma identidade nacional, que irá criar um sentimento de pertencimento e de conexão entre indivíduos que se reconhecem como elementos em comum, mesmo sem às vezes nunca terem tido contato entre si (ELIAS, 2006).

Ao falarmos sobre o conceito de Nação, devemos considerar também a perspectiva analítica de Benedict Anderson, que se utiliza do conceito de comunidades imaginadas, como recurso teórico para compreender que uma nação é uma comunidade socialmente construída, imaginada por pessoas que percebem a si próprias como parte de um grupo (ANDERSON, 2008).

Observando as reflexões de Elias e Anderson a respeito da ideia de Nação como um fenômeno histórico que pode ser percebida no tempo as suas origens, e que tem como elemento em comum a perspectiva que as ideias relacionadas à Nação e seus derivados, têm como elementos em semelhantes à presença do sentimento de pertencimento ou identidade como um dos elos fundamentais que irá forjar essa identificação simbólica que se torna real entre os indivíduos que comungam nesse tipo de coletividade.

Utilizar da narrativa histórica para compreender, legitimar e justificar a construção e permanência de uma Nação brasileira será um recurso muito utilizado por historiadores e outros teóricos quando explicam a trajetória da história nacional¹⁰.

Pensar o local a partir de uma perspectiva de dependência e complementação de uma história nacional que procura explicar as experiências do passado local dentro da lógica de um discurso histórico uniforme, procurando criar uma identidade histórica comum, enfraquecerá os estudos de história local, à medida em que os mesmos acabam por se tornar um apêndice da narrativa nacionalista.

Essa perspectiva começa a ser mudada à medida que, na década de 1970, historiadores italianos desenvolveram uma prática historiográfica preocupada em valorizar o estudo histórico a partir da “redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo de material documental” (LEVI, 1998, pág. 4).

Uma importante inovação trazida por essa corrente historiográfica, que ficará conhecida como micro-história, será a variação de escalas em um objeto de estudo.

¹⁰ Realizar um levantamento das diversas obras que têm como propósito realizar a construção de uma narrativa da história nacional brasileira foge ao propósito desse trabalho, mas a fim de ilustração citaremos algumas obras que tiveram essa pretensão: História Geral do Brasil (Francisco Adolfo de Varnhagem) e História do Brasil (Boris Fausto).

Analisar intensamente a história local, por meio do estudo massivo de suas fontes, ajudará a compreender as suas especificidades próprias, as suas conexões com outros locais de estudo, permitindo que a compreensão de diferentes fenômenos sociais a partir da multiplicidade de representações que eles possuem. Ao invés de buscarem os padrões, como é comum na história nacional, esses estudos buscarão na diferença dos comportamentos sociais padronizados a explicação para diferentes leituras de mundo por parte dos sujeitos alvos de estudo (LEPETIT, 1998; LEVI, 1998, BENSA, 1998).

Aplicar essa perspectiva de variação de escalas no estudo da história local permite tirar da obscuridade da história nacional sujeitos, costumes e hábitos locais que seriam desvalorizados e trazê-los à tona por meio de estudos históricos capazes de trazer luz própria aos acontecimentos da história local, sem menosprezar suas especificidades, mas também sem esquecer que ela está relacionada a um contexto regional e até mesmo nacional.

O local, alçado a categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre gentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca de grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos (FIGUEIREDO, REZNIK e GONÇALVES, 2000, pág.2).

Nesse sentido, devemos considerar que a renovação do estudo da história local, a partir da perspectiva da micro-história, permite considerar uma mudança de paradigma na forma como o local passa a ser tratado por parte dos historiadores que deixam de ver essa temática como algo acessório e subordinado às grandes narrativas nacionais e passam a enxergar esse objeto de estudo como um dos protagonistas das narrativas a serem produzidas pelos estudiosos no campo da História.

As análises sobre história local permitem redimensionar a aparente dicotomia entre centro/periferia, deslocando tais categorias por intermédio da noção de rede e dos jogos de negociação, apropriação e circulação que informam as relações entre grupos e indivíduos, em especial, no campo das micropolíticas do cotidiano, espaços marcados pela proximidade e contiguidade das relações (GONÇALVES, s/d, pág. 8).

Refletir sobre o processo de patrimonialização realizado pelo IPHAN em Cabo Frio permite perceber esses jogos de negociação, envolvendo os diferentes agentes envolvidos, poder público local, IPHAN, Igreja Católica, dentre outros. A partir disso, é

possível também observar as apropriações de significado entre o forte e o convento, os quais foram inicialmente criados para defesa e vida espiritual da população local, respectivamente, atuando na conquista e colonização portuguesa na região. Porém, com o tempo, perderam as suas funções originais e foram remodelados a partir de uma nova chave de leitura que, ancorada no discurso histórico preservacionista realizada pelos arquitetos e técnicos no Instituto do Patrimônio Histórico, deram um novo sentido a esses edifícios, passando a serem considerados monumentos de caráter histórico, tornando-se assim lugares de memória.

1.3 Sobre pedra e cal: defesa e proteção por meio de fortalezas no período colonial

Durante o período colonial, a presença portuguesa nas Américas foi diversas vezes colocada em xeque. Isso se deve ao fato da ameaça de outras nações europeias que, ao tentarem se fazer presentes no atual território brasileiro, valeram-se de tentativas de trocas de produtos, bem como de alianças com as populações nativas, tentativas de colonização, como nos casos da França e da Holanda, ou saques efetuados a cidades por corsários.¹¹

A descoberta do Brasil pelos portugueses não suscitou inicialmente grande interesse, pois que, naquele momento, obtinham maiores lucros com suas possessões coloniais asiáticas. Tal fato foi logo aproveitado pelos franceses, que se instalaram na região da Baía da Guanabara em 1555, forçando então Portugal a agir, para obter a expulsão dos invasores. Embora derrotados inicialmente, os franceses não se deram por vencidos e voltaram a ocupar a mesma região, obrigando os lusitanos, colonos e índios aliados a agir de forma distinta, ou seja, colonizando a área e a reconquistando, expelindo a ameaça externa. Essa lenta ocupação também se refletiu no aparato defensivo, que poucas edificações contava no início dos anos 1600. Por essa época, a União Ibérica trazia os inimigos da Espanha às colônias portuguesas, levando os holandeses a ocuparem terras do nordeste brasileiro, o que muito assustou a gente do sul que, sem cabedais ou pessoal habilitado, teve que melhorar suas posições defensivas e construir outras, tendo em vista uma ação inimiga que, felizmente, não ocorreu. As atividades auríferas tornaram o Rio de

¹¹Desde o início da presença portuguesa nas Américas, as suas possessões estiveram sobre o risco de caírem em mãos de outras nações europeias, principalmente França, Holanda e Inglaterra. Franceses e ingleses traficavam pau-brasil com as populações nativas em grande parte do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII. Franceses e Holandeses tentaram criar núcleos de colonização permanente, como a França Antártica (1550 a 1560) na região onde hoje se situa a cidade do Rio de Janeiro, a França Equinocial (1612 a 1615), na região do atual Maranhão, e as Invasões Holandesas que ocorreram em Salvador (1624) e Pernambuco (1630 a 1654). Devemos considerar também as ameaças promovidas por saques efetuados por corsários em cidades do litoral, como o realizado por Duguay-Trouin na cidade do Rio de Janeiro em 1711 (ABREU, 1988; WEHLING, 1999).

Janeiro uma cidade rica no início do século XVIII, o que atraiu a cobiça dos inimigos de Portugal. Assim, foi palco de duas ações de corsários franceses, sendo que a de 1711, levada a efeito por Duguay-Trouin, gerou profundas consequências para seu sistema defensivo, levando à elaboração de diversos planos defensivos por engenheiros-militares, reparos de edificações e à multiplicação de construções de baterias, fortes e muralhas, muitas das vezes, sem o devido planejamento ou a previsão de sua inutilidade próxima (MARTINS, 2013, p. 1).

Essas ameaças ao domínio português no novo mundo levaram à construção de diversas fortificações ao longo do litoral brasileiro, com o objetivo de defender suas possessões, intimidar os potenciais invasores e dar segurança para a população colonial que lá viviam (FONSECA, 2013). Essas fortificações foram responsáveis pelo povoamento de diversas regiões do Brasil colonial, garantindo a segurança necessária para ocupação por parte da população portuguesa, seja de maneira espontânea ou planejada.

...várias povoações brasileiras dos séculos XVI e XVII tenham se originado a partir de fortificações, mas contrariamente ao que afirmou Rodrigo Espinha Baeta, somente Salvador foi planejada para ser uma cidade com muralhas. Houve projetos de construção desse tipo de obstáculo em várias cidades nos séculos XVII e XVIII, mas eles, mesmo que iniciados, nunca foram concluídos (MARTINS, 2016, p.14).

As obras de defesa estão presentes desde os primórdios da História do Brasil, confundindo-se em alguns momentos a lógica defensiva predominante com as próprias ações de ocupação e exploração colonial. Vale observar que

as obras defensivas não têm interesse apenas por si, estão relacionadas de forma indelével com a história do País: a primeira delas, a feitoria de Américo Vespúcio, foi construída no Rio de Janeiro, sendo ao mesmo tempo o primeiro estabelecimento permanente em nosso território, erguido em 1504 (FONSECA, 2012, p. 2 e 3).

Em sua maioria, as fortificações aproveitavam os materiais disponíveis nas localidades para a sua construção e manutenção, muitas vezes de maneira precária e efêmera. À medida que as ameaças se efetivavam, crescia em importância econômica uma localidade. Ademais, devido a uma localização estratégica em uma determinada região, a construção de tais edificações impulsionava que o governo português e seus representantes na colônia a construíssem estruturas de caráter permanentes e planejadas por engenheiros, como fortalezas de pedra e cal.

Rodrigo Espinha Baeta (2010, p. 349) afirmou que as cidades tinham a necessidade de “se ‘apertar’ entre seus limites de proteção”, que poderiam ser “acidentes naturais” ou “barreiras edificadas”, como as muralhas que vão cercar as cidades lusas e alguns núcleos importantes do litoral brasileiro (MARTINS, 2016, p.14).

A necessidade de proteção contra invasões estrangeiras ou ataques indígenas levou os portugueses a se aproveitarem, quando possível, dos recursos do meio natural, e procurarem edificar parte das construções coloniais em promontórios naturais, além de se valerem de ilhas próximas e as baías para construir fortalezas que ajudassem na proteção.

Sobre as referências a um “muro” que fecharia a parte alta do Morro do Castelo, Mauricio de Almeida Abreu (2010, V2, p. 227) nos lembra do testemunho de Gabriel Soares de Souza, de que o Governador-Geral “assentou a cidade [no alto do morro em 1567], que [a] murou com muros de taipas com suas torres, em que pôs artilharia necessária”, corroborando o que declarara o próprio Mem de Sá, como vimos anteriormente. Portanto, não estamos falando de um muro de alvenaria, de pedra e de cal, mas sim de algo muito mais simples, fácil de construir, mas, sobretudo, frágil, ao contrário do que o conceito sugere (MARTINS, 2016, p.14 e 15).

Como caso emblemático da importância que a segurança tinha para os portugueses na edificação de cidades no período colonial temos o exemplo da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, ela foi estruturada nas proximidades dos morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Após, sofreu uma reformulação estrutural, tendo sido transferida, já nos seus primórdios, para a localidade do morro do Castelo, devido a melhores condições de defesa desse núcleo de povoamento, à proximidade de fontes de água potável, assim como a facilidade de escoamento da população e do governo para o interior, em caso de tomada da cidade (ABREU, 1988; WEHLING, 1999; MARTINS, 2013; CASTRO, 2015).

O processo de colonização portuguesa na capitania do Rio de Janeiro estará desde o princípio ancorado na lógica de desbravar esse território. Somado a isso, está o encantamento com as belezas naturais da região, as suas possibilidades de exploração econômica, a expulsão de corsários e piratas de outras nacionalidades europeias, notadamente os franceses e a expansão da fé católica junto à população colonial e o gentio (BICALHO, 2008).

O teste de fogo para concretizar a presença portuguesa na região da Baía de Guanabara será a expulsão dos franceses da região que erigiram um núcleo colonizador

com a França Antártica, com os quais os portugueses mediram todos os esforços para expulsá-los, utilizando-se de índios aliados, colonos portugueses vindos de outras localidades, do capitão-mor Estácio de Sá, este vindo a falecer nos combates, e a atuação do governador-geral Mem de Sá em acabar com o empreendimento francês.

Podemos considerar que o esforço português em ocupar as terras da Baía de Guanabara e eliminar a presença francesa na região faz do processo colonizador luso, que estava assentado na bifrontalidade entre a fé e o Império, que utilizava como uma das estratégias de controle uma política urbanizadora em que a presença da Igreja Católica e suas múltiplas ordens sociais, a da presença do estado através de seus representantes e suas instâncias de controle político e administrativo, além de uma política de distribuição de territórios e privilégios para aqueles que atuavam a serviço do Estado Português (BICALHO, 2008).

A cidade do Rio de Janeiro e a capitânia em seu nome terão uma posição central na territorialização de uma imensa área da América portuguesa a partir do século XVI. Além disso, servirá como vetor da expansão portuguesa na região centro-sul da colônia, cobrindo o extenso litoral e o interior desta vasta região, à medida em que o processo de expansão lusitana na região amplia-se com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais no fim do século XVII e torna a cidade como principal polo político, econômico e administrativo colonial (GOUVÊA, BICALHO, 2013).

A ocupação da região da Baía de Guanabara e regiões próximas, como Cabo Frio, fazem parte de um processo de conquista e ocupação dessas regiões pelos portugueses, que terão como preocupação central desbravar e ordenar esses espaços, com a construção de cidades, presença da igreja, por meio do clero secular e regular, além da construção de fortalezas que pudessem garantir os interesses lusitanos da região e coibir possíveis ameaças.

1.3.1 O Forte São Mateus em Cabo Frio

O Forte São Mateus foi construído em 1618 para proteger a cidade de Cabo Frio, criada em 1615, das investidas de ingleses e franceses que, na época, vinham ao litoral brasileiro explorar o pau-brasil, ajudar no controle do fluxo de embarcações que poderiam adentrar a lagoa de Araruama e ter acesso ao interior da província fluminense, e ser também um bastião de defesa prévio a possíveis ataques que poderiam ocorrer contra a cidade do Rio de Janeiro (CUNHA, s.d., ABREU, 1988).

Antes da criação do Forte e da cidade de Cabo Frio, a presença portuguesa e de aventureiros de outras nações europeias foi conflituosa na região pelas disputas, envolvendo a exploração do pau-brasil. Esses movimentos impulsionaram o governo português a tomar ações de caráter defensivo e a criação de um núcleo de povoamento capaz de ajudar a preservar seus domínios no atlântico sul.

Em um estudo produzido para a Prefeitura local, denominado Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio, o historiador desta cidade Márcio Werneck da Cunha afirma que a partir de 1540

...os franceses começaram a frequentar o porto da barra de Araruama, em busca de pau-brasil abundante na margem continental da lagoa... Em 1556, um ano depois dos franceses estabelecerem na Guanabara, os armadores da Cidade de Rouen construíram uma fortaleza-feitoria... O estabelecimento francês conhecido como casa de pedra, funcionou durante vinte anos. Em 1575, foi cercado e arrasado por tropas portuguesas e indígenas do Rio de Janeiro (CUNHA, s.d., p. 39).

O fracasso do empreendimento francês na Baía de Guanabara em 1560 fez com que os mesmos voltassem as suas atenções para Cabo Frio e, após o estabelecimento do núcleo de povoamento que daria origem à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os portugueses promoveram com índios aliados uma intensa perseguição aos franceses e seus aliados indígenas Tupinambás, levando a expulsão deles da região (BERANGER, 2003).

A repressão portuguesa aos franceses foi tão intensa que desestabilizou a presença dos mesmos e seus aliados indígenas na região sul da colônia. Segundo Abreu (1988, p. 97), no Rio,

Antônio Salema, auxiliado pelo capitão-mor de São Vicente, deu guerra aos índios de Cabo Frio e pacificou o território entre a cidade de S. Sebastião e Macaé, distância de trinta léguas na estima do tempo. Foram mortos muitos dos Tamoios, escravizados não poucos, e alguns incorporados aos aldeamentos jesuíticos. Quem pôde emigrou para o sertão. Os franceses desta feita receberam um golpe de que não puderam mais se recobrar-se inteiramente.

Apesar de mitigada a tentativa francesa de se estabelecer permanentemente na região sul da colônia portuguesa, expedições esporádicas de franceses, ingleses e holandeses aconteciam na região de Cabo Frio, no intuito de explorarem a extração de pau-brasil. A fim de eliminar essa presença externa em domínios portugueses, o governador Constantino Menelau recebeu, por ordem régia, a incumbência de criar uma

fortificação provisória para proteger a região da ameaça externa, fundando, portanto, em 1615 a cidade de Cabo Frio.

Para evitar o furto de pau-brasil, efetuado pelos holandeses e ingleses, que tinham até construído ali um fortim, o governador do Rio, Constantino de Menelau, fundou em 1615 a Cidade do Cabo Frio, dando início no local a uma fortificação provisória, na entrada da Lagoa de Araruama (Revista do Patrimônio, 1945, p. 18).

Com o apoio de alguns portugueses e índios aliados, Menelau criou uma fortificação provisória batizada de Forte Santo Inácio no local em que funcionava uma feitoria inglesa. Lá, instalou uma guarnição de soldados e sete canhões de bronze, além de dar ordens para que, com o auxílio de pedras, fosse tapada a boca da barra do canal do Itajuru, impedindo assim a livre navegação na lagoa de Araruama (ABREU, 1988, CUNHA, s.d.).

Em 1618, o então governador geral Martim Correia de Sá, temendo a precariedade da construção do Forte Santo Inácio e a fim de barrar possíveis ameaças, estabelece a construção de uma fortaleza permanente de pedra e cal para substituir o antigo empreendimento, iniciou a construção do Forte São Mateus, sob a supervisão do engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita¹² (REVISTA DO PATRIMÔNIO, 1945, p. 18).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, o Forte São Mateus sofreu com a falta de cuidados em sua manutenção por parte das autoridades governamentais, tendo a sua guarnição reduzida, sofrendo um longo e constante processo de desgaste. Não tendo mais a necessidade prática para o qual foi criado, ou seja, defender de ameaças externas a cidade de Cabo Frio, ele passa aos cuidados da municipalidade e é desvirtuado de sua finalidade original ao ser utilizado como lazareto para abrigar doentes de epidemias que afetavam a localidade no final do século XIX (CUNHA, s.d. p. 42).

Depois de um longo processo de degradação e desvirtuamento de finalidade, o Forte São Mateus passou a ser protegido. A proteção foi possível graças ao processo de tombamento nº 447-T-51 de 1951, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

¹²Segundo o Arquiteto Augusto Carlos da Silva Teles, o engenheiro-mor Francisco Frias da Mesquita atuou de 1603 a 1635 em diversas partes do Brasil colonial na construção, reforma, supervisionamento e ampliação de diversas construções militares, sendo atribuída a ele uma longa lista na participação de diversas intervenções no campo da engenharia militar: Castelo do Mar – Forte da Laje – Recife – PE; Forte do Mar – Salvador – BA; Forte de São Diogo – Salvador – BA; Forte dos Reis Magos – Natal – RN – Forte de São Mateus – Cabo Frio – RJ; Fortes de São Felipe, São Francisco e São José – MA; Forte de Santa Catarina Cabedelo – PB (Telles, 2005, p. 1-6).

Artístico Nacional (IPHAN). Essa autarquia pública, responsável pela preservação e manutenção de bens patrimoniais referentes à História nacional, reconhece essa construção como um dos elementos constituintes da História de Cabo Frio, do Estado do Rio de Janeiro e nacional, constituindo com isso parte do patrimônio que passa, desde então, a compor a memória histórica local.

No âmbito da história local de Cabo Frio, o estudo do Forte São Mateus permite um campo de investigação que traça as “relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições” (FIGUEIREDO, REZNIK, GONÇALVES, 2000, pag.2) ao longo do tempo, seja quando o mesmo foi criado para a defesa do litoral de Cabo Frio contra a presença de outras nações europeias no contexto da conquista portuguesa na região, servindo como importante instrumento edificado e simbólico da presença lusa na região, passando por sua descaracterização no século XIX, onde foi utilizado como Lazareto, passando por um período de abandono no século XX, culminando com o seu tombamento pelo IPHAN nos anos de 1950, em que percebemos novas atribuições de valor a esse bem edificado que passa a ser associado a um monumento de caráter histórico por intelectuais que tinham a responsabilidade de eleger locais que representariam fragmentos de uma história nacional.

Ao observarmos as múltiplas atribuições de valores dadas ao Forte São Mateus, no decorrer de sua existência até o momento em que ele foi desvirtuado de sua finalidade, notamos que o mesmo torna-se um lugar de memória (NORA, 1993). Ao ser tombado pelo IPHAN, o Forte ajuda a compreender as transformações identitárias que foram atribuídas a esse bem e as ressignificações promovidas pelos diferentes agentes históricos que se relacionam com ele.

1.4 Catolicismo no Brasil colonial: apontamentos para uma reflexão histórica

Tratar de religião no Brasil colonial é lidar com um tema complexo, vasto em suas infinitas possibilidades de abordagem e com um nexos temporal que atravessa séculos de nossa história nacional e local. Nesse sentido, como abordagem de estudo em nossa reflexão sobre a história local da cidade de Cabo Frio e seus monumentos históricos, preconizaremos em nossa reflexão o estudo do Convento Nossa Senhora dos Anjos, a sua importância para a compreensão de parte da História local, bem como os seus usos no passado colonial.

Antes de tratarmos desse importante monumento local que, além de ser tombado pelo IPHAN, é também sede do museu de arte sacra local, abordaremos alguns aspectos

gerais sobre a organização da Igreja Católica no Brasil colonial e algumas de suas variadas manifestações religiosas.

A presença de religiosos católicos naquilo que mais tarde constituir-se-ia como território brasileiro remete para fatos rotineiros desde os primórdios do período colonial. Presença constante nas viagens realizadas pelos portugueses no contexto da expansão comercial e marítima e na formação do Império Português durante a Idade Moderna, esses indivíduos e a religião que eles representavam foram um dos elementos primordiais para a conquista e manutenção dos domínios portugueses mundo afora (WEHLING, 1999, p. 82).

Em relação ao Brasil, a organização da Igreja esteve estruturada segundo a prática do Padroado, que era uma espécie de aliança entre o Estado Português e a Igreja Católica, permitindo uma forte influência do governo nos negócios da Igreja no Brasil.

A organização da Igreja no Brasil entre 1550 – 1800 era em grande parte controlada pelo Padroado, uma prerrogativa da Coroa portuguesa baseada no fato de o rei ser grão – mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal: a de Cristo (a mais importante), a de São Tiago da Espada e a de São Bento, a partir de 1551. A Ordem de Cristo era herdeira da dos Templários e gozava de grande influência. O direito do padroado foi cedido pelo papa ao rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras “descobertas, de sorte que foi por meio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada. O Estado português ainda dispunha de outros mecanismos para controlar a Igreja, como a “Mesa da Consciência e Ordens”, que procedia às nomeações eclesiásticas, e o Conselho Ultramarino, que dava pareceres em questões de direito colonial (HOORNAERT, 1994, p. 12).

Com apenas sete dioceses (Salvador, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Luís, Pará, Mariana e São Paulo), a organização das dioceses e paróquias atravessou todo o período colonial. As dioceses, prelazias e paróquias passaram por diversos momentos de vacância, devido ao desinteresse do Estado Português, que estava preocupado em exercer as funções episcopais e sacerdotais que estavam a seu serviço (HOORNAERT, 1994, p. 12-13; FURTADO, 2000, p. 15-16).

O clero secular atendia às necessidades da assim chamada “sacramentalização” ou administração dos sacramentos obrigatórios, como sejam: o batismo, o casamento, a confissão anual no tempo pascal, a missa dos defuntos. Esses sacramentos eram administrados à população em geral, não a grupos que livremente os aceitavam: eram considerados obrigatórios. Uma parte do clero secular tomava conta de capelarias das confrarias nas vilas; outra

cuidava das paróquias nas vilas e no interior do país (HOORNAERT, 1994, p. 12-13).

A Igreja Católica encontrou dificuldades para se organizar e atuar na região de dimensões colossais. Para uma melhor compreensão, vale considerar a presença de diversos grupos étnicos e culturais plurais, indo dos colonos de origem portuguesa e seus descendentes até os variados grupos indígenas, que deveriam ser incorporados ao domínio português, além dos negros oriundos do processo escravista a que estes últimos estavam submetidos.

Dentre os diversos problemas que dificultavam a uniformização da fé católica no Brasil e fragilizavam a atuação da Igreja em tão vasto território devemos destacar a falta de preparo de muitos dos religiosos que aqui atuavam. Como muitos dos fiéis eram analfabetos, acabavam sendo mal instruídos no catecismo. Outra problemática relevante era a distância entre a colônia e a Europa, dificultando o controle sobre os fiéis e os sacerdotes (FURTADO, 2000, p. 15).

Em relação à atuação do clero no Brasil colonial, é preciso enfatizar a importância das ordens monásticas e da função missionária que exerciam junto à população local e aos grupos indígenas que sofreram o processo de dominação cultural exercido através dos colégios, conventos e missões religiosas.

Com maior autonomia, se comparado ao clero secular, às ordens monásticas atuaram ao longo do período colonial inicialmente no litoral. E, à medida que o processo colonizador avança, a atuação das ordens segue para o interior do país.

Além dos padres regulares, que estavam subordinados diretamente ao Vaticano, havia aqueles ligados às ordens eclesiásticas, que tinham mais autonomia. Entre essas ordens, havia a dos franciscanos, a dos beneditinos, a dos dominicanos e a dos jesuítas. Esses últimos foram elementos importantes na difusão da religião católica no Novo Mundo, evangelizando indígenas e ensinando os filhos dos colonos. Contudo, as ordens tinham uma estrutura independente do Estado e, por isso, eram por vezes temidas, porque difíceis de ser controladas (FURTADO, 2000, p. 18).

Por sua representatividade no contexto da história colonial em Cabo Frio, duas ordens monásticas merecem uma atenção diferenciada nessa reflexão: a dos jesuítas e a dos Franciscanos. Os primeiros construíram, em 1617, no atual município de São Pedro da Aldeia, um aldeamento, com quinhentos índios oriundos do Espírito Santo e que nele conviveram com índios goitacazes, tamoios e guarulhos. Além da missão, os jesuítas ainda estabeleceram uma igreja e colégio na referida cidade em homenagem a São

Pedro, além de uma fazenda na região que, atualmente, compreende o Distrito de Tamoios, em Cabo Frio, denominada de Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, em 1648, permitindo que a companhia tivesse autonomia financeira para atuar com a obra de evangelização (SILVA, 1854, p. 206-218).

Estruturando-se no campo da evangelização das populações indígenas locais, via catequese, e acumulando recursos materiais que permitiram a sua autonomia financeira, os jesuítas atacaram nessas frentes na região de Cabo Frio no período colonial, marcando a sua presença de maneira permanente.

*... os jesuítas buscaram na catequese, antes de tudo, a mudança de alguns costumes ameríndios, incompatíveis com a católica – como a poligamia, e a antropofagia – e, para isso, fizeram largo uso da música, da dança, dos autos religiosos e das procissões.
... a Companhia de Jesus tornou-se também uma das instituições mais opulentas da América Portuguesa. Através de doações e de uma cuidadosa administração de seu patrimônio, acumulou imenso cabedal em sesmarias, propriedades urbanas, fazendas de gado, engenhos e escravos africanos (VAINFAS, 2000, p. 127-128).*

Em relação à atuação da ordem franciscana em Cabo Frio no período colonial, teremos como foco neste estudo a reflexão sobre o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos.

1.4.1 Religião em Cabo Frio no período colonial: o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos

O convento franciscano consagrado a Nossa Senhora dos Anjos teve iniciada as suas atividades em 13 de janeiro de 1696. Originalmente, tinha como função ser a sede dos frades franciscanos que viviam em clausura em Cabo Frio, administrando para população local, missas, orações, canto através de coral e ações educativas no campo da leitura e escrita para as crianças.

A vinda dos religiosos para Cabo Frio está relacionada a uma solicitação da população local que requereu, junto às autoridades portuguesas, a instalação de uma casa de recolhimento e noviciado, o que foi inicialmente negada, sendo *aposteriori* atendidos pelos franciscanos, que despacharam em 1684 do Rio de Janeiro dois frades que foram verificar as condições dessa empreitada. Feito tal procedimento, foi acertado junto aos moradores a obtenção de uma doação anual de 25 bois para a manutenção dos

religiosos, tendo, pois, a construção da edificação início em 1686 (CUNHA, s.d., pág.1-2).

Estabelecido o convento, os religiosos franciscanos atuaram no decorrer do século XVIII nas atividades de cunho religioso e também no campo educacional, tendo os frades do convento a dedicarem-se a ensinar ler, escrever, e contar as crianças de Cabo Frio, formando inclusive classes especiais de gramática e Latim (CUNHA, s.d, pág. 2).

Os conventos franciscanos possuíam escolas de primeiras letras, como as de Cabo Frio e Taubaté, mas o ensino nelas ministrado, embora fosse considerado mais adequado às necessidades da terra do que o jesuítico, foi menos importante para a educação na Colônia. Outras ordens, como a dos beneditinos e das carmelitas, possuíam cursos para formação de noviços e, em alguns conventos e mosteiros, chegou a haver teses de doutoramento (WEHLING, 1999, pag. 298).

Essa preocupação em atuar no campo missionário religioso e educacional foi uma tônica constante das ordens religiosas que atuaram no Brasil colonial, tais como, os franciscanos, jesuítas e carmelitas, estabelecidas por meio do sistema tripartido: conventos litorâneos, fazendas e aldeamentos no interior.

“Ao lado dos jesuítas atuaram os franciscanos. Estes agiram através de um sistema tripartido: conventos litorâneos, fazendas e aldeamentos no interior.”... A ordem franciscana irradiou-se pelo litoral a partir de Olinda (1585), concentrando-se sobretudo na faixa entre Paraíba e Alagoas, com conventos também em Salvador, Espírito Santo, Rio de Janeiro etc (HOORNAERT, 1994, pag. 32).

Durante os primeiros séculos da colonização, grande parte da vida urbana esteve ligada à organização do clero católico no Brasil, seja por meio do clero regular ou das ordens monásticas dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos em suas múltiplas festividades, procissões e enterros, entre outras expressões de religiosidade. Essa forte presença da vida monacal no período colonial refletiu na arquitetura colonial e sua representatividade se deu por seus conventos e mosteiros espalhados nos domínios portugueses (MEDEIROS, 2010, pag. 4-6).

O Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, foi construído em pedra e cal, tendo a sua planta em formato retangular, com pequeno claustro no centro, seguindo a lógica das construções franciscanas do período colonial, pautadas na simplicidade e funcionalidade da construção: catequese, amparo religioso, ensino e convívio com os cidadãos da vila ou cidade (FERNANDES, 2013, p. 4-5).

A construção de uma igreja começava pela capela-mor da qual se seguia a nave, o frontispício e, de sua conclusão, era erigido o convento. A Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, em nave única para facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis.

Ao atravessar o templo, o observador é conduzido ao jardim do museu, área onde se situam, especificamente, as ruínas do Convento. O convento de Cabo Frio foi erguido em formato quadrangular e possuía no centro um pequeno claustro, entre a igreja e a torre sineira – que preservada, repousa alinhada à fachada. Durante o período em que o edifício esteve ocupado pelos frades franciscanos, foram feitas obras, em 1762 e posteriormente, inclusive a do anexo dos fundos, que atualmente não existe mais. Todas as dependências do convento – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro (RIBEIRO, 2017, p. 138-139).

Construção maciça de pedra e cal, defronte para o canal do Itajuru, encravada na área urbana em que passou a se constituir o núcleo central da Cidade de Cabo Frio, o convento franciscano era uma construção modesta, se compararmos com o convento da mesma ordem situado na Cidade do Rio de Janeiro, mas dada às proporções da pequena vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, era uma construção imponente e que, assim como a Igreja Matriz, de nome homônimo ao da cidade, irá marcar o perímetro de atuação do clero católico secular e regular no Brasil colonial.

Nesse sentido, o conjunto igreja-convento caracterizou-se por atender às necessidades inerentes às atividades conventuais; segundo a regra básica da arquitetura, adaptou-se sempre que possível ao clima, voltou-se para a escolha adequada do local da construção, buscando a proximidade dos cursos d'água, escolheu o isolamento do espaço rural na fase inicial, as elevações do terreno, a inserção nos extremos da malha urbana. Esses edifícios não eram construídos de uma só vez; o núcleo inicial era geralmente o claustro, seguindo-se a construção da igreja (da capela-mor para a entrada) e finalmente a frontaria, a torre e o adro com o cruzeiro (FERNANDES, 2013, pág. 5).

Acompanhando a lógica de outras construções do período, o Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, teve em sua construção materiais presentes na localidade e se estabeleceu nas proximidades da Fonte do Itajuru, principal fonte de água doce da Cidade, e nos extremos da área urbana, tendo em consideração o fato de que o núcleo urbano original se situou no bairro da Passagem, local em que eram atracadas pequenas embarcações que corriam a lagoa e que se comunicavam com a barra do canal. Com a expansão da malha urbana nos séculos posteriores, o convento

deixa de se situar nos extremos e passa a fazer parte da área central da cidade (CUNHA, s.d., p.1-3; RIBEIRO, 2017, p. 134-139).

Ajudando no serviço religioso e educacional em uma vasta dimensão geográfica que compreendia na época uma região que hoje corresponde os municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Araruama, Casemiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim, os frades franciscanos tinham uma tarefa monumental de contribuir na educação das primeiras letras aos moradores de Cabo Frio e regiões limítrofes, assim como na administração de missas, orações e aplicação dos sacramentos.

De sua formação no final do século XVII ao seu eclipse no final do século XIX, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos passou de uma casa, que abrigou no auge de suas atividades por volta de 30 religiosos, a um lento processo de decadência que culminou quando o último religioso, Frei Vitorino de Santa Felicidade, veio a falecer em 1872, tendo com a sua morte selado o destino do convento.

O início das atividades no Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio foi em 13 de janeiro de 1696 com cerimônia conduzida pelo Provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz. Durante o seu funcionamento, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio chegou a abrigar 30 religiosos (1765) “(...) sem sabermos como era possível aboletar-se aí tanta gente”, observa Frei Basílio Röwer, autor do relato mais completo sobre a casa religiosa feito até o momento (Röwer, 1957, p. 385). Já a partir das décadas finais da segunda metade do século XVIII, o número de religiosos que viviam no Convento começava a sofrer grande redução. Em 1788, um decreto régio exigia autorização da rainha D. Maria I para os jovens que desejassem ingressar no noviciado (Hermann, 2000, p. 149). Não se sabe se por essa razão, em 1797, apenas seis frades permaneciam na casa religiosa de Cabo Frio. Dois anos depois, viviam no local: quatro frades franciscanos, três sacerdotes e um leigo (Notação vp07). Já no início do século XIX, registros informam que no Convento eram apenas quatro frades que “pouco ou nada fazem” (Visita do bispado do Rio de Janeiro), sendo que em 1832 havia apenas um remanescente. A escassez de religiosos dificultava a continuidade das atividades conventuais. Em 1872, o último religioso do Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, Frei Vitorino de Santa Felicidade, falecia, tendo os seus sacramentos sido administrados pelo vigário paroquial, selando os destinos do edifício (RIBEIRO, 2017, p. 123).

A redução drástica de religiosos no decorrer do século XIX levou à degradação física do convento, somada a dificuldades em manter a sua manutenção por parte dos poucos religiosos ali presentes. Em 1858, a Ordem Terceira de São Francisco obteve

dos frades uma parte do terreno e ali construiu sua igreja, além de um cemitério (CUNHA, s.d, pág.2).

Entre 1916 e 1919, o imóvel foi apropriado pelo governo federal, o que não impediu que sua degradação fosse acentuada, tendo, inclusive, parte de seus materiais e mobiliário saqueados.

O acontecimento seria relacionado a uma querela entre os religiosos e o Executivo Federal, quando este sequestrara os bens provinciais, situação definida a favor dos religiosos em 1919. O monumento foi considerado res nullius, ou seja, coisa a que ninguém pertença ou abandonada, deflagrando, assim, o saque ao imóvel – “carroças estacionavam junto às muralhas carregando telhas, madeiramento, portas, janelas, assoalho e, enfim, as próprias pedras” (Röwer, 1957, p. 402). O mobiliário também fora quase todo perdido, havendo apenas restos de assento de coro. E a biblioteca dos franciscanos teria sido queimada por razões sanitárias. Quanto a seus outros bens integrados, relata o frade em Páginas Franciscanas que, tendo sido objetos e alfaias confiados a um cidadão local, acondicionados em sua casa, foram misteriosamente desaparecidos (RIBEIRO, 2017, p. 124).

Depois de um longo processo de degradação do patrimônio material do convento, a situação desse monumento histórico começa a mudar quando, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas instituiu a proteção do patrimônio histórico nacional através do decreto-lei nº 25, garantindo a preservação de bens móveis e imóveis que estivessem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil. Coube, assim, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o levantamento dos bens, a sua catalogação no livro do tomo, bem como a sua proteção por parte do poder público (RIBEIRO, 2017, p. 124-126).

O primeiro processo de tombamento em Cabo Frio é o de número 447-T-51, datado de 1951. O documento trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente os seguintes bens: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus.¹³

Passado pouco mais de uma década do tombamento dos bens acima descritos, foi aberto um novo processo de tombamento. Dessa vez, em vista da urgência da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local e, somado a isso, da ampliação

¹³Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51 de 1951, página: 1.

da área de proteção, considerando o processo de degradação, resultado da falta de cuidados e a destruição oriunda da expansão urbana da Cidade.¹⁴

Em vista das ameaças que o patrimônio histórico e natural vinha sofrendo, foi feito um novo processo de tombamento para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade de Cabo Frio.¹⁵ Desse novo processo de reordenamento dos bens tombados, ocorreu uma nova configuração a respeito das áreas protegidas tendo como elementos a serem preservados:

1. *Conjunto arquitetônico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, inclusive o adro fronteiro, o cruzeiro e mais o Largo de Santo Antônio até a orla do canal. O tombamento foi estendido à capela e Morro de Nossa Senhora da Guia.*
2. *Morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados, como acréscimo de Marinha no canal de acesso à lagoa.*
3. *Forte São Mateus, inclusive o Penedo em que ele se assenta, e toda a ponta da praia, constituindo uma área de quinhentos metros de raio, traçada a partir do centro geométrico do Forte.*¹⁶

Como podemos perceber, o processo de reconhecimento e tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio teve como uma de suas motivações a preocupação com a preservação desses monumentos, face sua degradação e destruição.

Em 1968, foi assinado um convênio entre o SPHAN e o Arcebispo de Niterói. O documento prevê a criação de um Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos que, após reparos promovidos pelo poder público para a revitalização do espaço, teve as suas atividades museológicas iniciadas a partir de 1982, sendo desde então, este o uso dado ao então ao antigo convento franciscano (CUNHA, s.d., pág.3-4; RIBEIRO, 2017, pág. 130-131).

O estudo da história local de Cabo Frio e de seus elementos patrimonializados, como o Forte São Mateus e o Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, permite inverter a lógica tradicional de alguns estudos históricos que enalteciam os feitos de elementos das elites políticas e econômicas a partir de reflexões a respeito de grandes cidades e capitais. Ademais, possibilita trazer para o âmbito de cidades pequenas, como Cabo Frio, pesquisas que permitam compreender as suas especificidades locais, assim como as suas relações com uma história de características gerais, invertendo desse

¹⁴ Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65 de 1965, volume: 1, página: 2.

¹⁵Ibid. volume: 2, página: 2.

¹⁶Ibid. anexo: 69.

modo a escala de observação, além de mudar a perspectiva da reflexão historiográfica (LEPETIT, 1998, P.78; GOUBERT, 1972, p.73).

O uso desses bens como fontes históricas edificadas e realizadas pelos arquitetos e técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico ajudam de modo consciente, deliberado e justificável na compreensão de fragmentos do passado de Cabo Frio, decidindo erigir em elementos comprobatórios de informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos, sob a forma de uma narrativa com coerência interna, refutável e com inteligibilidade científica própria (ROUSSO, 1996).

A utilização do forte e do convento como fontes históricas para a compreensão de parte do passado local cabofriense permite que sejam feitas atribuições de valores a esses monumentos por parte dos diferentes agentes envolvidos na sua patrimonialização, preservação e uso no cotidiano. Nessa perspectiva, tais ações, que vão do poder público, turistas, estudantes, religiosos, intelectuais nos campos da arquitetura e da história, e demais públicos envolvidos, poderão, de acordo com o seu grau de envolvimento e uso desses bens, atribuírem significados plurais aos mesmos.

Ao analisarmos os processos de tombamento realizados em Cabo Frio, percebemos a presença desse discurso nacionalista, com forte carga identitária, por parte dos arquitetos e técnicos do IPHAN. Ao justificarem o tombamento do Forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, na década de 1950, tais profissionais argumentavam que a proteção a esses bens edificados contribuiria para preservação da história colonial local e nacional.¹⁷

O processo de patrimonialização em Cabo Frio realizado pelo IPHAN na segunda metade do século XX vem fortemente influenciado por um contexto anterior de intensa valorização das narrativas históricas de caráter nacional em decorrência da legitimação dada pelo estado brasileiro a partir dos diversos governos do Presidente Getúlio Vargas, em especial no período do Estado Novo. Em 1937, o então governo criou uma agência pública responsável por selecionar, catalogar, tomba e criar políticas de preservação de bens edificados que representassem importantes períodos da chamada história nacional (CHUVA, 2009).

No próximo capítulo, analisaremos os processos de tombamento realizados pelo IPHAN a partir da década de 1950. A partir dos quais, poderemos analisar a escolha dos

¹⁷Processo de tombamento n447-T-51, de 1951, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

bens a serem tombados, as justificativas para esses processos de patrimonialização, bem como para algumas das problemáticas e tensões decorrentes dessas ações.

2. Da degradação à monumentalização: processos de patrimonialização em Cabo Frio

A cidade de Cabo Frio, fundada pelos portugueses em 1616, como a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, teve como atividade econômica inicial a exploração de pau-brasil. Local estratégico para os portugueses no início do processo de colonização do litoral brasileiro, a região foi alvo da cobiça dos franceses, expulsos tempos depois pelo português Constantino Menelau, com ajuda de Mem de Sá e índios aliados.

No decorrer do século XVII, Cabo Frio foi alçada à categoria de cidade, recebendo regimento militar e judicial. Teve como destaque a construção do prédio da Câmara Municipal e da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Com o passar do tempo, Cabo Frio foi se destacando no cenário econômico regional como grande produtor de sal, sendo este produto o carro-chefe da economia local.¹⁸

O fato de Cabo Frio ser uma cidade estruturada no período colonial, além de apresentar um conjunto de bens arquitetônicos e elementos naturais que datam desse período, contribuiu para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, viesse a tombar, em 1967, seu conjunto paisagístico composto por monumentos e espaços públicos através do IPHAN.¹⁹

Considerando a importância simbólica atribuída pelo poder público aos bens tombados pelo IPHAN, na cidade de Cabo Frio, como meio de preservação da história local, entendemos ser necessário promover uma conexão entre esses bens e a História ensinada nas escolas de Cabo Frio. A forma escolhida para tanto foi à elaboração de materiais didáticos que relacionem os bens tombados e a história local/nacional trabalhada em sala de aula.

Dentre os bens tombados pelo IPHAN, entre 1956 e 1957, encontram-se a Capela de Nossa Senhora da Guia (o tombamento abrange o Morro da Guia, onde está situada a capela), Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (cruzeiro e adro fronteiro, e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal), Forte de São Matheus (inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia), faixa do litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, além do Morro do Telégrafo, entre outras áreas.²⁰ Essas construções são

¹⁸ Sobre Cabo Frio, o IPHAN e a sua finalidade institucional, utilizamos como base, informações disponíveis no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 26/02/2017.

¹⁹ Informações retiradas no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acesso em: 26/02/2017.

²⁰ Informações retiradas no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acesso em: 26/02/2017.

predominantemente do período colonial, quando a cidade de Cabo Frio foi estruturada a partir de disputas envolvendo portugueses, franceses e indígenas, e quando foi fundada a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, em 1615.

Considerando o patrimônio histórico como todo legado material e imaterial que tenha importante significado e relevância histórica para uma sociedade ou grupos sociais, podemos considerar os bens tombados, dentro da perspectiva de Pierre Nora (1993), como lugares de memória. Dessa forma, como lugares de memória, os bens tombados para preservar aquela memória perdem seus significados originais e passam a serem ressignificados através dos usos que serão dados a eles, como monumentos a serem reverenciados.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção.... Os lugares de memória vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12-13). São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em diversos graus. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (op. cit., p. 21)

Para que a preservação desse bem patrimonial e da manutenção dele com a coletividade em que está inserida seja efetiva e permanente, é necessário que seja despersonalizado de suas características originais e possa, segundo Manoel Salgado, ser ressignificado, por meio da produção histórica.

O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados (SALGADO, 2012).

Esse processo de desritualização, ressignificação e retirada de seu sentido primordial nos bens tombados pelo IPHAN em Cabo Frio acontece em parte, no momento em que as edificações deixaram de ser utilizadas para suas finalidades originais. Como no caso do Forte São Matheus, que deixa de ser utilizado para fins

defensivos, ou o Convento Franciscano, que se tornou Museu de Arte Sacra. Vale lembrar que, no caso desses bens, esse processo ocorreu muito antes do tombamento, isto é, quando eles sofriam processo de degradação ou desvirtuamento de finalidade.

Ao referenciar a importância do patrimônio histórico como lugar de memória em que se procura criar uma identidade social, um passado em comum entre os indivíduos de certa localidade, Paulo Cesar Tomaz²¹ destaca que ao

se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p.2).

Dominique Poulot (2012), ao tratar da expansão do patrimônio como elo social que mobiliza indivíduos e instituições públicas e privadas para a conservação de heranças materiais e imateriais, ao qual podemos entender por meio de conjuntos materiais, saberes, valores e regimes de sentido, evidenciará que a aplicação deste campo de estudo produzirá uma razão própria na produção de sentido e inteligibilidade.

Nisso, o patrimônio parece constituir um campo de aplicação privilegiado para reexaminar três questões sob o ângulo da circulação social: a do olhar erudito sobre obras e objetos materiais; a da historicização de uma sociedade e, de forma mais geral, de sua relação com “regimes de historicidade”; e, por fim, a da ética e da estética que dela decorrem ou à qual estão ligadas (a exemplaridade e a adesão, mas também a emancipação ou a denegação). (POULOT, 2012, p.32).

A valorização do patrimônio, como bem, e a sua própria conceituação constituir-se-á a partir do contexto da Idade Moderna na Europa. Nessa época, a literatura artística procura exaltar uma cidade ou nação e a preservação de bens a eles associados. No século XIX, além das preocupações preservacionistas e de manutenção de uma memória e uma tradição, ligadas à emergência dos estados-nações, percebeu-se uma progressiva

²¹O autor toma de empréstimo o conceito de lugar de memória a partir das ideias de Pierre Nora, utilizando-se de base um artigo de Sandra Jatahy, Pesavento. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 29, 2002.

instauração de um academicismo de conservação e restauração patrimonial. Ao longo do século XX, a noção de conservação passou a apresentar uma representação de historicidade ao tratar o patrimônio como um resquício do passado no presente. Dessa forma, houve uma ampliação do próprio conceito de patrimônio que deixará de ter, como prerrogativa, a conservação de bens materiais, passando a valorizar também a conservação de recursos culturais imateriais (POULOT, 2012).

Resta considerar, em seguida, as construções patrimoniais como outros tantos “modos apropriados” de tratar o passado, como outros tantos estilos – o estilo encarnando uma “noção de perspectiva histórica” (Ginzburg, 1998, p. 120), segundo a formulação luminosa de Carlo Ginzburg. Exposições recentes consagradas, ora a atores da patrimonialização monumental – para além dos grandes iniciadores Mérimée e Viollet-le-Duc, que são casos de escola –, ora a fundadores de museus, ora, por fim, a inventores de sítios arqueológicos, mostram o quanto esses episódios foram outros tantos estilos significativos de regimes materiais de temporalidade. Essa perspectiva, cuja especificidade decorre da adoção de um ponto de vista da recepção, é suscetível de se estender a formas de exposição, de encenação, de representação de um passado material (em particular no museu) que dão lugar a esse mesmo sentido de “patrimonialidade” (POULOT, 2012, p.41-42).

Procurando evidenciar a importância do patrimônio histórico na sociedade contemporânea e os seus diversos usos pelo poder público ou por instituições culturais preservacionistas de um determinado tipo de memória, Daher (2012) destaca que

É certo que se possa falar, hoje, com Dominique Poulot, de “patrimônio” como uma disciplina ou como um tipo de administração voltada para a promoção de tradições, memórias e lugares, e mobilizada tanto para a produção de saberes quanto para as comemorações cívicas e o comércio de produtos, como os turísticos. Em todas essas práticas se inscreve a necessidade de preservação, inegavelmente ligada à busca da autenticidade de uma herança coletiva. Nesse sentido, ainda segundo Poulot, patrimônio tornou-se hoje, no Ocidente, sinônimo de laço social pela mobilização do poder público através das instituições culturais e de leis cada vez mais amplas que regulam a necessidade de conservação diante da realidade da destruição e da iconoclastia (op. cit., p. 117).

Por sua vez, François Hartog ressalta que a preocupação de preservação do patrimônio histórico a partir do século XX tem como uma de suas preocupações a dinâmica preservacionista, procurando criar uma ligação entre passado e presente, evocando esse passado, por meio da tentativa de retomar a emoção de uma vivência

pretérita, o que possibilita criar um vínculo entre os homens do tempo presente e aquele passado legitimado.

O fato de que patrimônio e temporalidades estejam indissolúvelmente ligados é uma evidência, já que o patrimônio é a reunião de semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento). Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, no qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Que se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de pode visitá-lo (HARTOG, 2103, p.107).

A partir dessa percepção do patrimônio histórico, como algo que está relacionado à preservação de um passado e que está associado ou é associado a memórias de caráter individual ou coletivo, além de estar a sua própria legitimação como um bem cultural contextualizado a um momento histórico em que foi criado, o patrimônio é historicamente construído, estando sujeito, portanto, a uma historicidade própria (POULOT, 2012; SALGADO, 2012; HARTOG, 2013).

A preservação do patrimônio material e natural da cidade de Cabo Frio segue na lógica de se preservar um bem que tem ou possa ser atribuída uma relação de memória material, institucional e coletiva com a comunidade em que está relacionada, por meio do seu uso ao longo do tempo e de sua possível representatividade material e simbólica.

A análise entre as aproximações, distâncias e transposições de narrativas entre a patrimonialização promovida pelo IPHAN em Cabo Frio e a produção de uma memória histórica, legitimada por um órgão oficial do governo e que promove uma construção de sentido, permanência e seleção do que deve ser enquadrado como memória oficial, estão dentro da perspectiva do uso do conceito de enquadramento de memória trabalhado por Michael Pollak²².

Em artigo publicado na revista Estudos Históricos, Pollak trabalha com a problemática das disputas de memória entre as narrativas dos indivíduos, as instituições responsáveis pela preservação e manutenção de uma narrativa de memória que procura

²²M. Pollak. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. 1989.

legitimidade histórica e uma memória oficial ligada a algum grupo político que esteja no poder e que queira salientar ou ocultar alguns tipos de memórias.²³

Segundo Pollak (1992), a memória é um fenômeno individual que abrange a todos os indivíduos de maneira singular e pessoal, estando relacionado às suas experiências e leituras de mundo. Além disso, é um fenômeno coletivo e social, em que as experiências compartilhadas ou marcas identitárias entre os sujeitos, promovem uma aproximação ou uma troca de visões de mundo, entre as diversas narrativas de um mesmo evento pretérito.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

Constituindo um importante instrumental na preservação de informações do passado e servindo como ferramenta para a elaboração de uma narrativa histórica sobre um determinado passado, a problematização do uso da memória no trabalho do Historiador otimiza a pluralidade das fontes históricas, além de permitir leituras diversificadas sobre o passado.

O uso da memória como uma das fontes históricas a serem utilizadas pelo historiador tem como um dos elementos problematizadores a participação na formação ou permanência de identidades compartilhadas de um ou mais grupos sociais ou instituições, de maneira a ter uma consciência de pertencimento de grupo e perpetuação de hábitos para outras gerações através da participação direta ou indireta dos eventos pretéritos (CANDAUI, 2014).

Pierre Nora, ao tratar da tensão que envolve memória e história, bem como suas implicações na produção da narrativa histórica, procura delimitar as fronteiras entre esses elementos e o processo de dessacralização da memória. Segundo ele, nesse processo, o historiador ao praticar uma operação intelectual laica e crítica, limita as possibilidades do uso da memória que é fluída, menos formal e muito ligada às emoções.

²³ Nesse artigo, Pollak cita as disputas de memória entre na Europa em torno da Memória de Stalin no contexto de desestalinização ocorrida no século XX e os diferentes usos e silenciamentos dessa memória. Ibidem, páginas 4-8.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança, e do esquecimento, incosciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas transferências, censuras ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORRA, 1993, p. 9).

A memória, seja através de relatos diretos ou indiretos dos indivíduos, ou através de monumentos que remontam as narrativas de eventos atribuídos ao passado, serve como recurso fundamental para a identidade social, remetendo à criação de um sentimento de ligação emocional, além de dar perenidade e vivacidade aos guardiões e mantenedores dessa memória, a partir de sua rememoração (CANDAUI, 2014; HUYSSSEN, 2000).

A fim de entender o conjunto de regras que regem a escrita da história e como os indivíduos ou uma coletividade se instaura, desenvolve-se, percebe o tempo e o impacto dessa consciência de si e de uma comunidade na narrativa produzida por eles e pelos historiadores, utilizaremos o conceito de regime de historicidade (HARTOG, 2013).

Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar o nosso próprio tempo (HARTOG, 1996, p. 96).

Em termos de regime de historicidade para o estudo dessa memória que é individual, coletiva e social, mobilizaremos o conceito de enquadramento de memória proposto por Pollak, ao ressaltar a utilização dos recursos da pesquisa histórica, da narrativa efetuada pelo historiador e das memórias que são selecionadas para serem preservadas, contribuirá para melhor compreendermos o porquê de algumas memórias serem mais valorizadas e ganharem estatuto de veracidade histórica (POLLAK, 1988, 1992).

Considerando que outros autores também tratam do uso da memória como recurso para o trabalho dos historiadores e para a elaboração de um discurso histórico

que dê conta de interpretar a realidade social, podemos utilizar deste instrumental teórico para embasar o referido trabalho e ajudar na compreensão histórica²⁴.

Ademais, levando em conta a importância do patrimônio histórico como meio de preservação de fragmentos do passado e de produção de uma memória histórica que busca legitimidade através de uma narrativa com regras e objetos próprios do meio em que é desenvolvida e que tem como um dos seus elementos a produção de inteligibilidade, produziremos um material didático que procure fazer uma aproximação entre o conhecimento produzido pela academia no campo da história. No caso do patrimônio histórico de Cabo Frio, este tem a chancela de uma instituição oficial do governo que tem a atribuição de determinar ou enquadrar o que deve ser exaltado ou preservado como patrimônio histórico, assim como as instituições de ensino de caráter público e privado na cidade.

Essa aproximação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento trabalhado na escola será feito com auxílio da criação de um guia para professores e alunos sobre os bens tombados pelo IPHAN na cidade. Vale informar que esses bens serão relacionados à história local e à história narrada pelos livros didáticos, o que possibilitará construir conexões entre as diversas narrativas do conhecimento histórico.

2.1 Como tudo começou: um requerimento, dois processos e um tombamento

O objeto de reflexão deste capítulo é o processo de patrimonialização de bens da cidade de Cabo Frio. Esse ato teve início com a abertura de um processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1951.²⁵

Nesse ano, o Departamento Geográfico da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro enviou um ofício ao então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), demandando o tombamento do Morro da guia, juntamente com o Convento e a Igreja presentes no local. Como argumento para o

²⁴ Fernando Catróga, 2001; Fernando Sánchez Costa, 2009; Andreas Huyssen, 2000; François Hartog, 2013; Manoel Luiz Salgado Guimarães, 2012.

²⁵ Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto nº 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343 (AGUIAR, 2016, pág.104).

aludido tombamento, o requerente alegou que o Morro da Guia é, para cidade de Cabo Frio, o equivalente ao Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro.

Em resposta a essa solicitação, o IPHAN iniciou o processo de tombamento, estendendo os limites da área a ser preservada até as ruínas do Forte São Mateus. Como alegação, os responsáveis pelo ato defenderem a ideia de que os locais em que estão localizados esses monumentos são unidades paisagísticas muito procuradas pelos turistas que visitam a cidade.

Esse requerimento deu origem a dois processos (447-T-51 e 7575-T-65), que se complementam e que se arrastaram por décadas, passando por diferentes instâncias da burocracia estatal, com discussões sobre alguns dos principais desafios enfrentados na gestão do patrimônio da cidade, que vão desde a abertura do processo de tombamento na década de 1950, passando pela necessidade de definir os limites da área a ser tombada, de solucionar a escassez de recursos para manter as áreas de tombamento, indenizações a antigos proprietários ou ocupantes de algumas das áreas, as disputas de interesses econômicos e imobiliários locais com o crescimento desenfreado da cidade a partir da expansão do turismo na região do Lagos na segunda metade do século XX e as dificuldades encontradas pelo IPHAN na preservação desses monumentos. Sobre estes, vale dizer, além do caráter histórico, também foram valorizados pela questão paisagística.

Observando essas problemáticas, percebemos três eixos importantes em relação a esses processos de tombamentos e que serão analisados, dentro das possibilidades deste capítulo. O primeiro ponto será a problematização em torno da preservação patrimonial desses bens, com forte ligação com o passado colonial português e que sofrerão um processo de conservação por parte do IPHAN. Cumpre destacar que esse órgão buscará manter saberes, valores e regimes de sentido, com o objetivo de produzir uma inteligibilidade histórica a partir dessa memória que será preservada (POULOT, 2012).

O segundo ponto a ser explorado diz respeito ao processo de enquadramento de memória efetuado pelo IPHAN. Esse instituto, responsável por cancelar os bens e saberes que serão constituintes de um patrimônio histórico nacional, ao eleger alguns monumentos e paisagens como representativos de uma memória histórica local, bem como capazes de apresentar ligações com uma história nacional, “irá enquadrar uma determinada memória, que passa a ser legitimada, como importante para a compreensão

daquele passado e que irá sofrer a despersonalização de suas características originais” (POLLAK, 1989, 1992).

O terceiro ponto a ser abordado neste capítulo será a compreensão do processo de tombamento efetuado pelo IPHAN, como transformação desses monumentos em lugares de memória, com auxílio da produção de uma narrativa intelectual produzida pelos membros do instituto do patrimônio histórico que elegerá locais, bens e memórias atreladas a esses espaços como locais de produção de sentido histórico (NORA, 1993).

Assim, neste capítulo serão trabalhados os conceitos de patrimônio histórico, enquadramento de memória e lugares de memória, a fim de buscar compreender como o processo de tombamento, efetuado a partir da década de 1950, será capaz de ajudar na construção e preservação de alguns bens históricos na cidade de Cabo Frio, sem que houvesse uma maior participação dos moradores da cidade. Nesse sentido, acreditamos que a política de preservação restringiu-se ao tombamento e fiscalização dos bens imóveis, sem maior envolvimento da sociedade civil organizada em função de uma determinada concepção de política de preservação vigente à época.

Devemos considerar que, devido aos limites dessa dissertação, a gama enorme de documentos e o extenso período que os processos abrangem, focalizaremos a nossa análise no que diz respeito aos objetos desta pesquisa, ou seja, o Forte São Matheus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos.

2.2 A constituição do Patrimônio Histórico a ser preservado: o que preservar, e para que preservar

Em 06 de Junho de 1951, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por intermédio do seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade²⁶ solicitou à Prefeitura Municipal de Cabo Frio o nome e endereço dos proprietários de terrenos na área do Morro da Guia, onde se localizam o convento e a Igreja Santa Maria dos Anjos e a Capela de Nossa Senhora da Guia²⁷. No mesmo dia, o diretor do SPHAN, por meio do ofício nº 779, comunicou ao diretor do Departamento Geográfico, que o SPHAN julgou procedente a solicitação desse departamento a respeito da inscrição do conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia no livro de Tombo Histórico, assim como

²⁶Rodrigo Melo Franco de Andrade foi nomeado diretor do SPHAN em 1937 pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema e ocupou o cargo até 1967, participando da criação, estruturação e sistematização das políticas de preservação patrimoniais do Brasil ao longo de três décadas.
(<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%93-1969>)

²⁷ Ofício nº 780 da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional assinado pelo diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade.(Processo, nº 447-T-51 p.5)

no de Belas Artes, comunicando que pelo parecer da divisão responsável por estudos e tombamentos, a inscrição no livro de tombo deve estender-se a ponta do forte.

Em resposta à consulta formulada no, citado ofício de V.S., cabe-me comunicar-lhe que esta Diretoria julga acertado e conveniente proceder à inscrição do referido conjunto, quer no Livro do Tombamento Histórico quer no das Belas Artes, dada a significação dos monumentos de arquitetura religiosa que o integram, ou sejam, o convento e igreja de Santa Maria dos Anjos e a capela de Nossa Senhora da Guia.

No parecer da Divisão de Estudos e Tombamentos, a inscrição deve estender-se à Ponta do Forte, para abranger as ruínas do Forte de São Mateus, que formam, com a area onde se acham localizados aqueles monumentos, uma unidade paisagística, tão procurada pelos turistas (Processo, nº 447-T-51 p.5).

No parecer da diretoria do SPHAN apresentado ao Departamento Geográfico, encontra-se como significante para o tombamento dos monumentos selecionados, sua arquitetura colonial e o fato de serem importantes objetos de visitação turística.

No Brasil, designou-se como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante “genuína” das origens da nação. O passado resgatado não poderia jamais tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar – um quase presente -, e, nessa relação dada pela ruptura, era preciso que entre os dois acontecimentos não houvesse nenhuma causalidade. A escolha do que se pretendia identificar como constituinte da nação resultou na seleção de bens que representassem uma história remota e originária, inscrita num “tempo homogêneo e vazio”, revelando a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente, distanciando-se dele. O processo de embelezamento dos monumentos, sua restauração e o enorme empenho em mantê-los conservados da deterioração corresponde à metáfora desse processo de “embelezamento” da história (CHUVA, 2009, p. 48).

Desde a sua criação, o SPHAN teve como principal função a seleção e preservação de bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos. Criado em 1937, durante o Estado Novo, em um momento de transformações políticas e institucionais, em que o Estado Brasileiro procurou ressignificar a identidade nacional, por meio de práticas que pudessem ligar o passado da Nação com o presente, o SPHAN tornou-se o órgão federal responsável por produzir uma narrativa que legitimasse fragmentos do passado, selecionados, catalogados e direcionados por esse órgão da burocracia estatal em

semióforos representativos de uma identidade que utiliza parâmetros unificadores para produção de sentido pela chancela de patrimônio.

Historicamente atribuída com exclusividade ao Estado, a ação de preservação dos bens culturais confere a determinados bens um caráter simbólico de emblema representativo da nacionalidade, cuja legitimidade é conquistada pela ritualização das práticas de preservação então instauradas, estabelecendo, por meio desses bens culturais, uma continuidade em relação a um passado remoto (CHUVA, 2009, p.33).

A patrimonialização efetuada pelo DPHAN em Cabo Frio nos anos de 1950 segue a uma lógica que acompanha essa autarquia estatal desde a sua criação, a da ênfase no tombamento de bens que estejam maciçamente ligados ao passado colonial, edifícios monumentais que tenham representatividade local a partir do olhar dos responsáveis técnicos que, na época, eram em grande parte ligados a área de arquitetura e que apresentaram em suas escolhas, a preocupação em manter uma memória história edificada (CHUVA, 2009).

A escolha do conjunto arquitetônico e paisagístico que inclui o Convento Nossa Senhora dos Anjos, o Forte São Matheus e áreas contíguas obedeceu a essa tendência de valorização dos monumentos com ligação ao passado colonial. Como é possível observar, buscou-se criar um elo entre o passado, servindo de ponte para construção de uma identidade nacional por esse órgão da burocracia estatal, assumindo a função de estreitar e construir pontes entre diferentes temporalidades.

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre o passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo²⁸(GONÇALVES, 1988, p.265).

A política de preservação patrimonial desenvolvida nos anos de 1930 que procura estabelecer pontes entre o passado nacional, mesmo antes de existir a nação, e o presente autoritário nas décadas em que vigorou o Estado Novo criou práticas de seleção, preservação e manutenção de memórias históricas que foram atribuídas à nação

²⁸Sobre a transformação e utilização de relíquias e monumentos em bens culturais, ver: GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 264 - 267.

brasileira e que foram estendidas pelas décadas seguintes (CHUVA, 2009, Gonçalves, 1988).

No processo de tombamento efetuado em Cabo Frio, percebe-se o discurso da preservação dos bens edificados pelo DPHAN, na vasta correspondência entre o DPHAN, Prefeitura Municipal, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, Mitra Diocesana e Ordem Terceira na necessidade de proteção dos bens devido à ameaça do crescimento urbano desordenado.²⁹

Em correspondência ao Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, em 1961, o diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade relatou a preocupação com construções irregulares na contiguidade e na vizinhança do Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, solicitando providências para que o problema fosse solucionado.³⁰

Senhor Doutor Procurador:

Havendo sido executadas, com infração flagrante da legislação federal em vigor, diversas construções de feição equivalente a favela, na contiguidade e na vizinhança imediata do Convento e Igreja de N. Sra. dos Anjos, em Cabo Frio, - monumento inscrito nos Livros do Tombo, tal como o comprova a certidão anexa -, venho solicitar empenhadamente as valiosas providências da alçada de V.Exa. junto às autoridades públicas competentes do Estado e do Município, a fim de serem removidas as mencionadas construções e, bem assim, assegurada a proteção eficaz do monumento contra a ocorrência de novas intrusões semelhantes (Processo, nº 447-T-51 p.22).

Para construção de uma memória nacional em Cabo Frio, a justificativa processual também aponta para a ameaça material a existência desses bens e a necessidade de proteger para as gerações vindouras esses monumentos. Analisando essa vasta documentação, através das dezenas de correspondências, ofícios, telegramas, e certidões, percebemos que inicialmente os interesses distintos do DPHAN, da Prefeitura Municipal e da Igreja Católica confluíam no sentido da necessidade de preservação dos bens selecionados para tombamento.

²⁹Processo: 0447-T-51: ofício nº 70 do DPHAN para prefeitura de Cabo Frio de 1951; ofício nº 89/51 da Prefeitura de Cabo Frio para o DPHAN; correspondência para vigário da paróquia de Cabo Frio em 1956; telegrama do DPHAN para a Mitra Diocesana em Niterói e resposta da mesma no ano de 1956; notificação nº 775 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1956; notificação nº 806 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1958; ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

³⁰Processo 0447-T-51: ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

a construção dos patrimônios também esteve permanentemente ligada à tentativa de “salvar da destruição” bens móveis e imóveis que passaram a receber proteção jurídica com este fim. Os órgãos de preservação, através de aparatos jurídicos, tentaram garantir às novas gerações uma espécie de “herança” através de impedimentos legais de destruição, modificação e novas construções (AGUIAR, 2015, pág.87).

Para o DPHAN, a urgência no tombamento estava relacionada ao elevado grau de abandono desses bens e à ameaça que o crescimento desordenado da Cidade de Cabo Frio poderia trazer para a preservação dessa memória, entendida pela autarquia estatal, como de interesse nacional.

Na documentação processual, consta um ofício de nº 38 de 6 de Março de 1978, da Prefeitura de Cabo Frio, No documento, o Chefe do Departamento de Turismo³¹, solicita informações sobre o tombamento efetuado pelo IPHAN, para que fosse efetuada a divulgação, proteção e conscientização da população fixa e flutuante da cidade em defesa do patrimônio histórico local.

Percebemos, por esse ofício, indícios por parte da administração municipal no contexto da década de 1970, isto é, a pretensão de desenvolver uma política de conscientização e preservação do patrimônio histórico local junto à população da cidade e seus visitantes por intermédio de ações de caráter informativo. Para isso, a recorrência à figura de Marcio Werneck da Cunha, intelectual local, ocupante de funções na área da cultura e turismo em diferentes administrações municipais, tendo o mesmo uma vasta produção sobre a história de Cabo Frio.³²

Em resposta ao ofício municipal, Renato Soeiro, Diretor Geral do IPHAN, envia para o chefe do departamento de turismo de Cabo Frio, certidões expedidas pelo instituto, com as informações pertinentes ao tombamento do Convento, da Igreja Nossa Senhora dos Anjos e do Forte São Mateus.³³

Interessante percebermos que, entre a ação de patrimonialização nos anos de 1950 e a década de 1970, período em que o órgão municipal responsável pelo turismo solicita a autarquia federal responsável por delimitar, selecionar os bens edificados que

³¹O ofício municipal foi assinado por Márcio Werneck da Cunha, indivíduo que, além de ocupar diversos cargos na esfera municipal entre as décadas de 1970 e 1990, no campo do turismo e da cultura local, também é responsável na elaboração de diversos estudos sobre a história de Cabo Frio e região.

³² Para maiores informações sobre a biografia e produção historiográfica de Márcio Werneck da Cunha: <https://acervomarcioverneck.com.br/curriculo/>

³³Ofício nº 605 do IPHAN, de 14 de março de 1978.

receberão a chancela de Patrimônio histórico, acontece à transformação desses objetos em lugares de memória (NORA, 1993).

Os lugares de memória, são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção... Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade (op. cit., p. 12-13).

A transformação desses lugares de memória do período colonial em arquivos de certa temporalidade que procura criar laços de um passado remoto com o presente, através desses semióforos de um tempo passado que foi escolhida pelo IPHAN para ser a representação de um pretérito que não atende mais as características originais pelo qual foi elaborado e sim uma despersonalização de suas funções e uma ressignificação desses objetos através de uma memória transformada (NORA, 1993).

Para a Prefeitura, a preservação passava pela possibilidade de ter uma maior visibilidade frente às esferas estaduais e federais de poder. E, graças à relevância desses bens locais, poderia talvez viabilizar recursos para cidade, além de também ser um vetor para o incremento do turismo, visto que o tombamento, apesar de estar embasado em edificações de pedra e cal, ainda tinha o caráter paisagístico de preservação do entorno desses bens a serem tombados.

O problema da escassez de verbas para o DPHAN, posteriormente denominado IPHAN, será uma realidade que irá atravessar por décadas a autarquia estatal responsável pela política preservacionista nacional, bem como irá atrasar a implementação de ações de cunho preservacionista em Cabo Frio e outras localidades, apesar das tentativas de buscar parceria com o poder público municipal em ações de restauro (AGUIAR, 2016, p. 96, 102).

Na documentação que trata do processo de tombamento nº 0447-T-51, consta uma notificação de nº 775, de 22 de novembro de 1956, do DPHAN para o Ministro Provincial da Imaculada Conceição. No documento, há a informação sobre o tombamento do Convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos, por meio da inscrição no livro de Tombo nº 3, com a denominação de bem de arquitetura religiosa, pertencente à Província da Imaculada Conceição.

Passados dois anos da notificação sobre o tombamento da igreja e do convento, houve a presença da notificação nº 806 de 26 de novembro de 1958, em que o DPHAN

informa ao Ministro Provincial Franciscano a ampliação do tombamento das antes aludidas áreas, em que teria agora como acréscimos a capela, e cemitério da ordem 3ª de São Francisco, cruzeiro em frente ao Convento e a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, conforme inscrição do livro do tombo das Belas Artes.

Nota-se, a partir dessas duas notificações, a preocupação com a preservação de imóveis religiosos, compreendidos entre o Convento e a Igreja Nossa senhora dos Anjos. Posteriormente, o tombamento estendeu a toda área próxima ao Convento, incluindo o Morro da Guia e a capela presente no alto do morro.

Como podemos notar, há uma preocupação com a preservação do bem edificado, considerando se tratar de uma arquitetura religiosa de caráter colonial, isto é, o foco dos arquitetos e técnicos do IPHAN, responsáveis por salvaguardar esse bem, mostrando a perspectiva da época em manter bens ligados ao passado colonial e valorizados a partir de suas características arquitetônicas (CHUVA, 2009, AGUIAR, 2016).

Em 1961, foi expedido para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro um ofício de nº 1796, em que é relatada a construção de habitações irregulares na área contígua e vizinha ao Convento, sendo denominadas de feição equivalente à favela. Segundo o documento, essas construções comprometeriam os bens tombados naquela localidade. Em razão disso, são solicitadas providências às autoridades competentes para resolução desse problema, entendendo que fossem asseguradas a proteção eficaz, assim como medidas para conter a ocorrência de novas intrusões. Além da notificação, foi encaminhada em anexo uma certidão, comprovando a inscrição e o tombamento dos bens relatados.

Depois de décadas de abandono e intensas negociações entre a Mitra Diocesana e o DPHAN, será celebrado um acordo no dia 12 de Março de 1968, em que é assinado o convênio para criação e instalação de um museu de arte religiosa e tradicional nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos, cedido pelo período de 50 anos. Tal medida permitiu, com recursos provenientes da esfera federal, a sua revitalização, manutenção e administração do espaço.

Além da recuperação material do espaço cedido pela Igreja Católica para a criação do MARTH, o DPHAN se comprometeu a montar expedições temporárias e permanentes no espaço museológico, instalar uma biblioteca especializada e um arquivo histórico regional, além de promover cursos, concertos de arte sacra e autos ou peças de caráter religioso.

Em 12 de Fevereiro de 1974, um aditivo ao convênio celebrado entre a Mitra Diocesana de Niterói e o DPHAN em que será anexado ao museu que será instalado no convento a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos que está anexa às instalações do convento. A principal justificativa para a preservação está à importância na preservação dos retábulos e do altar que orna a referida Igreja, considerando que poderiam ser de expressivo valor histórico e arquitetônico nacional.

as partes interessadas no presente instrumento de cessão consideram como justificativa primordial desse ato a verificação de que o edifício da Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Anjos constitui, por seus atributos arquitetônicos e principalmente pela suntuária que orna seu interior, composta pelo conjunto de retábulos dos atlares mór e colaterais que são obras de talha do século XVII de fino lavor, bem como pela existência do silhar de azulejos policromados que revestem os flancos das paredes da nave e da capela-mor e as imagens que nela se encontram, e que por tais características o monumento em causa se afirma como um dos mais expressivos do acervo histórico e artístico nacional (PROCESSO Nº 0447-T-51, 1951, p. 32-33).

O aditivo será celebrado pelo Arcebispo Dom Antonio de Almeida Moraes Júnior e pelo Diretor em exercício do DPHAN, o Arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro. Assim como no acordo celebrado em 1968, todas as responsabilidades de manutenção, restauro e ações museológicas e educativas a serem desenvolvidas pelo museu de arte sacra serão de atribuição da instituição.

Percebemos claramente que a justificativa para a celebração desse acordo passa pela perspectiva preservacionista da época, procurando selecionar, catalogar e enquadrar uma memória histórica, por meio de bens patrimoniais coloniais edificados, relevantes do ponto de vista arquitetônico, mostrando mais uma vez o papel desses profissionais como determinante na escolha do que deve ser preservado e considerado patrimônio histórico (CHUVA, 2009; AGUIAR, 2016).

Em 1951, o SPU³⁴ consulta o DPHAN a respeito do interesse desse órgão nas ruínas do Forte São e Matheus. Em resposta, o Departamento de Patrimônio confirma o interesse e afirma que a preservação do forte e do seu entorno conhecido como ponta do

³⁴Serviço de Patrimônio da União: criado em 1854 a partir do decreto nº 1318, que regulamentou a “Repartição Geral de Terras Públicas”. O SPU foi a primeira instituição incumbida de organizar a questão fundiária no país. Desde então, o órgão passou por diversas reformulações, até a configuração atual, como integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), a quem compete a administração do patrimônio imobiliário da União. In: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/noticias/secretaria-do-patrimonio-da-uniao-completa-162-anos-neste-sabado>

forte é de importância histórica e paisagística e, por esse motivo, deve ser inscrita no livro do tomo.

O Forte São Matheus foi tombado também através do processo nº 0447-T-51. E, semelhante ao ocorrido com o Convento e a Igreja, com o passar dos anos o crescimento desordenado da cidade, a negligência do poder público municipal em garantir que a área no entorno do Forte não sofresse descaracterização com construção de prédios, casa e hotéis em seu entorno, acabou levando o DPHAN a ampliar o tombamento para o penedo em que a construção estava assentada, assim como a praia em um raio de 500 metros, traçada a partir do centro geométrico do Forte.

Essa ampliação ocorreu a partir da criação de um novo processo de tombamento, o de nº757-T-65, atrelado ao processo original, estendido elas décadas seguintes, devido a diversos problemas, entre o DPHAN, a prefeitura municipal e proprietários de casas e terrenos na cidade.

As políticas de preservação patrimoniais fazem parte de um projeto de atribuição de valores que permitem perceber que o processo de seleção de bens tombados na cidade de Cabo Frio obedeceu, considerando a época em que foram realizados, a critérios de escolha que estavam dentro de uma lógica do corpo técnico do IPHAN. Em outras palavras, priorizou-se a seleção de bens edificados ligados ao passado colonial, isto é, em suas narrativas os técnicos pretenderam ligar esses fragmentos do passado com o presente, dentro de uma perspectiva de valorização de um discurso nacionalista.

O estudo da política de preservação patrimonial local permite perceber disputas de memória, em torno dos diversos agentes envolvidos no processo. Entende-se aqui que tais controvérsias vão dos técnicos do IPHAN, passando pelo poder público municipal, setores da sociedade civil, empresários, dentre outros com diferentes interesses socioeconômicos. As polêmicas se devem às transformações sofridas pelo crescimento da cidade no decorrer do século XX e à expansão de atividades econômicas, como as do turismo e do setor imobiliário, resultando em situações conflituosas em torno da preservação do patrimônio histórico local, bem como a necessidade de intervenção do poder público federal, por intermédio do IPHAN, este que tem a chancela de selecionar, catalogar e promover políticas de proteção patrimonial.

Perceber as políticas de preservação fazem parte de um projeto de atribuição de valores, de disputas de memória. Esses processos trazem, em seu bojo, tensões por trás dos tombamentos efetuados na cidade, permitindo realizar práticas de educação em

patrimônio, distintas das tradicionais. Em outros termos, essas ações nos permitem perceber na localidade os interesses da população por elementos da história local, capazes de ser valorizados, e não apenas o ponto de vista do IPHAN, do poder público ou de especialistas no campo das ciências humanas.

2.3 Transformar ou preservar? Tensões em torno dos processos de tombamento na Cidade de Cabo Frio

No ofício nº 779 de 1951, o então diretor do DPHAN, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, em resposta a pedido do diretor do Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, para que fossem desapropriados os terrenos nas áreas a serem tombadas, afirmou que não isso seria possível, devido à escassez de recursos para essa finalidade.

A insuficiência de verbas públicas para reformas, obras de restauro, desapropriação de terrenos foi uma problemática constante, assim como ponto de tensão entre proprietários e os poderes públicos nas esferas, municipal, estadual e federal, dificultando, assim, as ações de preservação dos bens tombados (AGUIAR, 2016).

No processo 0447-T-51, temos um parecer de 1956, do Chefe do Serviço de Preservação, José de Sousa Reis. O documento traz o de acordo do diretor da DCR, Renato Soeiro, a respeito de considerações, limitações e veto em ações de restauro para o Forte São Mateus, que teriam sido propostas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (PROCESSO, p.60). Argumentando que ações de reforma no aludido forte, sem um projeto bem elaborado, poderiam comprometer a estrutura e descaracterizar o imóvel, o DPHAN sugeriu que fossem feitas obras emergenciais para consolidação e preservação das ruínas, solicitando, ainda a elaboração de plantas do local para facilitar futuras restaurações.

No ofício nº 1.117, de 02/08/1957, o DPHAN questiona a prefeitura municipal a respeito de obras de acréscimo ou de reconstituição nos remanescentes do antigo Forte São Mateus. Estas teriam sido realizadas pela administração municipal e, sem a autorização do departamento e com intervenções no espaço patrimonializado, feriam a legislação. Desse modo, a prefeitura corria o risco de responder por essa transgressão.

É interessante percebermos o lugar de fala dos técnicos do DPHAN. Ancorado em uma hegemonia de saberes, nesse contexto majoritariamente exercido por arquitetos, cada parecer determina o que deve ou não ser preservado e, vale também ressaltar, como deve ser preservado (CHUVA, 2009).

No caso de Cabo Frio, é emblemática essa tensão entre tombar e preservar efetivamente. Vale destacar que, devido ao modo como os bens edificados locais foram patrimonializados, estes passaram por um longo processo de abandono e degradação após o tombamento. Esta problemática é resolvida quando o Forte São Mateus passou a ficar sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, agora responsável pela sua manutenção, com supervisão do IPHAN, e posteriormente estando aberto à visitação pública, graças a ações que visam estimular o turismo local.

No Convento Nossa Senhora dos Anjos e seus anexos, a preservação efetiva passou a ser possível a partir da criação do Museu de Arte Sacra Tradicional (MART). Após a cessão do complexo religioso ao DPHAN, foi permitido que a instituição assumisse a guarda e as ações de restauro e de promoção de atividades museológicas, assim como do campo da educação patrimonial.

Sem essas ações contundentes do poder público, seria bem provável que esses bens patrimoniais, mesmo tombados pelo IPHAN, continuassem sofrendo com a degradação física e a falta de cuidado de seus responsáveis. É importante lembrar ainda a maneira como ocorreu à preservação, ou seja, sem conhecimento ou participação da população local. As escolhas recaíram na preservação da arquitetura colonial, bens representantes da religiosidade católica e da defesa territorial, elegendo edifícios na cidade como ícones representativos de uma história que procura, dentro do contexto da época, produzir, alimentar e perpetuar uma identidade nacional por meio de políticas patrimoniais (CHUVA, 2009, AGUIAR, 2015).

No processo de tombamento, realizado em 1951, tem um parecer do arquiteto e urbanista Lúcio Costa³⁵, então diretor da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vetando a possibilidade

³⁵“Lúcio Ribeiro da Costa nasceu em Toulon, na França, em 1902, e fez seus estudos primários na Inglaterra e na Suíça. Veio para o Brasil em 1916 e, em 1923 diplomou-se em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Antes de aderir ao Modernismo, realizou projetos neocoloniais. Em 1937, assumiu a direção da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ali permanecendo até aposentar-se em 1972. Sua permanência nessa instituição foi decisiva para a definição dos critérios de seleção dos monumentos a serem legalmente preservados, bem como para a intervenção em obras de restauração. Em 1938, conquistou o primeiro lugar no concurso para o pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York e convocou Oscar Niemeyer, que ficara em segundo lugar, para juntos realizarem o projeto. Lúcio Costa pode ser considerado o principal expoente do movimento moderno da arquitetura no Brasil. Apesar de seu papel fundamental na consolidação teórica do caminho formalista e antifuncionalista que marcou a moderna arquitetura brasileira nas décadas de 1940 e 1950, sua obra arquitetônica não foi volumosa, pois com sua entrada no Sphan acabou por abandonar o escritório profissional. Seus projetos são essencialmente marcados pela mistura entre o racionalismo corbusiano e a arquitetura colonial.”

Para maiores informações a respeito da biografia de Lúcio Costa ver:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lucio_costa

de algum particular vir a comprar a área pertencente ao entorno às ruínas do Forte São Mateus. Categoricamente, o documento afirma, ainda, ser necessário garantir o livre acesso ao monumento, considerando que o mesmo, assim como o seu entorno, fazem parte de um conjunto paisagístico muito procurado por turistas na região.

Forte de São Mateus – Cabo Frio

É inadmissível a compra das ruínas por um particular. Deve-se pelo contrário garantir livre acesso à Ponta do Forte pois faz parte, juntamente com o conjunto, unidade paisagística tão procurada pelos turistas. Tombar.

Em 1. VI.1951

Lucio Costa

Diretor da D.E.T.(PROCESSO Nº 0447-T-51, 1951, p. 53)

Percebemos nesse parecer de Lúcio Costa que o crescimento da cidade de Cabo Frio no campo turístico, a partir da procura de suas praias e belezas naturais, havia criado uma demanda imobiliária local de crescimento de construções e especulação fundiária nas décadas seguintes. Esse fenômeno corrobora para um aumento no conflito de interesses entre particulares e os órgãos de preservação, em torno de um sítio urbano patrimonializado. Vale lembrar que, a partir de uma perspectiva paisagística, os elementos do turismo, da preservação histórica da memória nacional e da paisagem natural precisam estar conectados em um mesmo conjunto preservacionista.

O crescimento da cidade, o incremento do turismo na região e a especulação imobiliária ao longo das décadas seguintes tiveram como consequência um aumento da tensão entre o SPHAN, particulares ligados ao setor turístico e imobiliário e o poder público municipal. Este última, dependendo da administração, poderá apresentar uma relação dúbia a respeito dos tombamentos, variando de entusiasmo, quando o bem é tombado, a conflitos de interesses, quando o tombamento dificulta transformações de caráter urbano promovidas pela administração municipal (AGUIAR, 2016).

Realizar o tombamento de bens edificados em cidades que passam por processos de transformação urbana e imobiliária descontínuas possibilita a criação de marcas de referências históricas, capazes de interferir no cotidiano das populações locais, além de criar uma espécie de cápsula do tempo. Analisando, portanto, todo o processo de mudança que ocorreu na cidade de Cabo Frio, no decorrer da segunda metade do século XX, é possível observarmos espaços edificados que cumprem a função de espaços de

memória, eleitos a partir de critérios oriundos de uma burocracia legitimada pelo Estado.

“Parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte” (NORA, 1993, p.22). Pensando, pois, nesses bens patrimonializados como lugares de memória transformada, percebemos que eles passam a ser representativos de uma identidade nacional.

Outra problemática possível de ser percebida ao analisarmos os processos de patrimonialização em Cabo Frio é o longo período que esses processos duram e a trama burocrática em torno de problemas jurisdicionais em torno da guarda do Forte São Mateus. Tendo iniciado na década de 1950, o processo que, ao longo de mais de 20 anos ainda não estava liquidado, embora o Forte e o Convento Nossa Senhora dos Anjos já estivessem inscritos no livro de tombamento e, portanto protegidos legalmente pelos guardiões da memória oficial do IPHAN, a continuidade do processo por mais algumas décadas, gira em torno da criação de meios efetivos de permanência desses bens edificados, a partir da tentativa de criação de dois museus: um no Forte, pelo governo do estado, e outro, de arte sacra, pela autarquia responsável pelo patrimônio histórico. Dessas tentativas museológicas locais, apenas a criação do MART foi adiante, graças a um convênio de cessão do espaço e acervo por parte da Igreja Católica.

Outra problemática em torno da demora na continuidade dos processos de tombamentos locais é a questão envolvendo a jurisdição e a guarda do Forte São Mateus, que inicialmente estava sob a responsabilidade do Ministério do Exército, constando como patrimônio da União. No processo, constam ofícios trocados na década de 1970 entre o IPHAN, o Serviço de Patrimônio da União e o Ministério do Exército. Os documentos tratam da transferência de jurisdição do Forte São Mateus para o Ministério da Educação e Cultura, transferindo assim a sua guarda, manutenção e ações de restauro para o Instituto do Patrimônio Histórico.³⁶

Na trama documental, percebemos reiteradas solicitações do IPHAN para o SPU e o Ministério da Guerra, a respeito da transferência de jurisdição do Forte São Mateus em Cabo Frio para o Ministério da Educação e Cultura, que era o órgão ao qual o Instituto do Patrimônio Histórico estaria subordinado.

³⁶Ofício nº 2242 de 11/08/1972 – do IPHAN para SPU; Ofício nº2645 de 02/10/1972 – do IPHAN para o SPU; Relatório de visita ao Forte São Mateus em 05/09/1973 do Ministério do Exército; Ofício nº 88J/GD de 29/05/1974 – do SPU para Diretor de Patrimônio do Ministério do Exército; Ofício nº096 de 1974 – do Diretor de Patrimônio do Ministério do Exército para o IPHAN; Ofício nº 2 101/77 de 05/09/1977 – do IPHAN para o SPU.

As correspondências trocadas por esses órgãos apenas demonstram que o SPU e o Ministério da Guerra concordavam com a solicitação do IPHAN, a respeito da transferência de jurisdição do Forte São Mateus para o Ministério da Educação e Cultura e que a resolução se arrastou por anos. Vale dizer que, segundo informações obtidas no processo nº 35.468/74 do SPU, a resolução dependia tão somente de um despacho ministerial.

Em 02 de Outubro de 1972 o IPHAN comunicou ao SPU³⁷ que, em vista do avançado estado de degradação das instalações do Forte, firmou um convênio com a FLUMITUR³⁸ para que a mesma realizasse obras de restauro nas ruínas da edificação. Estava previsto ainda que a agência estadual de turismo desenvolveria ações de incremento a essa atividade no Forte São Mateus, em parceria com a Prefeitura Municipal, organizando visitas e divulgando o espaço junto àqueles que venham para a cidade desfrutar de suas belezas naturais.

Após quase uma década de discussões sobre a transferência de jurisdição do Forte, essa foi concretizada por meio de um despacho final no processo³⁹, que tratou do assunto, deixando-o sob a responsabilidade do MEC, em 1974, encerrando essa questão em definitivo.

Antes que a questão envolvendo a responsabilidade pela guarda do Convento Nossa Senhora dos Anjos fosse resolvida por intermédio do Convênio com a Mitra Diocesana de Niterói que irá levar a criação do MART e do imbróglgio burocrático entre IPHAN e SPU em torno da transferência de jurisdição do forte São Mateus se resolvesse, teremos uma problemática em torno do cuidado com os bens tombados que irá levar a criação de um novo processo⁴⁰ no instituto do patrimônio histórico que irá complementar o processo original e que irá levar a uma reordenação dos bens edificados, com a ampliação da área de proteção.

2.4 O tombamento paisagístico ou quando o enquadramento da memória histórica vai além das edificações

Em 16 de Fevereiro de 1965, o então DPHAN recebeu uma correspondência do diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Sr. Aloysio de Paula, intimando o

³⁷ Ofício nº 2645 de 02/10/1972.

³⁸ Criada em 12 de abril de 1960, a FLUMITUR era uma empresa estatal responsável pela gestão do turismo fluminense.

³⁹ Processo nº 0768-35468/74

⁴⁰ Processo nº 757-T-65 – com a denominação de conjunto paisagístico.

órgão responsável pela política de tombamento patrimonial a solucionar os graves problemas dos bens tombados em Cabo Frio. Nessa correspondência do museu, o diretor denunciou a falta de cuidado com edifícios tradicionais e com as relíquias naturais na cidade de Cabo Frio. Na correspondência, é relatada a destruição da cadeia pública, para a construção de um mictório, assim como o loteamento de terrenos no entorno do convento Nossa Senhora dos Anjos e das áreas da Praia do Forte, bem como a destruição de uma duna de areia, que acabou dando origem a um hotel de madeira. Além da denúncia, nessa correspondência, sugeria-se um tombamento paisagístico que, além das edificações históricas, pudessem ser protegidas áreas de interesse natural relacionadas historicamente aos monumentos.

É interessante percebemos a importância e legitimidade conferida ao DPHAN, que se tornou o grande responsável por realizar estudos, catalogar, elaborar pareceres e determinar o que deve ser considerado relevante no campo patrimonial brasileiro (CHUVA, 2009). Com atuação no campo do patrimônio histórico, por intermédio de seus agentes e de suas determinações burocráticas no intuito de contribuir com a elaboração de uma cultura histórica, o órgão preencheu na segunda metade do século XX os espaços de memória, sendo estes eleitos pelos técnicos como produtores de sentido e inteligibilidade de diferentes nexos temporais.

Podemos fazer uma relação entre o papel do IPHAN como produtor de uma memória histórica edificada em Cabo Frio, que, através das escolhas dos seus agentes, selecionará, elegerá, excluirá e silenciará o que deve ser relevante para a produção de um conhecimento sobre o passado por meio de suas articulações com o presente e o seu papel de permanência no presente, bem como o seu lugar na produção de uma cultura histórica própria.

Uma peculiar cultura histórica parece delinear-se em nossa contemporaneidade como a possibilidade de preencher o passado de significados variados, todos eles procurando reafirmar o sentido de continuidade, durabilidade e permanência frente às discontinuidades e incertezas do tempo presente (GUIMARÃES, 2010, p. 9).

Chamado à responsabilidade do seu papel de guardião e protetor da memória nacional, o DPHAN respondeu com um extenso parecer elaborado pelos arquitetos Augusto da Silva Teles e Paulo Thedim Barreto. Na resposta, tais profissionais apresentaram constatações dos problemas narrados na correspondência do diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Diante disso, os arquitetos elaboraram uma

série de sugestões a respeito da ampliação do tombamento dos bens históricos na cidade, trabalhando com a ideia de tombamento paisagístico em que, além de bens edificados, estariam inclusos a preservação de áreas naturais de interesse histórico e turístico na cidade de Cabo Frio e que estivessem relacionadas aos bens já protegidos pelo órgão.

Esse parecer foi desenvolvido com base do processo 0757-T-65, que serviu de guia para o tombamento paisagístico, com os pareceres, aprovando as sugestões da equipe técnica por parte do diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e do diretor da divisão de estudos e tombamentos o arquiteto e urbanista, Lúcio Costa. Além dos laudos técnicos, constam também na documentação processual fotos da cidade⁴¹, mostrando o intenso processo de transformação urbana e imobiliária que vinha alterando a paisagem local e fotos dos bens já tombados⁴², mostrando o avançado estado de abandono à época e a necessidade de conservação dos mesmos.

Depois da chancela do Departamento de Estudos de Tombamento, o processo foi encaminhado para ao conselho consultivo do DPHAN, responsável por chancelar o devido requerimento, o que ocorre em 11/11/1966, na quadragésima oitava reunião do conselho. Na oportunidade, estabelecem-se em definitivo os critérios de proteção paisagística em Cabo Frio.

Vale destacar como ficou demarcado o tombamento paisagístico de Cabo Frio a partir do processo 0757-T-65:

- 1 – Como extensão do tombamento do Forte São Mateus, o pênedo sobre o qual êle se assenta, assim como toda a ponta da praia com raio de 500 metros, traçado a partir do centro geométrico do Forte;*
- 2 – Como extensão do tombamento da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e das construções anexas, o adro e toda a área atualmente livre, inclusive a do largo de Santo Antônio e do Morro de Nossa Senhora da Guia, com uma faixa de proteção na planície de 100 metros à sua volta, a ser mantida como área non-aedificandi;*
- 3 – A faixa litoral entre a Avenida Parque Litorâneo e o mar, uma extensão de 150 metros de largura, até encontrar a estrada que segue rumo ao Arraial do Cabo;*
- 4 – O Morro do Telégrafo e os baxios a serem aterrados como acrescidos de marinha, quando da regularização do canal de acesso à lagoa que o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis tem em vista, mantendo-se as respectivas áreas non-aedificandi (Processo 0757-T-65, pág. 29 e 30)*

⁴¹Foto panorâmica da cidade de Cabo Frio, conforme folhas: 09, parte 1 e 2, presente no Processo nº 0757-T-65.

⁴² Fotos do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Morro da Guia e Forte São Mateus, conforme folhas 10 e 11, presentes no Processo nº 0757-T-65

É interessante observarmos a profundidade dos critérios de proteção patrimonial que esse processo trará para cidade. Na década de 1950, quando teve início os processos de tombamento, os critérios a serem utilizados era o de preservação de monumentos edificados de pedra e cal que, segundo os técnicos, tivessem relevância para a história nacional, levando em consideração o passado colonial português (o Convento e o Forte), e que fossem tratados como determinantes para o sucesso da empreitada lusitana na região. Além da preocupação de preservação histórica, existia também a preocupação de transformarem esses patrimônios em objetos culturais de fomento à prática do turismo na região.

Passada uma década dessa primeira proteção, as transformações urbanas por que passaram a cidade, atrelada ao crescimento desenfreado do setor imobiliário motivaram o DPHAN a reavaliar a sua política em relação ao patrimônio histórico local, bem como intensificar sua atuação na vigilância e cuidados dos bens tombados e estendesse esse tombamento a áreas naturais, utilizando o critério de tombamento paisagístico. Além do argumento de que era necessário preservar áreas naturais importantes para o turismo local e o cuidado com as belezas da terra, outro argumento utilizado foi que essas áreas são importantes pela conexão histórica entre a natureza e o passado colonial dos bens edificados que foram outrora patrimonializados.

Nas décadas seguintes, foram realizados estudos que coadunarão essa ampliação patrimonial paisagística, demonstrando que no alto do Morro da Guia, no Morro do Telégrafo e de sambaquis na Praia do Forte teria a presença de uma cultura material ameríndia. Os estudos afirmam que tal cultura precede a presença portuguesa, apresentando-se como um elemento justificador para a expansão das áreas preservadas.

Outro debate sobre ampliação da área de tombamento original realizada na década de 1960 ocorreu relacionado à área que compreende o Morro da Guia e seu entorno e os herdeiros de Ambrosina Duarte Torres. Estes, por intermédio de procurador legal, requereram um posicionamento do IPHAN, junto à prefeitura municipal. O requerimento foi motivado a partir de uma interpretação do governo local e da Câmara de Vereadores, isto é, a ideia de que os bens tombados deveriam ser desapropriados, e os suplicantes sairiam prejudicados.

A fim de esclarecer o equívoco municipal, foram encaminhados ofícios aos entes municipais⁴³, informando que os imóveis situados na área litigiosa não estavam desapropriados e que poderiam ser hipotecados, penhorados e vendidos, sendo que, no caso de venda, eles deveriam ser oferecidos pelo mesmo preço à União, ao Estado e ao Município. Nesses ofícios, o IPHAN ainda esclarece que, caso esses imóveis viessem a ser adquiridos⁴⁴ pela municipalidade, por serem declarados objetos de interesse nacional, existiria a colaboração da União por intermédio de seus diferentes órgãos em ações de conservação e manutenção para favorecer a área tombada em benefício da população de Cabo Frio.

Outra frente de atuação do IPHAN, para garantir as decisões em torno da efetivação da ampliação da área de tombamento realizada na década de 1960, foi agir junto ao governo municipal em ações que minimizassem o impacto das transformações urbanas nas áreas tombadas e garantir que o poder público local tomasse medidas efetivas para garantir tal intento. Na página 42 do processo 0757-T-65, encontra-se a ata da reunião do Conselho Consultivo do DPHAN, durante a qual foram relatadas providências para que fosse garantida a efetiva preservação da nova área ampliada.

Forte de São Mateus... interferindo-se junto à Municipalidade e junto ao Clube local vizinho do penedo para que não sejam feitos alí acréscimos construtivos de nenhuma espécie, diligenciando-se outrossim para que a autoridade municipal obtenha a demolição do Hotel Lido, cuja construção foi concedida a título precário; em relação ao Convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos... cooperação da municipalidade para: a) ser a caixa d'água, construída no morro, disfarçada de arborização; b) remoção da casa do vigia e da pequena favela que vai surgindo logo por trás do Convento; c) ser transferida para outro local a feira livre atualmente localizada em frente ao convento; ser situada em outro local a estação rodoviária que se projeta construir à frente do Convento, no largo de Santo Antônio (Processo 0757-T-65, 1965, p. 42).

Na década de 1970, o crescimento urbano se intensificou com o aumento do turismo na região, seguida da devastação provocada pela extração de areia na localidade conhecida como Praia do Foguete, no caminho para Arraial do Cabo, resultando em

⁴³ Ofício nº 2.006 de 23/12/1966 e de nº 2.013 de 27/12/1966, encaminhados respectivamente ao presidente da câmara e ao prefeito municipal de Cabo Frio.

⁴⁴ Analisando a documentação, percebemos um conflito de interesses entre os herdeiros do espólio da área do Morro da Guia e seu entorno e a municipalidade. Segundo relato da petição dos requerentes encaminhada ao DPHAN, haveria um entendimento entre a Prefeitura e os herdeiros para a troca dessa área por terrenos pertencentes a prefeitura próximos à Praia do Forte, mas essa permuta veio por terra quando foi feita a ampliação da área de tombamento, em que foi incluída o Morro da Guia e terrenos anexos, o que acabou provocando o desinteresse das autoridades municipais nessa troca.

uma forte devastação das dunas e na construção de loteamentos de casas e pousadas nessa localidade.

A destruição intensiva do meio natural levou o prefeito Antonio de Macedo Castro encaminhar ao IPHAN o ofício nº 15/73, com o sugestivo título Defesa do Patrimônio Cultural, a interferência do instituto do patrimônio histórico na proteção da região das dunas do bairro Braga até a Praia do Pontal em Arraial do Cabo.

O IPHAN se pronunciou a favor dessa causa⁴⁵, tentando promover, sem êxito, o tombamento dessa área. Com o fracasso do mesmo, buscou entendimentos com a EMBRATUR na tentativa de elaborar um plano integrado de desenvolvimento da cidade e de proteção de sua orla marítima⁴⁶.

Além da tentativa de convênio com a EMBRATUR⁴⁷, o IPHAN travou intenso diálogo nesse período com o Instituto próMemória⁴⁸ e a AMARLA⁴⁹ no sentido de encontrarem soluções para o problema da devastação do meio natural na região. Buscou-se esclarecer o seu papel e área de atuação na cidade de Cabo Frio, tendo inclusive repercussão na imprensa⁵⁰ a respeito da possibilidade de tombamento pelo instituto.

O fracasso do IPHAN em estender a proteção patrimonial para a localidade das dunas do bairro Braga a Praia do Pontal em Arraial não inviabilizou a proteção da localidade, o que acabou sendo feita através do INEPAC em 1984. Essa ação de uma autarquia estadual para proteção patrimonial se mostrou dentro da lógica de “uma maior participação de estados e municípios brasileiros nos assuntos de patrimônio cultural, conforme indicava o Encontro de Governadores realizado em Brasília, em 1970, e em Salvador, em 1971” (AGUIAR, 2016, p. 100).

O poder do IPHAN em elaborar e aplicar políticas oficiais de proteção patrimonial nacional conferirá tal legitimidade a esse órgão da administração federal e

⁴⁵Informação nº 165, de Lygia Martins Costa, Chefe da Seção de Arte para o diretor do IPHAN.

⁴⁶Cópia datilografada em nome do diretor do IPHAN, Renato Soeiro, com as premissas a respeito da elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento da Cidade e de Proteção da orla marítima do Município de Cabo Frio com a EMBRATUR. Documento: 97 – processo 0757-T-65.

⁴⁷A Embratur foi criada em 1966, por meio do Decreto-Lei 55, que criou também o Conselho Nacional de Turismo e definiu uma política nacional para o setor. Informação acessada no site:http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/historia/fundacao_estrutura.htm em 02/06/1966.

⁴⁸ O instituto próMemória solicita, a partir da informação A.J/81 de 08/01/1981, ajuda do IPHAN para tentar proteger as áreas de DUNA que estariam sofrendo extração ilegal de areia e construções irregulares na localidade, atendendo ao pedido da AMARLA.

⁴⁹ AMARLA: Associação do Meio Ambiente da Região da Lagoa de Araruama.

⁵⁰ O Estado de São Paulo de 15/02/1975, título da reportagem: IPHAN quer tomar a orla de Cabo Frio

aos seus técnicos. Estes foram chamados a opinar em diferentes frentes e demandas que envolviam disputas em torno dos usos das áreas tombadas e interferindo, quando possível, nas ações da administração municipal para salvaguardar os interesses coletivos locais e nacionais, que eles entendessem estar em jogo, mesmo que essa coletividade não fosse consultada a respeito das decisões a serem tomadas por esses burocratas que atuavam a partir dos poderes a eles constituídos legalmente, agindo como arquitetos da memória nacional (CHUVA, 2009).

2.5 Proposta de rerratificação do tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio: proposta de integração dos espaços de tombamento em um meio urbano em constante transformação

Se o processo de tombamento em Cabo Frio fosse uma peça, poderia ser dividido em três atos: o tombamento original nos anos 50, a extensão do tombamento nos anos 60 e, quanto ao terceiro, a proposta de rerratificação efetuada nos anos 80 para tentar integrar as áreas de proteção.

O primeiro momento seria o tombamento realizado nos anos de 1950, quando o SPHAN, atendendo a uma solicitação feita Departamento Geográfico da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, relatando a necessidade de proteger dois aparelhos históricos locais, devido a sua representatividade histórica, turística e arquitetônica, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos. Atendendo a essa solicitação e utilizando-se dos poderes constituídos ao SPHAN pelo governo federal, além de seguirem a lógica de elegerem bens edificados do passado colonial, como representante de uma identidade nacional idealizada naquele presente histórico, nasceu o primeiro tombamento feito na cidade.

Passado uma década e em vista as transformações urbanas que passa a cidade, a expansão imobiliária e o incremento do turismo, o agora IPHAN é mais uma vez chamado à responsabilidade, isto é, a tomar uma ação para proteger a cidade. Dessa vez, pelo diretor do Museu de Arte Moderna do Rio, citando a destruição de locais públicos que tivessem representatividade história local, o descaso material com os bens públicos tombados pela autarquia federal e a destruição de belezas naturais a partir do crescimento urbano desordenado.

A partir dessa demanda externa, foram realizados estudos técnicos que culminaram na extensão do tombamento de bens em Cabo Frio, em que, utilizando-se da ideia de tombamento paisagístico, o órgão responsável pelo patrimônio histórico veio

a estender a proteção a extensas áreas da cidade, relacionando à proteção do patrimônio histórico que já vinha sendo efetivado e também a promover ações de proteção ao meio natural local e a potencializar ações no campo do turismo, considerando os bens selecionados para proteção e conservação.

Tendo os problemas anteriores se agravado nas décadas seguintes, o IPHAN promoveu, no decorrer da década de 1980, uma proposta de ajustamento das áreas tombadas na cidade, por intermédio da proposta de rerratificação, elaborada pelo instituto. Essa proposta teve como finalidade promover ações que pudessem, quando possível, integrar as áreas protegidas e evitar que as transformações inerentes a uma cidade que passa por transformações em sua área urbana, prejudicassem a sua conservação.

No volume 2 do processo 0757-T-65, consta no documento 0003 de 1986, uma nota sobre o tombamento das dunas da cidade de Cabo Frio. Nesse documento, são relatados diversos problemas relativos a loteamentos na área das dunas da Praia do Forte. Na época, o prefeito teria transformado áreas públicas de bem comum em loteamentos privados que foram obtidos por uma empresa que construía uma estrada litorânea e que, como pagamento dos serviços, receberia esses lotes. Nessa nota, consta ainda a informação de que o prefeito teria sido acionado judicialmente e que as ações realizadas pelos órgãos públicos federais e municipais coibiriam tais abusos.

É interessante percebermos que as aproximações e tensões, envolvendo as diferentes esferas do poder público, federal, estadual e municipal, bem como a iniciativa privada na cidade, por conta das políticas de patrimonialização que transformam a realidade local por meio de ações capazes de criar verdadeiras cápsulas do tempo, causando tensões, orientações, e ações na própria ocupação do espaço urbano efetuadas pelo IPHAN em Cabo Frio, também se reproduzem em outros contextos de patrimonialização, como no caso de Ouro Preto (AGUIAR, 2016).

O agravamento das tensões entre os interesses privados e a discordância entre o poder público municipal e o IPHAN, a respeito das áreas de proteção e o seu entorno em função da ocupação e transformações ocasionadas pelo crescimento urbano da cidade na década de 1980, contribuiu para a realização de uma série de estudos que culminaram com proposta de rerratificação das áreas tombadas, visando a uma maior integração entre as mesmas e à criação de limites nas áreas do entorno que pudessem evitar a descaracterização dos locais de proteção.

Em 1987, foi encaminhado o ofício nº 2437/87, do Diretor da 6ª diretoria regional/SPHAN, Fernando Burmeister, à coordenadora de proteção do SPHAN, Dora Alcântara, com a proposta de rerratificação do tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio, elaborado pelo arquiteto José de Anchieta Leal, com participação de diversos técnicos, identificados no documento⁵¹. A correspondência do diretor da 6ª diretoria regional do SPHAN destaca a importância do estudo como meio eficaz e correto para a proteção do conjunto paisagístico, pedindo celeridade na análise da proposta em vista da rapidez do processo de desenvolvimento urbano que passava a cidade.

Em resposta ao estudo elaborado pelo Arquiteto José de Anchieta Leal, temos uma extensa análise realizada pela historiadora da coordenação de proteção do SPHAN Marcia Regina Romeiro Chuva⁵², a respeito da proposta de rerratificação do conjunto paisagístico de Cabo Frio. Destaca-se, como ponto central do documento, a ideia de integrar os diferentes objetos de tombamento realizados pelo IPHAN na cidade, com o objetivo de buscar um equilíbrio entre a cidade e o sítio natural, tendo como elo o Canal do Itajuru.

Em vista da necessidade de uma análise de um especialista a respeito dos bens naturais que poderiam ser tombados, na proposta de rerratificação foi montada uma equipe interdisciplinar do IPHAN, juntamente com a estudiosa Judith Cortesão⁵³, para uma visita técnica na área de Cabo Frio. Como resultado dessa empreitada, foi possível

⁵¹O presente estudo encontra-se no anexo do processo: 0757-T-65. Elaborado em formato de um dossiê que, a partir de uma narrativa que envolve fatos da história local, mapas, plantas e análises de caráter arquitetônico e fotográfico, realizada por uma equipe de arquitetos liderados pelo também arquiteto José de Anchieta Leal, tendo também a participação na pesquisa histórica e documentação iconográfica complementar do pesquisador de história local de Cabo Frio Marcio Werneck da Cunha.

Optamos na análise da documentação por privilegiar os documentos da proposta de rerratificação presentes no processo em detrimento desse estudo que constava nos anexos do processo devido a uma observação do arquivo central do IPHAN que, quando cedeu a documentação analisada, menciona em uma nota que o estudo elaborado pelo arquiteto José de Anchieta Leal e equipe foi a base para a proposta da rerratificação que tombou o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio em 65, sendo esse estudo, uma versão inicial e mais extensa, porém menos madura do que a documentação presente nos autos do processo.

⁵² Informação nº 106/87 – Assunto: Rerratificação de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio – Rio de Janeiro/RJ: Processo 0757-T-65, volume:2 – páginas: 8 à 12.

⁵³Maria Judith Zuzarte Cortesão. Nasceu em 31 de dezembro de 1914, na cidade do Porto, Portugal e veio a falecer em 25 de setembro de 2007. Judith dedicou-se academicamente a diversas áreas do conhecimento durante sua longa vida, dentre as quais Neuroendocrinologia, Matemática, Genética, Reprodução Humana, Climatologia, Antropologia, Espeleologia e Ecologia, além de Letras. Ministrou aulas em diversas universidades, entre elas, Université Paris-Sorbonne, onde também doutorou-se em Letras, Université de Nanterre, Université de Caen na França; Open University, Grã-Bretanha; Universidades portuguesas de Lisboa, de Aveiro, de Trás-os Montes, de Évora e do Porto; e na Universidade Federal do Rio Grande, Brasil. Resumo da biografia obtido no site: http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/2525146 em 03/06/2018.

a produção de um relatório de viagem⁵⁴ dos estudiosos e os seus pareceres sobre essa temática.

No relatório da viagem, foi destacado que o mesmo acontece a partir da necessidade de um especialista em Ecologia, a fim de elaborar um parecer que pudesse tratar de elementos do sistema natural, haja vista que a proposta de rerratificação era incluir, como área a ser tombada, a faixa oceânica e o Canal do Itajuru. Como sugestões apresentadas por Judith Cortesão, a respeito da área analisada, consta a necessidade de preservação das dunas, proibindo edificações no local, o estabelecimento de uma vegetação rasteira (casuarinas) que ajudasse na fixação das dunas e a necessidade de tratamento do esgoto no referido canal.

Após o relatório, constatamos uma proposta de minuta com os critérios de rerratificação⁵⁵ para o conjunto paisagístico de Cabo Frio. A sugestão traz todos os detalhes de acréscimo e integração dos bens tombados anteriormente, assim como os critérios de construção do entorno as áreas tombadas.

Apesar de suas idas e vindas dentro da malha burocrática do instituto nos anos que se seguiram, percebemos o entrave no andamento do processo de rerratificação que transita entre as diferentes instâncias departamentais do IPHAN. Na documentação analisada, há diversos pareceres de técnicos do instituto, correspondências internas, que concordam com a extensão do tombamento, mas que, por falta de verba para desapropriação, carência de pessoal no Instituto para dar o devido andamento do processo, conflitos com a municipalidade ou com interesses privados em torno das áreas do pleito, acabam por dificultar a resolução do caso.

No processo, não encontramos uma resolução para a proposta de rerratificação. Como último documento do referido processo, há uma correspondência interna do IPHAN em que consta um despacho ref. ao MEMO nº 635/96, do DEPROT. No documento, a chefe de proteção legal, Cláudia M. Girão Abreu, informa que seja encaminhada à 6ª Coordenação Regional a documentação ref. ao processo 0757-T-65, a fim de dar prosseguimento aos trâmites.

⁵⁴ Relatório de viagem – Acompanhamento à visita técnica da Dra. Judith Cortesão à área de Cabo Frio, Massambaba e Itaipu – Data: 17/11/1987 – Elaborado por Marta Queiroga Amoroso Anastácio (Arquiteta da Coordenadoria de proteção do SPHAN) Processo 0757-T-65 , volume: 2 – p. 13-15.

⁵⁵ Rerratificação de tombamento do conjunto paisagístico de Cabo Frio. Processo 0757-T-65, volume: 2 – pág. 19 à 30.

A rerratificação não aconteceu. Na página 76 do processo, consta uma certidão do Instituto do Patrimônio Histórico, com data de 14/01/2008. A partir dela, é possível notar que a área objeto de tombamento é a mesma que foi definida anteriormente.

Interessante observar as diferenças entre os processos de tombamento na década de 1950 e 1960 e a proposta de rerratificação na década de 1980. Enquanto nos tombamentos iniciais havia um predomínio do lugar de fala dos arquitetos que compunham o corpo técnico do instituto do patrimônio e estabelecem os critérios de tombamento, segundo um olhar predominantemente arquitetônico, na proposta de rerratificação dos anos 80 percebemos uma mudança significativa na elaboração e condução dos mesmos, com destaque para a presença de um corpo interdisciplinar de estudiosos⁵⁶, pertencentes a diferentes áreas, cada um deles capaz de emitir pareceres dentro da sua área de atuação a respeito do objeto de análise.

Após essa imersão na massa documental, que são os processos de tombamento do IPHAN em Cabo Frio, percebemos que o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Forte São Mateus receberam um processo de enquadramento de memória (POLLAK, 1989). Isso foi possível graças à ação de um órgão estatal que tem a atribuição de selecionar e preservar o patrimônio histórico nacional, valendo-se de métodos operacionais próprios realizados por seu corpo técnico, determinando que os bens deveriam ser selecionados e preservados a partir de uma atribuição de valor institucional (CHUVA, 2009), dentro de uma narrativa que procurava elaborar ligações entre o passado colonial local e um passado nacional, procurando com isso forjar uma identidade nacional (AGUIAR, 2015), capaz de ligar diferentes temporalidades pretéritas com o presente da época em que foram feitos.

Algumas das informações aqui fornecidas sobre o processo de patrimonialização dos bens em Cabo Frio possuem pouca divulgação entre os habitantes da cidade. Nesse sentido, tendo como objetivo, principalmente a elaboração de um produto didático para os alunos da cidade, no próximo capítulo trataremos da elaboração de um mapa histórico interativo, desenvolvido com auxílio do programa Prezi. De posse desse instrumento, será possível abordar informações a respeito do patrimônio histórico tombado pelo IPHAN em Cabo Frio e outras expressões do patrimônio cultural local a partir do eixo defesa e religião do período colonial.

⁵⁶Apesar de haver um predomínio de arquitetos nos quadros do instituto, percebemos também a presença de historiadores e a participação de estudiosos de fora do instituto como Judith Cortesão que auxiliavam na elaboração de estudos técnicos que estivessem fora da alçada dos estudiosos do IPHAN.

Com imagens, textos, vídeos e oficinas didáticas, o guia de visitação virtual tem como proposta informar, por meio de uma linguagem acessível, a estudantes, professores, turistas ou a outros grupos sociais, a história local. Desse modo, será possível o conhecimento de diferentes expressões do patrimônio cultural de Cabo Frio.

3. Guia histórico de visitação: um olhar sobre a história de Cabo Frio

Este trabalho surgiu a partir da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em ensino da história- PROFHISTÓRIA – UNIRIO, no projeto de pesquisa denominado **Patrimônio histórico e ensino da história local em Cabo Frio: um roteiro histórico escolar**.

... os estudos de história local constituem o ponto de partida da aprendizagem histórica, uma vez que permitem a abordagem dos contextos mais próximos em que se inserem as relações sociais entre professores, os estudantes e o meio. Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades desses sujeitos e de seus grupos de pertença. (CAIMI, p. 26,2013)

A proposta do projeto é refletir sobre questões relacionadas à memória social e cultural da Cidade de Cabo Frio, com auxílio de um guia de visitação virtual que aborda dois importantes marcos para as ações de defesa e expansão da religião católica na região, o Forte São Matheus e o Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, que abriga atualmente o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART).

A escolha desses objetos se dá por representatividade cultural na Cidade, seja por meio de visitas efetuadas por turistas, moradores e estudantes, passando também pela sua importância como patrimônio histórico tombado pelo IPHAN.

O capítulo narra a experiência na produção de um guia de visitação virtual a respeito da história de Cabo Frio. Como material didático, traz em seu bojo uma série de oficinas a serem utilizadas pelos professores e alunos. Estes, por meio de diferentes estratégias pedagógicas, trarão temas pertinentes ao estudo do patrimônio histórico e cultural da cidade, tendo como exemplos, pesquisas, mapas conceituais, maquetes, entre outros.

Para finalizar, traremos uma experiência na aplicação do conteúdo presente no guia e de suas oficinas em uma turma do segundo ano do Ensino Médio de um colégio particular em Cabo Frio. Na oportunidade, poderemos demonstrar a produção efetuada pelos alunos e o uso do conhecimento produzido no guia histórico, como instrumento de ensino de história local e como ferramenta pedagógica para o ensino da história.

3.1 O guia histórico interativo: o ensino da história através do estudo do patrimônio histórico local

O guia histórico interativo teve como finalidade a elaboração de uma apresentação digital realizada no programa PREZI, de bens imóveis patrimonializados e manifestações culturais. O instrumento deverá ser capaz de fornecer instrumentos para o estudo da história local do conhecimento histórico desses monumentos para estudantes de escolas públicas e privadas na cidade, turistas, e qualquer outro público que possa vir a visitá-los.

Produzir material didático que procure fazer uma aproximação entre o conhecimento elaborado pela academia no campo da História e que, no caso do patrimônio histórico de Cabo Frio, tenha a chancela de uma instituição oficial do governo (IPHAN), instituto com a atribuição de determinar ou enquadrar o que deve ser exaltado ou preservado como patrimônio histórico e as instituições de ensino de caráter público e privado na cidade, com o conteúdo ensinado na escola realizando conexões com a realidade e o cotidiano escolar do aluno, produzindo elementos de inteligibilidade histórica.

Para realizar essa empreitada, será necessário mobilizar o conceito de Transposição Didática trabalhado por Ana Maria Monteiro⁵⁷, em que a autora procura demonstrar que o conhecimento trabalhado no meio escolar não é uma mera cópia do conhecimento desenvolvido na academia, e sim um conhecimento próprio do universo escolar, tendo a sua própria especificidade, objetos e objetivos, mas que não deixa de buscar e ser legitimado pelo conhecimento acadêmico (MONTEIRO, 2007).

A transposição didática faz parte de um conjunto de normas e práticas no meio escolar, permitindo a transmissão desse conhecimento e a incorporação de comportamentos sociais relacionados ao ambiente escolar, o que, para Dominique Julia, constitui a Cultura Escolar (JULIA, 2001).

O guia elaborado possui como objetivo realizar a transposição didática entre o conhecimento produzido e legitimado sobre o a história de Cabo Frio, especificamente sobre alguns de seus bens preservados e o conhecimento escolar trabalhado pelas instituições de ensino na disciplina História. Ele irá buscar aproximações entre esses discursos e a produção de um conhecimento escolar próprio que possa ressignificar o

⁵⁷A autora define o conceito de transposição didática a partir de Chevallard como “à passagem do saber acadêmico ao saber ensinado e, portanto, à distância eventual, obrigatória que os separa, que dá testemunho deste questionamento necessário, ao mesmo tempo que se converte em sua primeira ferramenta. (MONTEIRO, 2007, p.:84)

conhecimento acadêmico para o ambiente escolar a respeito de eventos sobre a história local.

Para tanto, realizamos levantamento da documentação presente no escritório do IPHAN na cidade, na busca por informações sobre os bens tombados, assim como pesquisas nas principais instituições de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, incluindo Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Nacional e Biblioteca Noronha Santos (pertencente ao IPHAN). Foram realizados levantamentos de fontes no Arquivo Central do IPHAN em inventários e no processo de tombamento de Cabo Frio.

O primeiro processo de tombamento, de número 447-T-51 do ano de 1951 trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente os bens: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus.⁵⁸ Passados 14 anos do tombamento dos bens acima descritos, foi aberto um novo processo de tombamento em vista da urgência da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local, bem como a ampliação da área de proteção devido ao processo de degradação promovido pela falta de cuidados e a destruição oriunda da expansão imobiliária na Cidade. Vale mencionar que os casos emblemáticos são a destruição da cadeia pública, a presença de projetos para construção de prédios próximos na orla da praia e um hotel que foi construído próximo à praia em um local de dunas.⁵⁹ Em vista das ameaças que o patrimônio histórico e natural vinha sofrendo, foi feito um novo processo de tombamento para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade de Cabo Frio.⁶⁰

Desse novo processo de reordenamento dos bens tombados, ocorreu uma nova configuração a respeito das áreas protegidas, tendo como elementos a serem preservados e destacados na pesquisa:

1. *Conjunto arquitetônico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, inclusive o adro fronteiro, o cruzeiro e mais o largo de Santo Antônio até a orla do canal. O tombamento foi estendido à capela e Morro de Nossa Senhora da Guia.*
2. *Morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados como acréscimo de Marinha no canal de acesso à lagoa.*

⁵⁸ Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51 de 1951, página: 1.

⁵⁹ Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65 de 1965, volume: 1, página: 2.

⁶⁰ Ibid. volume: 2, página: 2.

3. *Forte São Mateus, inclusive o Penedo em que ele se assenta, e toda a ponta da praia, constituindo uma área de quinhentos metros de raio traçada a partir do centro geométrico do Forte.*⁶¹

Como podemos perceber, o processo de reconhecimento e tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio tem como bojo a preocupação com a sua preservação, em vista da sua degradação, destruição e transformações ocorridas na cidade, decorrentes das transformações urbanas que ela vinha sofrendo nesse contexto.

Passados meio século desse ímpeto preservacionista em Cabo Frio e tendo em consideração que os problemas do passado, as transformações urbanas continuam em processo na cidade, e a degradação de alguns desses patrimônios ocorre no tempo presente. O Forte São Mateus apresenta pichações em suas paredes externas, o que pode ser percebido como uma ausência de ressonância desse bem por parte de seus frequentadores e do poder público local, que falha na manutenção de sua integridade física.

Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante trabalharmos, no cotidiano escolar, com as atribuições de valores aos monumentos da cidade. Estabelecida às fontes que servirão de referência ao trabalho de História Local, utilizando como referenciais os bens tombados pelo IPHAN na década de 1950 e 1960, com o objetivo de promover um canal de comunicação entre uma história patrimonial local e o ensino de história ministrado em escolas públicas e privadas na cidade de Cabo Frio. No presente guia, teremos como eixo referencial a defesa e a religião. Dessa forma, foram escolhidos os bens patrimoniais mais representativos para o guia, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos⁶².

A escolha desses monumentos teve como base o eixo de estudos sobre defesa e religião no período colonial, sua representatividade na história local. Somado a isso, o fato de serem espaços de visitação que receberam a atenção dos órgãos oficiais, IPHAN e Prefeitura Municipal, em sua conservação através de ações de restauro ou de políticas na área de turismo, incentivando a visitação desses espaços.

Por fim, tomando como auxílio o conceito de Transposição Didática desenvolvido por Ana Maria Monteiro, buscarei fazer aproximações entre as práticas de

⁶¹ Ibid. anexo: 69.

⁶² No convento Nossa Senhora dos Anjos funciona o museu de arte sacra tradicional, que promove exposições de arte sacra tradicional e recebe visitantes entre a população de Cabo Frio e região e ainda turistas que visitam a cidade.

preservação e os processos de atribuição de valor aos bens preservados. Nesse sentido, buscarei desenvolver a produção de um conhecimento escolar próprio, capaz de ressignificar o conhecimento acadêmico para o ambiente escolar, tendo como motes eventos sobre a história local.

3.2 Uma breve apresentação do guia de visitação virtual

Uma das principais contribuições deste trabalho foi o desenvolvimento de um guia de visitação virtual na plataforma Prezi⁶³ a ser disponibilizada para alunos e professores das escolas públicas e privadas de Cabo Frio e região, moradores da cidade e visitantes com informações e oficinas pedagógicas. Há, assim, a intenção de preencher uma lacuna a respeito da história local e auxiliar no ensino de história promovido nas instituições de ensino.

O estudo do patrimônio cultural de Cabo Frio, por meio do mapa histórico interativo, está dentro da perspectiva de Ivo Mattozi, que defende o desenvolvimento de uma educação para o patrimônio. Considera-se, pois, que o maior conhecimento sobre os bens culturais permitem melhor conhecer a respeito do território em que estão situados, bem os problemas de sua gestão. De certo, tudo isso poderá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, interessados e críticos.

Primeiramente, porque os bens culturais são simplesmente marcas que devem se transformadas em instrumentos de informação, mas se tornam elementos que marcam o território e são o meio de seu conhecimento. Em segundo lugar, porque são considerados parte de um patrimônio difuso no território, em relações com instituições e administrações que têm poderes de gestão de alguns aspectos do território (governos locais, superintendências, direções de museus e de sítios patrimoniais...) (MATTOZZI, 2008, p.138).

O guia disponibiliza informações de caráter histórico. Para isso, vale-se de uma linguagem acessível aos diferentes públicos, possibilitando o acesso ao material postado. Ademais, deve oferecer uma bibliografia de apoio, capaz de servir de amparo para aqueles que buscam um aprofundamento dos assuntos trabalhados no guia.

Tendo como eixo temático defesa e religião e elegendo o Forte São Matheus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos como os espaços de representação da memória

⁶³ <https://prezi.com/> - O prezi é uma plataforma virtual que permite elaborar apresentações de dados utilizando recursos integrados de diferentes linguagens de comunicação, como a escrita, imagens e vídeos.

histórica local, utilizaremos diferentes meios de linguagem (escrita, mapas, imagens e vídeos) que possam informar de maneira clara e objetiva a todos que acessarem o guia.

Apesar de ter como principais pontos de abordagem o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos por sua representatividade como bens edificados e por serem patrimônios tombados pelo IPHAN, temos também dentro do eixo temático de defesa e religião outros elementos representativos da memória e história local com importante ligação com a população da cidade e que também serão trabalhados ao longo do guia. São eles: a feitoria de Américo Vespúcio, o Forte Santo Inácio; as igrejas de São Benedito, Nossa Senhora da Assunção, a capela de Nossa Senhora da Assunção, bem como as festas religiosas relacionadas à celebração de *Corpus Christi* e a festa de Nossa Senhora da Assunção.

3.3 Construindo o guia de visitação: um quebra cabeça com vários pontos de tensão

Construir um guia de visitação virtual que tem como proposta selecionar informações em diferentes formas de linguagem (escrita, imagem, vídeos...), organizá-las, produzir oficinas pedagógicas que pudessem ser utilizadas por alunos e professores e ainda tentar manter uma linguagem que não fosse por demais acadêmica e que permitisse acesso a diferentes públicos foi um desafio colossal.

Uma das grandes problemáticas foi à manipulação do programa em si, que exigiu, a duras penas, diversas idas e vindas, acertos e desacertos na operação do mesmo, além de muita paciência, com dificuldades na formatação, uso de fontes, manipulação de imagens, enquadramento dos eixos temáticos no mapa, dentre outras dificuldades operacionais.

Produzir um material didático de caráter virtual que pudesse ser acessível e atrativo aos estudantes é uma tarefa árdua e desafiante, tendo em vista que eles são consumidores vorazes dos meios de comunicação de massa. Vale também dizer que, muitas vezes, a escola não dialoga com esse mundo que transcorre fora dela, e os conteúdos acabam aparecendo fragmentados e descontextualizados com a realidade dos discentes.

Enfrentar tais desafios parece ser condição para vitalizar o papel da história escolar na gestão da memória, na construção/reconstrução das identidades e na legitimação/desconstrução dos saberes. Ao voltar os olhos para o passado, precisamos fazê-lo na perspectiva

Nome de ruas, prédios, monumentos são dispositivos mnemônicos que nos ajudam a localizar os múltiplos e conflituosos tempos que a cidade contém. É nas reminiscências individuais ou coletivas que a materialidade do espaço e também a instância do sensível e do simbólico emergem como forma de garantir permanência e estabilidade às identidades ameaçadas diante do espaço transformado (NOGUEIRA, 2015, p. 42).

O uso do Prezi permite aos que operam o produto navegar em uma sequência pré-estabelecida ou escolher o item que irão visitar e interagir. Isso permite ao usuário ter uma experiência de escolha personalizada.

As possibilidades de acesso ao produto são diversificadas e podem ser realizadas no próprio ambiente escolar, nos locais de visita propostos no guia ou qualquer outro espaço que tenha disponível serviço de internet fixa ou móvel, podendo ser acessado via computador, notebook, tablet e smartphone. Em relação ao acesso ao guia de visita, a dependência de uma conexão de dados, como um dos limitadores para o uso do mesmo, a precariedade dos serviços de internet disponíveis e a qualidade do sinal para acesso de internet móvel em alguns locais da cidade são componentes que dificultam o acesso e o uso. Para que o produto possa ter uma boa visibilidade e disponibilidade de acesso, é necessário que seja realizada a divulgação por meio de *sites* e redes sociais em grupos de professores. Pretende-se, no futuro buscar parcerias junto ao sindicato dos profissionais da educação na cidade, o poder público municipal e escolas públicas e privadas que tenham interesse em divulgação de material a respeito da história local de Cabo Frio. Fica aqui o desafio de, nos próximos meses, constituir uma rede de colaboração capaz de ajudar na divulgação do produto, bem como permitir sua disponibilização para o maior número possível de pessoas, além de poder se tornar uma ferramenta de informações e estudos sobre a história local e patrimonial.



Figura 2: Tópicos contendo informações a respeito do projeto, contato para informações, reclamações e sugestões para o projeto por parte dos visitantes; sugestão bibliográfica, sites e links para o aprofundamento dos temas pesquisados e também informações com dados públicos, características e os símbolos oficiais do município.

No tópico, dando sequência à visita, será disponibilizada uma bibliografia especializada a respeito do Forte São Mateus, e o Convento Nossa Senhora dos Anjos, assim como *sites* e *links* que tratem dessa temática. Isso permitirá a professores, estudantes e a outros visitantes utilizarem o guia de visitação histórica a fim de aprofundar os seus conhecimentos a respeito desses patrimônios históricos locais.

Na sequência, temos os tópicos que tratam dos símbolos oficiais do município como o hino, com letra e música, a bandeira e o brasão com o a explicação de cada item que o compõem, além do simbolismo dos mesmos. A fim de informar aos visitantes características gerais da cidade de Cabo Frio, serão disponibilizados dados oficiais, retirados de *sites* da prefeitura municipal, do governo do Estado do Rio de Janeiro e do IBGE, a respeito de dados socioeconômicos e características geográficas locais.

3.4 Conhecendo o guia de visitação: monumentos, tecnologia digital e ensino da história

O mapa histórico interativo: um olhar sobre a história de Cabo Frio tem como possibilidades de interação por parte do usuário uma visita pré-estabelecida a partir de monumentos edificadas e algumas expressões culturais presentes na cidade, ou a escolha aleatória por parte do utilizador no guia durante o seu acesso.⁶⁵

Para conhecermos os seus pormenores, utilizaremos a sequência pré-estabelecida durante a confecção do mesmo, descrevendo o contexto de informações presentes e eventuais oficinas pedagógicas que estejam inseridas.

Os usuários que forem acessar o guia de visitação, poderão se deparar, a título de pano de fundo, um mapa da cidade de Cabo Frio. Esse material tem como objetivo facilitar a localização espacial desses indivíduos na cidade. Ademais, para facilitar a navegação, todos os bens históricos presentes no guia e expressões de cultura popular e religiosa presentes estão sinalizados por esferas na cor azul, trazendo o nome do objeto de estudo e a sua localização aproximada no mapa de referência.

Um ponto interessante no manuseio do guia de visitação histórica é a possibilidade na variação de escala nas informações apresentadas. O programa Prezi permite aos usuários uma perspectiva geral de visualização, que tem, como pano de fundo, o mapa da cidade⁶⁶ e, à medida em que é acessado o item a ser pesquisado, ele direciona as pessoas que estão acessando as informações mais específicas sobre o item estudado, como se fosse uma lupa.

Cumprido dizer que essa variação de escalas no uso do guia histórico permite a quem estiver acessando o guia uma perspectiva de iteração e profundidade com os objetos que estarão sendo observados.

⁶⁵Para acessar o guia, é necessário digitar o endereço: <https://prezi.com/p/tsfmb94xnddn/>

⁶⁶ Como demonstrada na figura: 1.

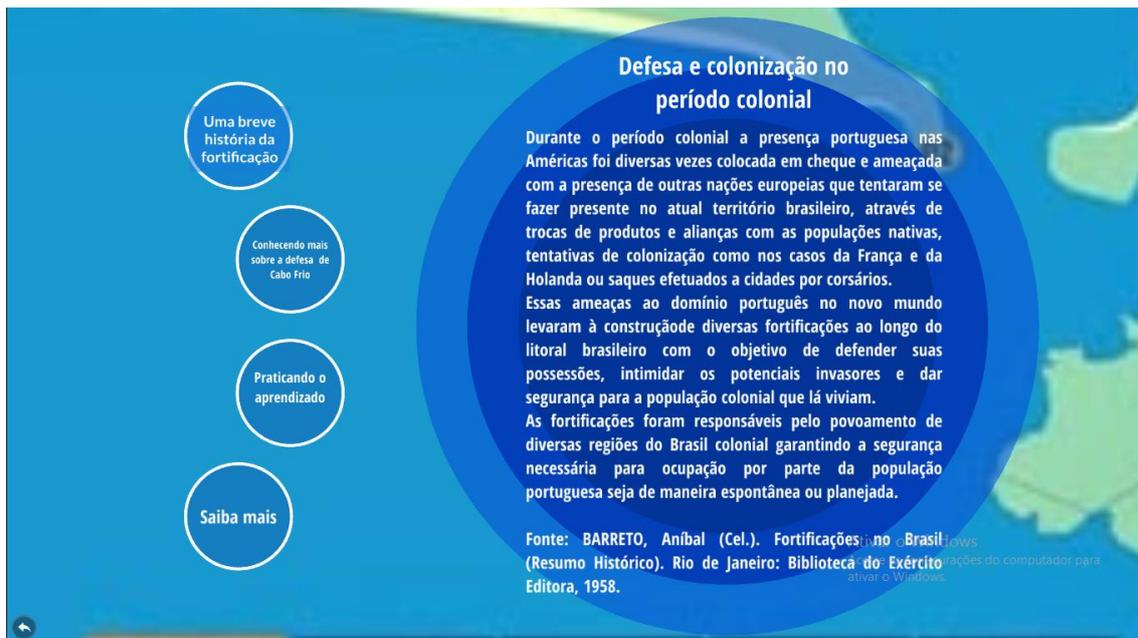


Figura 3: Quando acessado o Forte São Mateus no guia, ele amplia a escala de visualização e permite maiores o acesso a informações detalhadas do bem pesquisado.

3.4.1 Bens preservados assinalados no guia

O primeiro local que o visitante terá acesso no guia histórico de visitação será o do Morro do Arpoador, que fica localizado na Boca da Barra, da Lagoa de Araruama. Segundo alguns memorialistas e historiadores locais, esse teria sido o local em que Américo Vespúcio teria escolhido para instalar a sua primeira feitoria, sendo o local posteriormente utilizado também pelos franceses como uma feitoria, sendo denominada Casa de Pedra, sendo também sede de uma fortificação portuguesa conhecida como Forte Santo Inácio, antecedente ao Forte São Mateus.

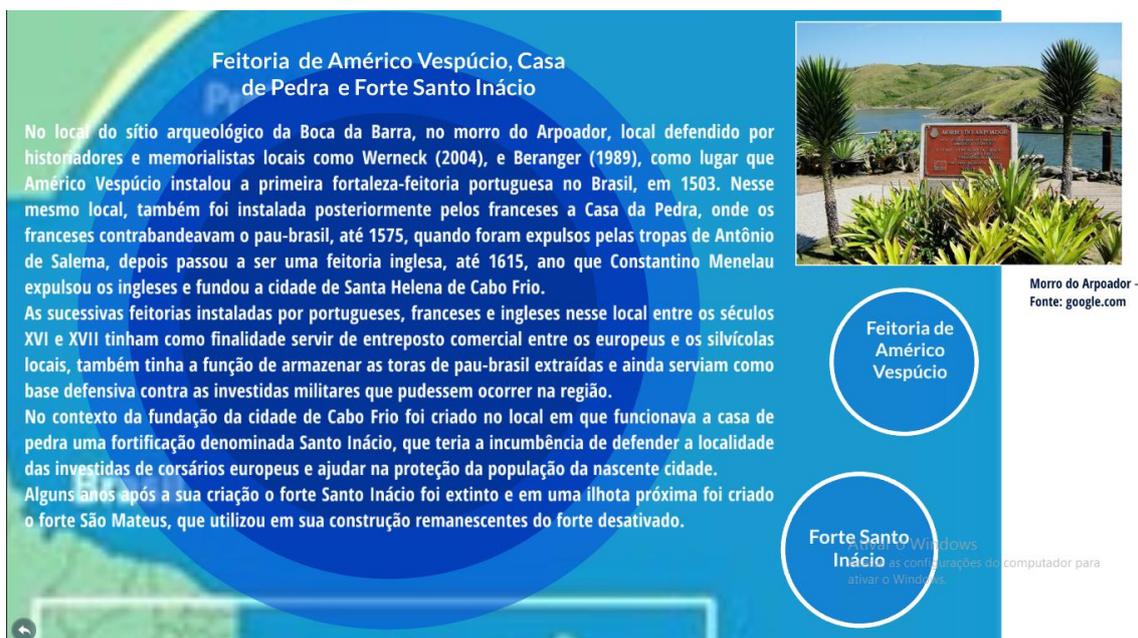


Figura 4 - A imagem mostra as informações detalhadas a respeito do morro do Arpoador e suas conexões com a história local

Nesse item, o usuário do guia terá uma breve informação sobre a importância histórica atribuída ao Morro do Arpoador. Além disso, o guia apresentará, no lado direito, informações adicionais sobre a feitoria de Américo Vespúcio, o Forte Santo Inácio e uma imagem do local. Acessando o item a respeito da feitoria de Américo Vespúcio, os usuários do guia terão uma breve descrição da mesma, seguida de uma imagem, retratando o navegador genovês do lado direito, e, no lado esquerdo, um trecho do relato da passagem dele por Cabo Frio uma sugestão bibliográfica na seção “Saiba Mais”, para aqueles que se interessarem em aprofundar possíveis estudos a respeito dessa temática.

É importante destacar a preocupação no uso de diferentes linguagens e informações ao longo da elaboração do guia. Para isso, o uso de textos breves e objetivos, imagens, vídeos, relatos de época, sugestões bibliográficas e oficinas com atividades pedagógicas. Esses critérios para sua elaboração se devem ao diversificado público que possa vir a ter acesso e utilizar os recursos disponíveis.

The infographic features a central blue circle with the title "Feitoria de Cabo Frio". To the left, two smaller white circles with blue borders contain the text "Saiba mais" and "Relato da passagem de Américo Vespúcio". The main text in the central circle describes the establishment of the first European settlement on the Brazilian coast in 1503-1504 by Amerigo Vesputi, and mentions a "fortaleza" made of wood. A small image of a statue of Amerigo Vesputi is positioned to the right of the text. At the bottom right, there is a small text box that says "Ativar o Windows" and "Acesse as configurações do computador para ativar o Windows."

Figura 5: A imagem mostra as diferentes possibilidades de aprofundamento do tema estudado: texto com breve descrição, imagem, relato de época e sugestão bibliográfica

A respeito do Forte Santo Inácio, vem um pequeno trecho de um livro do historiador local Márcio Werneck. Este aborda a respeito da criação dessa fortificação, por determinação do capitão-mor Constantino Menelau, para proteger a localidade das

investidas de corsários estrangeiros e de indígenas inimigos dos portugueses. Além dessa breve descrição, essa parte do guia traz a transcrição do auto de fundação da povoação de Santa Helena de Cabo Frio. Vale dizer que essa importante fonte histórica é como uma espécie de certidão de nascimento da cidade de Cabo Frio, em um contexto de conflitos entre portugueses, corsários estrangeiros, sobretudo franceses, que extraíam pau-brasil na localidade e tinham relações amistosas com tribos indígenas locais.

Essa situação conflitante e a preocupação com uma possível investida francesa na região depois do fracasso da França Antártica acabou permitindo uma expedição punitiva contra grupos indígenas locais, aliados dos franceses, bem como, em 1615, a criação de uma vila de Cabo Frio.



Figura 6: Descrição do Forte Santo Inácio e, ao lado, o acesso à transcrição do ato de fundação de Cabo Frio

Nessa parte inicial, existe a preocupação de abordar temas relacionados às origens da cidade de Cabo Frio, tendo como eixo gerador a problemática norteadora do trabalho que é a respeito da defesa e da religião portuguesa no Brasil colonial, a partir de dois bens patrimoniais tombados pelo IPHAN, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos. Apesar de a dissertação centrar nesses dois bens edificados, no produto existe a preocupação de relatar outras experiências históricas locais dentro do eixo abordado.

No guia, a Igreja de São Benedito aparece representada, do lado direito, por meio de três imagens, sendo duas externas, em diferentes contextos históricos, e uma

representando o interior da Igreja, acompanhada de um pequeno texto descritivo na parte central.

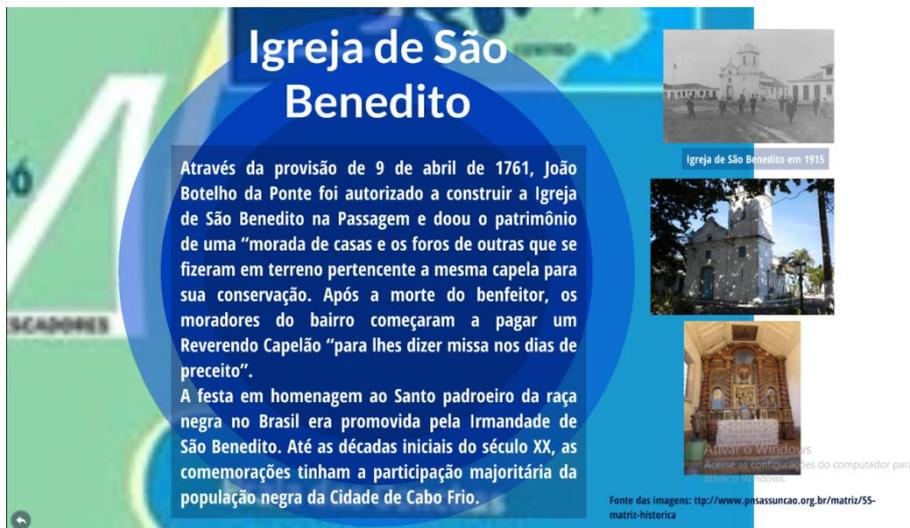


Figura 7: Imagem representando a Igreja de São Benedito e breve descrição da mesma

Referência simbólica da religiosidade católica em Cabo Frio, a Igreja consagrada a Nossa Senhora da Assunção, conhecida pela população local como Igreja matriz, tem a sua história como instituição religiosa relacionada à própria história da cidade, sendo responsável pela direção espiritual da população católica na cidade desde o século XVII.

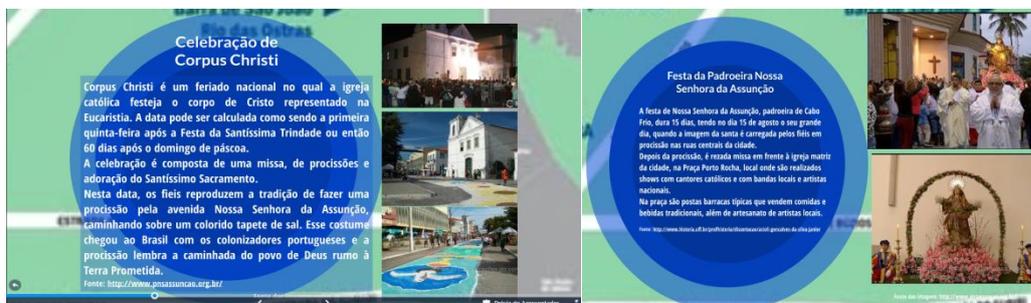


Figura 8: Trecho do guia que trata da celebração do *Corpus Christi* e da festa de Nossa Senhora da Assunção

O Convento de Nossa Senhora dos Anjos é um dos monumentos geradores do projeto do mapa histórico interativo. Dividimos a visita virtual em seis itens de informações desse importante patrimônio histórico local. Este interessa ressaltar, serve como uma espécie de guardião da memória e da história local, reconhecido e escolhido pelo IPHAN como monumento tombado, tendo também em seu espaço a única instituição museológica federal na cidade de Cabo Frio.

Inicialmente, começamos a nossa navegação com um pequeno resumo, fazendo uma abordagem sobre o convento, seguido de uma sugestão bibliográfica com os *links* para consulta de duas obras que tratam a respeito de um relatório sobre monumentos e espaços culturais em Cabo Frio, elaborado pelo historiador local Márcio Werneck da Cunha, além de uma obra trazendo considerações sobre o espaço na obra franciscana no Brasil, esta de autoria de Cybele Vidal Fernandes. Tais sugestões de leitura têm como finalidade trazer informações especializadas a respeito do convento em Cabo Frio e como esse espaço estava imbricado em um projeto de construção que obedecia a todo um planejamento arquitetônico e religioso aplicado nessas construções religiosas no período da Idade Moderna.

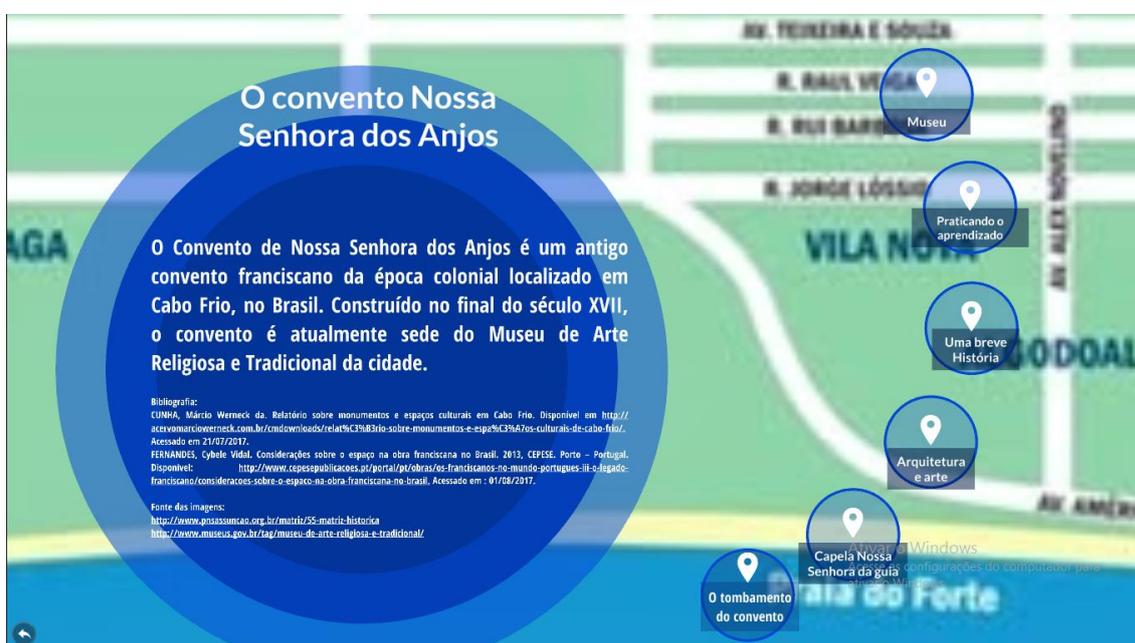


Figura 9: Trecho no mapa interativo a respeito do Convento Nossa Senhora dos Anjos

Na parte do museu, contamos um pouco a respeito do Museu de Arte Religiosa Tradicional a partir de um vídeo institucional do MART e do episódio do programa “Conhecendo Museus”, exibido pela TV Escola. Em seguida, temos um guia de navegação com a programação do museu, para que os visitantes possam ter acesso a atividades desenvolvidas pelo referido espaço junto à população cabofriense.

Em seguida, oferecemos algumas atividades para que os visitantes possam interagir e fixar, por meio de perguntas, os conteúdos trabalhados a respeito do Convento Nossa Senhora dos Anjos, o seu tombamento pelo IPHAN e curiosidades sobre a capela de Nossa Senhora da Guia, tendo em seguida uma atividade de quebra-cabeça para entretenimento. Na sequência de nossa visita, temos a parte que conta um pouco da história do convento, sua criação no século XVII, sua decadência e abandono

ao longo do século XIX e o seu tombamento no século XX e transformação em museu de arte religiosa.

No guia “Arquitetura e Arte”, produzimos um relato, contando alguns aspectos desse monumento religioso que, despersonalizado de suas funções, foi ressignificado a partir da sua transformação em museu de arte religiosa, tendo o complexo conventual atualmente a igreja de Nossa Senhora dos Anjos, a Capela da Ordem Terceira, as ruínas do convento, o claustro, o cemitério e o terreno, este que tem, como destaque na parte frontal, o cruzeiro.

Para encerrar a navegação a respeito do Convento Nossa Senhora dos Anjos, possibilitamos ao visitante um guia que traz um relato do processo de tombamento desse complexo conventual. A partir disso, é possível obter informações sobre as etapas para o processo de patrimonialização desenvolvido pelo IPHAN.

Seguindo a proposta de trabalhar a história local a partir dos eixos temáticos de “defesa e religiosidade católica colonial”, o guia tratará da história da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, considerando sua importância histórica para a cidade de Cabo Frio. Isso se deve ao seu papel como referencial simbólico do catolicismo local, além de suas expressões de caráter cultural, representadas por duas importantes manifestações de religiosidade local.

No guia de visita histórica, temos ao centro e à esquerda um texto com relatos de uma breve história da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, a chegada do culto mariano em Cabo Frio e algumas das mudanças na paróquia, que foi de responsabilidade de religiosos diocesanos, passando por um período de responsabilidade dos frades franciscanos e o retorno para os padres diocesanos, além das divisões que a paróquia de Cabo Frio passou ao longo do tempo.

Além da breve descrição da história da Igreja, temos no lado direito do guia os itens a serem utilizados por aqueles que se interessarem em aprofundar os seus conhecimentos a respeito do culto a Nossa Senhora da Assunção, a chegada do culto ao Brasil, a festa da padroeira, que acontece no mês de Agosto, assim como o item conhecendo a Igreja Matriz, que trata dos principais bens sacros que compõem o acervo da igreja: pia batismal do século XVII, a urna do santíssimo do século XIX, a tela dos quatro evangelistas de 1960 e o altar de Nossa Senhora Aparecida.

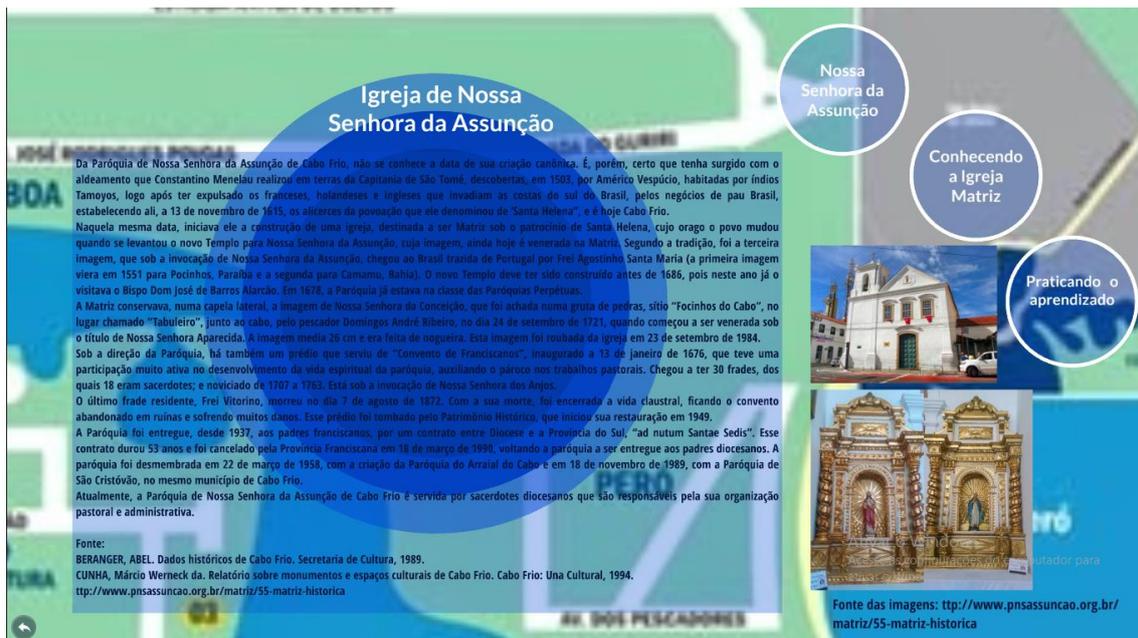


Figura 10: Trecho do guia que aborda a respeito da Igreja matriz de Cabo Frio, com sua história, acervo de peças históricas, curiosidades e uma atividade pedagógica.

Para testar os conhecimentos aprendidos com a navegação no guia de visitação histórica a respeito de patrimônio histórico da cidade de Cabo Frio, deixamos na parte *praticando o aprendizado* uma pergunta a respeito da primeira padroeira da cidade. O objetivo dessa pergunta é levar o visitante do guia a buscar nos textos presentes, com informações sobre a religiosidade católica local, uma questão que confunde muitos dos moradores da cidade, ou seja, uma indagação que o leve a ter conhecimento de que a primeira padroeira não foi Nossa Senhora da Assunção, mas sim Santa Helena. Essa atividade busca, portanto, levar o usuário do guia a ter uma leitura atenta do material presente e descobrir, por meio desse exercício de leitura, a resposta para essa curiosa situação que ainda hoje confunde alguns moradores da cidade.

O último patrimônio histórico que abordaremos no mapa histórico interativo será o Forte São Mateus, construído no século XVII, a partir das ruínas do antigo Forte Santo Inácio. Essa edificação serviu como bastião da defesa portuguesa na região no período colonial.

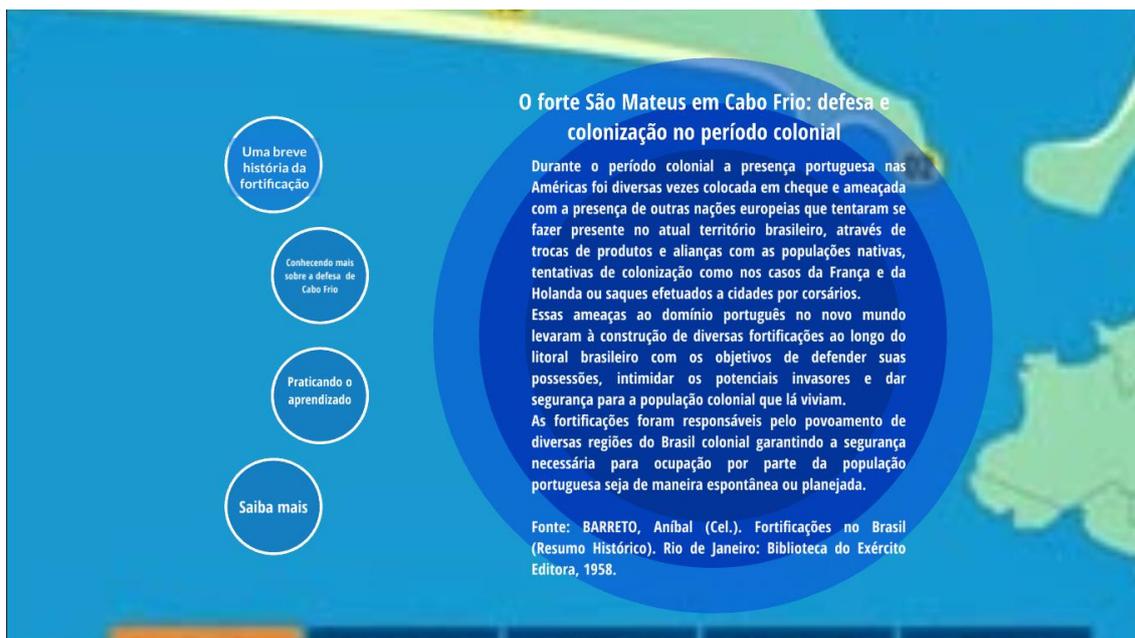


Figura 21: Trecho do guia interativo a respeito do forte São Mateus

Os visitantes terão, como contato inicial nesse trecho do mapa histórico interativo, uma descrição a respeito da defesa e colonização lusitana, a partir das reflexões do historiador Aníbal Barreto. Este autor evidencia a importância das fortificações como meio de defesa utilizado pelos portugueses para afastar inimigos de outras nações europeias que tivessem interesse no Brasil, assim como os grupos indígenas hostis, contribuindo como elemento vital para o povoamento de diversas regiões, além de promover a segurança para a ocupação desses espaços.

No guia “Uma breve história da fortificação”, produzimos um relato contando um pouco da sua história a partir de sua criação, a mando do governador e capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro, Constantino Menelau, no século XVII. Vale dizer que tal empreendimento ocorreu em um contexto de conflitos entre portugueses, franceses, ingleses e indígenas, por conta da exploração de pau-brasil e disputas de terras na região (WEHLING, 1999).

Depois do relato histórico sobre o Forte São Mateus, temos uma guia, no mapa histórico interativo, que traz mais informações sobre a defesa em Cabo Frio no período em que o forte tinha a sua função militar. O material traz informações no que tange à sua função defensiva, aos materiais de construção da fortaleza, bem como às suas características arquitetônicas.

Na sequência, temos a parte do “Praticando o aprendizado”. Nesta, oferecemos algumas atividades para que os visitantes possam interagir e fixar os conteúdos

trabalhados. Para isso, através de a apresentação de perguntas a respeito do Forte São Mateus, seu tombamento pelo IPHAN, além de curiosidades sobre sua construção, bem como os seus diferentes usos ao longo de sua existência, tendo em seguida uma atividade de quebra-cabeça para entretenimento.

Para finalizar a visita, deixamos para os interessados uma sugestão bibliográfica na parte final do guia, chamada “Ampliando o conhecimento”. A ideia de encerrar o mapa interativo com uma sugestão bibliográfica é estimular os visitantes, assim desejarem, um aprofundamento a respeito do estudo de história local em Cabo Frio, valendo-se de e obras de memorialistas e da historiografia especializada.

Caminhando por seu roteiro de visitação a respeito dos patrimônios históricos em Cabo Frio, temos mais uma pérola da arquitetura colonial setecentista, representada na Fazenda Campos Novos, espaço que no período colonial foi utilizado pelos jesuítas para atividades econômicas no campo da agricultura. Dentro da proposta de estudar patrimônios históricos locais coloniais nos campos de defesa e religiosidade, o guia aborda o estudo dessa fazenda, por ser um espaço de uso oriundo da ordem jesuítica na região, somado à presença de uma capela consagrada a Santo Inácio pelos religiosos que usufruíram desse espaço e que o consagraram ao criador da ordem, que foi santificado pela Igreja Católica, além da importância da atividade pecuária, a partir da exploração de mão de obra nas atividades da fazenda.

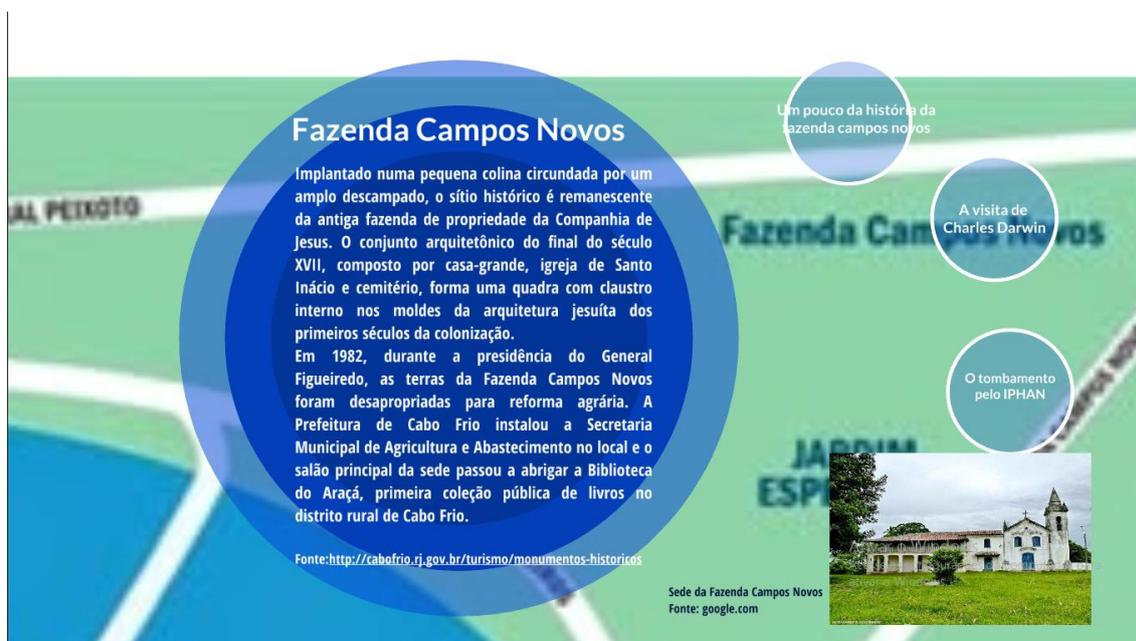


Figura 12: Fazenda Campos Novos e os itens com informações sobre esse bem histórico

No guia, a Fazenda Campos Novos é apresentada a partir de um texto inicial, comentando a sua trajetória inicial no período colonial, quando pertencia aos jesuítas, e um pouco de sua trajetória contemporânea, quando as terras da mesma foi objeto de reforma agrária. Atualmente, a sede da fazenda e a capela de Santo Inácio estão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, abrigando a Secretaria Municipal de Agricultura e a primeira biblioteca rural do município.

Nos itens de aprofundamento da fazenda, temos três tópicos destacados. O primeiro traz informações sobre a história da fazenda no período colonial, a expulsão dos jesuítas e a incorporação das terras aos bens da coroa e, posteriormente, a transformação da propriedade em bem privado. O segundo tópico trata do tombamento, pelo IPHAN, em 2015, da sede da fazenda e da Capela de Santo Inácio, descrevendo aspectos do tombamento, como o número do processo, os livros de tombamento em que se encontra o registro, além de uma breve descrição do bem tombado.⁶⁷ E, quanto ao último tópico, este oferece uma breve descrição da visita do naturalista inglês Charles Darwin, no século XIX, quando o estudioso, em uma expedição científica pelo interior fluminense, teria passado na fazenda campos novos, pernoitado e coletado conchas de água doce para sua coleção.⁶⁸

Cumprir afirmar que, apesar de existirem diversos pontos de inflexão que poderiam ser aprofundados a respeito da história da fazenda, optamos por descrições breves. Isso para não fugirmos do escopo principal da dissertação, isto é, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos.

3.5 Oficinas de educação patrimonial

No tópico das oficinas sobre patrimônio histórico local, temos uma série de atividades que estão disponíveis no guia para que professores, estudantes ou, até mesmo pessoas que não tenham ligação direta com a educação, mas demonstrem interesse na história local cabofriense, possam realizar atividades que visem fixar os conteúdos trabalhados, instigar a procura por um conhecimento mais aprofundado das temáticas abordadas. Aos docentes, cabe ainda afirmar, o material poderá oportunizar recursos para o desenvolvimento de atividades que permitam uma transposição didática dos conteúdos desenvolvidos no meio acadêmico e no meio escolar a respeito da história

⁶⁷Fonte: <http://www.infopatrimonio.org/?p=23473>

⁶⁸ Fonte: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/caminhosdedarwin/cabofrio.html>

local e de seus patrimônios, promovendo uma ponte entre esse conhecimento especializado e informações produzidas pelo IPHAN, instituto que tem a incumbência de desenvolver políticas de legitimação e preservação dos bens patrimoniais por ele selecionados.

Para realizar essa empreitada no guia de visitação histórica, por meio das informações presentes no mapa interativo e, principalmente, nas oficinas abordadas, será necessário mobilizar o conceito de “transposição didática” trabalhado por Ana Maria Monteiro⁶⁹. Esta procura demonstrar que o conhecimento trabalhado no meio escolar não é uma mera cópia do conhecimento desenvolvido na academia, e sim um conhecimento próprio do universo escolar, que tem a sua própria especificidade, objetos e objetivos, mas que não deixa de buscar e ser legitimado pelo conhecimento acadêmico (MONTEIRO, 2007).

A transposição didática faz parte de um conjunto de normas e práticas no meio escolar, permitindo a transmissão desse conhecimento e a incorporação de comportamentos sociais relacionados ao ambiente escolar, possibilitando constituir o que Dominique Julia chamará de Cultura Escolar (JULIA, 2001).

Como o mapa histórico interativo foi pensado a partir de uma perspectiva de utilização direcionada para o público escolar, principalmente discentes e docentes, ele buscará contribuir para a realização da transposição didática entre o conhecimento produzido e legitimado pelo IPHAN sobre o patrimônio histórico em Cabo Frio e o conhecimento escolar trabalhado pelas instituições de ensino na disciplina de História.

Nessa busca, procuramos realizar aproximações entre esses discursos e a produção de um conhecimento escolar próprio que possa ressignificar o conhecimento acadêmico para o ambiente escolar a respeito de eventos sobre a história local de Cabo Frio, tendo como suportes os seus patrimônios históricos tombados pelo IPHAN.

⁶⁹A autora define o conceito de “transposição didática”, a partir de Chevallard, como “à passagem do saber acadêmico ao saber ensinado e, portanto, à distância eventual, obrigatória que os separa, que dá testemunho deste testemunho deste questionamento necessário, ao mesmo tempo que se converte em sua primeira ferramenta (MONTEIRO, 2007, p.84).

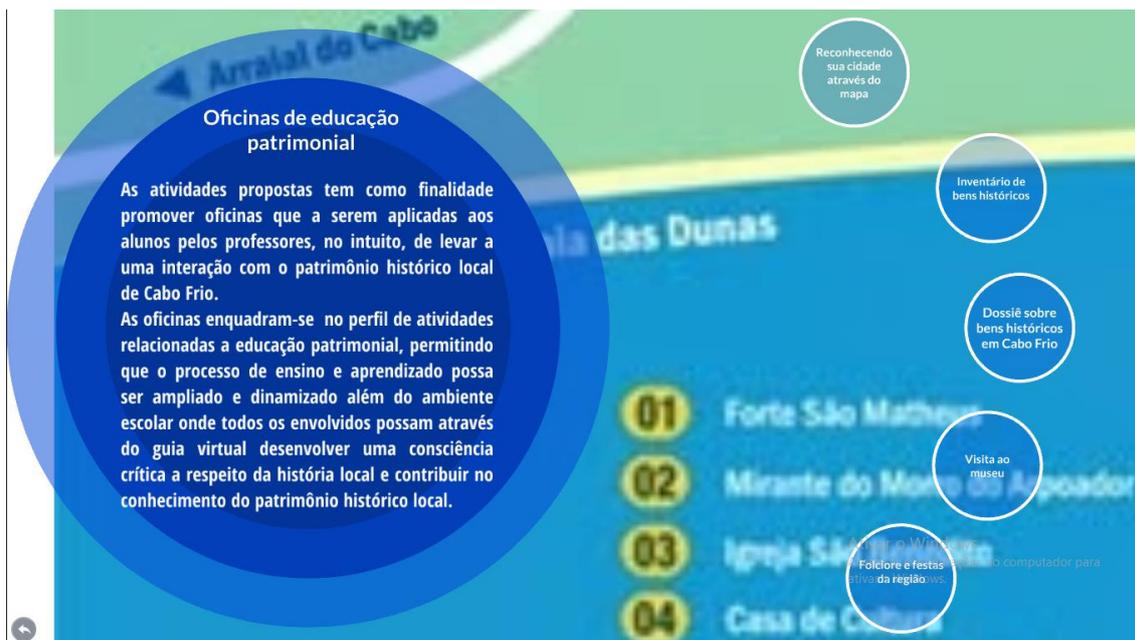


Figura 33: Tópicos que trazem oficinas no guia interativo

3.5.1 Reconhecendo a sua cidade através do mapa

Nesta oficina, os alunos elaborarão uma réplica de um mapa ou planta da cidade e, após uma pesquisa a respeito dos monumentos históricos da cidade, poderão localizar, identificar, replicar ou reproduzir alguns desses monumentos no mapa produzido.

Aos alunos, uma segunda atividade a ser realizada no mapa produzido é a identificação das escolas, igrejas, praças e outros bens culturais presentes nas imediações dos monumentos.

É possível ainda sugerir aos alunos uma produção textual. Tendo como base o mapa oferecido, os educandos poderão indicar os lugares que frequentam para diversão na cidade ou quais são as festas mais importantes na cidade, segundo a percepção deles.

Uma quarta atividade sugerida poderá a aplicação de um questionário. Neste, a recorrência a indagações sobre qual bem histórico preservado seria o mais importante e porquê dessa importância, o que deve ser feito para preservar os bens históricos do município, quais são os principais problemas que a cidade apresenta em relação à preservação dos bens culturais, assim como quais seriam as soluções possíveis para esses problemas.

Como sugestão de orientação dessa quarta atividade, sugerimos que os professores problematizem a questão da especulação imobiliária na cidade e os

impactos dessa atividade na questão da preservação do patrimônio histórico em Cabo Frio.

As atividades dessa primeira oficina permitem que, a partir de uma experiência sensorial de conhecer a cidade, por meio de uma representação cartográfica elaborada pelos alunos, eles possam conhecer um pouco do espaço em que vivem e possam ter contato com problemáticas que envolvem tensões a respeito da manutenção desses patrimônios históricos, considerando a perspectiva que esses espaços são lugares de memória (NORA, 1993). Somado a isso, permitir aos alunos refletir que criação desses lugares, manutenção, ampliação ou até mesmo negligências fazem parte de um processo de disputas de memória que, de um lado, está a população local, com interesses variados na preservação ou não desses bens edificados de acordo com o crescimento urbano, imobiliários e financeiro sofrido pela cidade e, de outro, os órgãos estatais, como o IPHAN, que regulamentam e criam políticas de preservação, visando evidenciar esses espaços como representativos de uma memória coletiva, ligadas a uma história que tem, como narrativa, a construção de um discurso preservacionista da história local e nacional (CHUVA, 2009; AGUIAR, 2016).

3.5.2 Inventários de bens históricos

Esta atividade visa elaborar uma exposição com os alunos a ser apresentada na escola, a partir de um levantamento de bens históricos da cidade de Cabo Frio, contendo as seguintes informações: Quem construiu ou autorizou a construção, a época ou século da construção, primeiros moradores da localidade, usos no passado e atualmente, dentre outras características que possam ser consideradas relevantes.

Após a pesquisa, os alunos poderão elaborar um painel ou estande em que os mesmos irão expor as informações obtidas, imagens, desenhos, pinturas, maquetes ou objetos que tenham relação com os bens pesquisados.

A possibilidade de que os alunos montem uma exposição sobre os bens históricos locais, produza uma narrativa própria a respeito dos bens pesquisados, dêem um encadeamento lógico de comunicar sua pesquisa aos seus expectadores no meio escolar e de ter contato direto ou indireto com fontes históricas primárias, secundárias ou por parte da historiografia especializada, permite trabalharmos essa atividade dentro da perspectiva de arquivos simulados.

... o arquivo simulado seria uma possibilidade a ser incorporada à natureza da didática da história, constituindo-se de um modelo de arquivo que dê uma idéia de uma mistura de material organizado segundo critérios de arquivologia, mas que não corresponde a um arquivo real (SCHMIDT, s.d, p.2).

Essa perspectiva de arquivos simulados a partir da criação de um acervo com informações a respeito dos patrimônios históricos presentes em Cabo Frio permite ao professor, bem como aos alunos, construir um manancial de informações que possam ser utilizados como meio de transposição didática entre o conhecimento produzido por memorialistas, historiadores ou outras fontes e a escola, oportunizando a esta utilizar essas informações como estratégia de ensino, além de transformar esse conhecimento em um saber histórico escolar.

3.5.3 Dossiê sobre bens históricos em Cabo Frio

Ao propor esta atividade, procuramos desmistificar a ideia de patrimônio histórico como algo dado, extemporâneo ou concedido por meio do poder público, através de órgãos responsáveis por legitimar uma determinada história local e mostrar, através desse trabalho, que o processo de patrimonialização é uma atribuição de valores que pode ou não ter ressonância, bem como o reconhecimento junto a setores da população, sob pena de ter bens culturais que sejam tombados e não serem cuidados ou reconhecidos pela população local como parte de sua identidade (GONÇALVES, 2005),

... o ato de patrimonializar passa então a designar todo o processo de atribuição de valor e significado a bens e práticas culturais que são identificados e reconhecidos segundo os interesses específicos dos grupos de identidade (NOGUEIRA, 2015, p.40).

Outro fenômeno que a atividade pode conduzir é a atribuição de valores a bens culturais que são reconhecidos por parte da população local, como parte de sua memória coletiva, mas que não são reconhecidos pelas agências oficiais pelas políticas de patrimonialização.

Cumprir afirmar que pensar as políticas de patrimonialização e o próprio patrimônio em si como processos de atribuição de valor e significado a bens e práticas culturais demonstra um processo de enquadramento de memória em que determinados

acontecimentos históricos são alçados a uma categoria de destaque dentro da sociedade e passam a ser evidenciados como espaços representativos de uma identidade local e, por vezes, até nacional, dependendo dos interesses que estejam envolvidos (POLLAK, 1989).

3.5.4 Visita ao Museu de Arte Sacra – MART

Nesta atividade, sugerimos a visita ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional, localizado no Convento Santa Maria dos Anjos, em Cabo Frio, para conhecer o seu acervo, a história do convento, este que abriga o museu.

O docente deve propor uma pesquisa com informações sobre a criação do museu, quem o criou, qual a sua finalidade, qual o tipo de acervo e as peças mais relevantes da coleção. Tal atividade permite o acesso a informações a respeito do museu de arte sacra, o seu local de funcionamento em um bem histórico tombado pelo IPHAN, suas coleções e reflexões a respeito desse espaço museológico.

No Brasil o advento dos museus é anterior ao surgimento das universidades. A formação de cientistas e a produção científica, sobretudo na segunda metade do século XIX, tinham nos museus um de seus principais pontos de apoio. Por isso mesmo, desde o século retrasado as relações entre os campos do museu e da educação são bastante intensas. De igual modo, a institucionalização dos museus e da museologia antecede à criação de um dispositivo legal para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (CHAGAS, s.d, p.2).

É interessante pensarmos que o museu de arte sacra, que tem em seu espaço um patrimônio histórico tombado pelo IPHAN é um local em que memória, patrimônio e educação se articulam e configuram campos de tensão e intenção na atribuição de valores que estão presentes na história e na memória coletiva da sociedade cabofriense. Vale destacar que esses aspectos podem representar um espaço de diálogo entre diversos atores sociais no campo da educação, do patrimônio histórico, da museologia, do poder público e os nexos temporais que procuram representar.

Museu, memória e patrimônio configuram campos independentes, ainda que articulados entre si. Eles, são arenas políticas, territórios em litígio, lugares onde se disputa o passado, o presente e o futuro.

Para além de todas as diferenciações, resta a execução de uma música para a dança e, mais ainda, resta o reconhecimento de que o museu, o patrimônio e a educação configuram campos de tensão e intenção (CHAGAS, s.d, p.4).

O educador que for utilizar essa atividade deve considerar que a mesma visa estudar a respeito do museu de arte sacra de Cabo Frio, que funciona em um espaço patrimonializado e que serve tanto como guardião de uma memória coletiva, quanto para ajudar na educação a respeito da história local.

Esse lugar de memória não está dado, e sim, encontra-se em contínuo processo de diálogo entre os diferentes campos de conhecimento acadêmico e escolar, agentes e instituições “a fim de desenvolver sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens materiais” (ORIÁ, s.d, p.1).

3.5.5 Folclore e festas tradicionais em Cabo Frio

Nesta atividade, são sugeridas pesquisa aos alunos sobre a cultura popular da cidade e uma série de atividades que possam ser aplicadas: encenação, dança, poemas e representações a respeito de lendas, mitos e personagens representativos da história local.

Essa atividade visa tratar da pluralidade cultural, história local e seus patrimônios culturais, amparado na lei nº 9.394/96, que abre espaço para a valorização de características regionais, valorizando o acervo cultural dos estados e municípios e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em que os chamados temas transversais possibilitam o estudo do patrimônio histórico e da pluralidade cultural, por meio de projetos e atividades de educação patrimonial, considerando o que processos de interdisciplinaridade são capazes de oportunizar (ORIÁ, s.d, p.1).

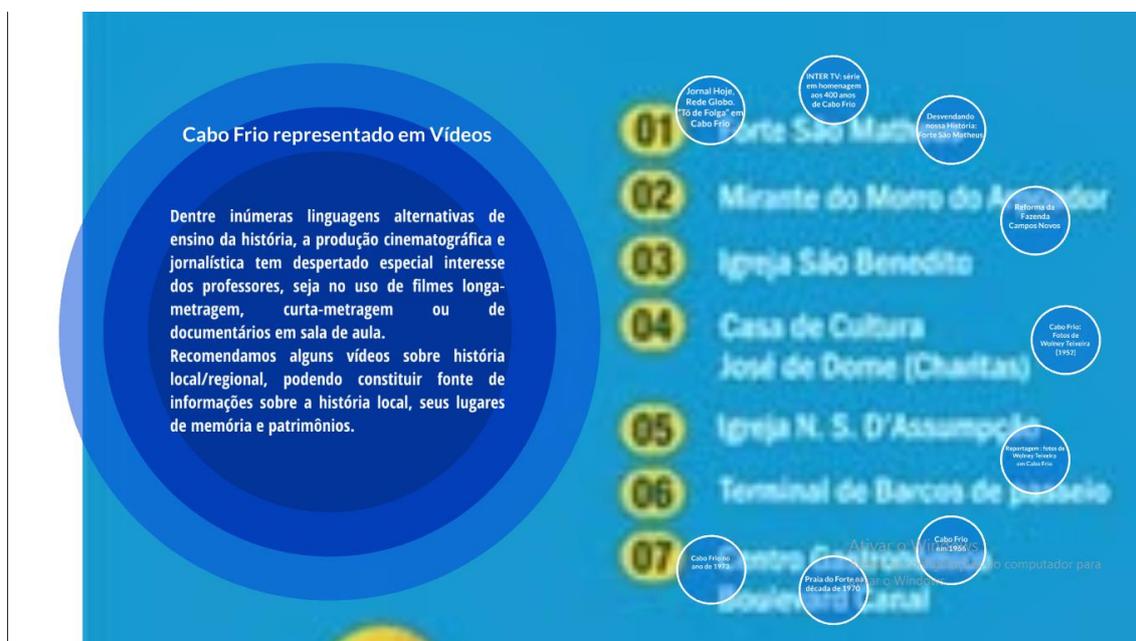
3.6 Cabo Frio representado em vídeos

Na sequência das oficinas propostas a educadores e educandos, temos um campo de interação com o usuário do mapa histórico interativo que o remeterá a uma série de *links* ou janelas de acesso a diversas reportagens, documentários e gravações pessoais disponibilizadas no *site* do *Youtube* ou em *sites* de emissoras de TV local a respeito de

Cabo Frio, considerando diferentes contextos históricos e seus patrimônios históricos tombados pelo IPHAN.

Dentre inúmeras linguagens alternativas de ensino da história, a produção cinematográfica e jornalística tem despertado especial interesse dos professores, seja no uso de filmes de longa-metragem, curta-metragem ou de documentários em sala de aula. Recomendamos alguns vídeos sobre história local/regional, podendo constituir fonte de informações sobre a história local, seus lugares de memória e patrimônios. O uso de vídeos, reportagens ou acervo pessoal disponibilizado na internet para consulta ou replicação permite o acesso a informações a respeito da história local ou memórias privadas que se tornam coletivas com um veículo para estudar acontecimentos do passado, valendo de uma linguagem em que a narrativa se mistura com as imagens presentes.

Não devemos esquecer que o uso de vídeos de diferentes matrizes, desde o lazer na praia à reportagem jornalística a respeito dos patrimônios tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, passando por um vídeo institucional do Mart a respeito do seu acervo e atividades desenvolvidas pelo museu, passam pela dimensão do lazer, do entretenimento e da informação, agindo como “produtores de sentido, independente do meio de transmissão e recepção da informação e do conteúdo” (ARRUDA, 2013,p.46).



3.7 Oficinas do mapa histórico interativo a partir do olhar discente: entre os saberes e prática

Em uma aula, como docente responsável pela disciplina de História, falava aos discentes sobre a questão que envolve as políticas de construção de memória na era Vargas, sua ligação com o discurso, bem como as práticas nacionalistas no período e a criação do SPHAN, posteriormente rebatizado de IPHAN, que teria a responsabilidade de desenvolver políticas oficiais no campo da seleção, catalogação e preservação de bens históricos patrimoniais.

Na ocasião, destacou-se a importância da preservação do patrimônio histórico local, em vista da inquietação do docente com a falta de conhecimento de alguns discentes a respeito dos bens históricos tombados pelo IPHAN na cidade. Como alguns discentes desconheciam que na cidade tinham bens tombados pelo IPHAN e muitos demonstraram interesse na temática, aproveitei o ensejo da dissertação que estava sendo produzida e a construção do guia de visitação virtual para realizar uma primeira experiência de utilização em uma sala de aula.

Diante disso, naquela data, em 07 de agosto de 2018, propus algumas atividades aos alunos do segundo ano do Ensino Médio do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Cabo Frio. Em outro momento, já em 04 de setembro de 2018, os alunos foram levados para o auditório da escola, onde assistiram a uma aula teórica a respeito do projeto do mapa histórico interativo, de seu objetivo de produzir um material que pudesse suprir a carência de informações a respeito da história local de Cabo Frio e de seus patrimônios históricos, tendo como ênfase a defesa e a religião no período colonial. Para isso, destacou-se que a cidade possui dois bens reconhecidos e tombados pelo IPHAN, autarquia federal responsável por reconhecer, catalogar e desenvolver políticas públicas no campo patrimonial.

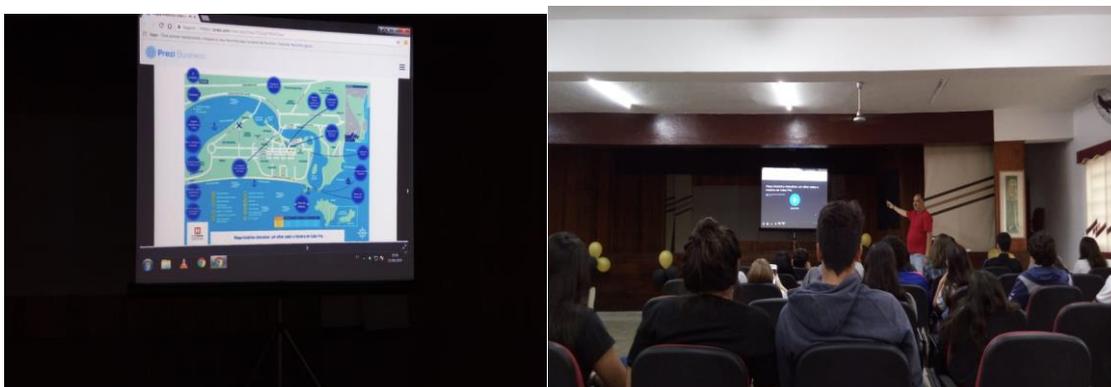


Figura 5: Aula teórica apresentando o projeto do mapa histórico interativo no auditório do colégio. Acervo pessoal.

Apresentado o projeto à turma, foi dado o prazo até o dia 11 de setembro para que eles navegassem pelo produto, lessem os conteúdos e elaborassem atividades a partir das oficinas propostas no guia de visitação virtual.

No período de 11 a 18 de setembro, a turma foi dividida em grupos, e os mesmos apresentaram uma série de trabalhos a respeito do que eles estudaram no guia e pesquisaram em casa e em sala de aula. Os trabalhos ficaram divididos em três categorias: pesquisas digitadas, mapas conceituais e reprodução de patrimônios em cartaz e uma maquete.

3.7.1 Pesquisas digitadas

Nessa categoria, cujo objetivo é tratar de elementos do patrimônio cultural de Cabo Frio, tivemos três trabalhos de pesquisa realizados por dois grupos, além de um trabalho individual.

O primeiro deles, desenvolvido individualmente, tratou da história do Museu de Arte Religiosa Tradicional e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, tratando um pouco a respeito da sua história, da fundação pelos frades franciscanos até o seu tombamento pelo IPHAN na segunda metade do século XIX. A pesquisa também aborda um pouco a respeito de sua arquitetura e das obras de arte religiosa presentes no convento e que compõem o acervo do museu.

O trabalho encerra com uma breve reflexão a respeito da importância da obra para a história de Cabo Frio, como representante edificado do passado local, além de valorizar a sua arquitetura franciscana colonial e evidenciar a presença do museu e de seu acervo como espaço de representação do passado.



Figura 6: Imagem da pesquisa sobre o Convento Nossa Senhora dos Anjos. Acervo pessoal.

Charitas

O segundo trabalho foi realizado em grupo e tratou da história do Charitas, local fundado em 1837, durante o período regencial, para abrigar uma casa de caridade para crianças abandonadas. Seguindo a proposta de pesquisar a respeito de patrimônios culturais na cidade, o grupo desvincula-se dos patrimônios com informações detalhadas no guia e aborda o local em que atualmente funciona a casa de cultura José de Dome, espaço pertencente ao poder público municipal e que promove seminários, oficinas, palestras, apresentação de música, dança e esquetes teatrais.

No trabalho, o grupo evidenciou a importância do local para a história da cidade através do seu uso no passado, como lugar de abrigo para órfãos, e a sua posterior ressignificação nos século XX, como espaço municipal de fomento a práticas culturais na cidade.

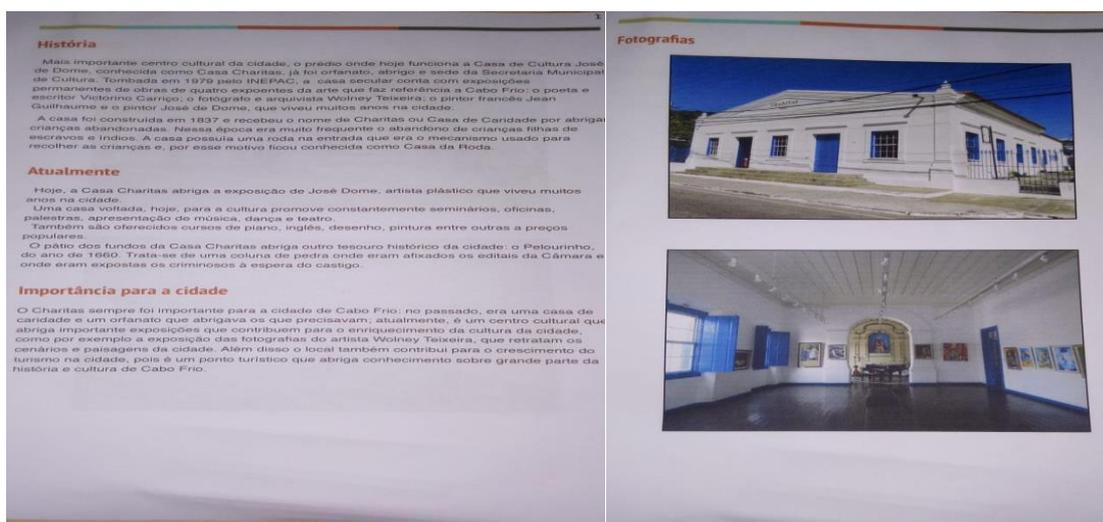


Figura 7: Imagens da pesquisa sobre o CHARITAS, atual Casa de Cultura José de Dome. Acervo pessoal.

A terceira pesquisa seguiu a sugestão da oficina Celebrações e Cultura da Cidade. O grupo de estudantes fez uma pesquisa a respeito do poeta local Antônio Gonçalves Teixeira e Souza (1812-1861), personagem importante na história e cultura local, que, no período do Romantismo, atuou como romancista, teatrólogo e novelista, pertencente à primeira fase desse movimento, apresentando uma literatura que abordava questões relacionadas ao amor e a aspectos do cotidiano.

Nessa atividade, os alunos, além de apresentarem aspectos gerais da ligação de Teixeira e Souza ao Romantismo, trouxeram reflexões a partir da reprodução do poema “Os três dias de um noivado”.

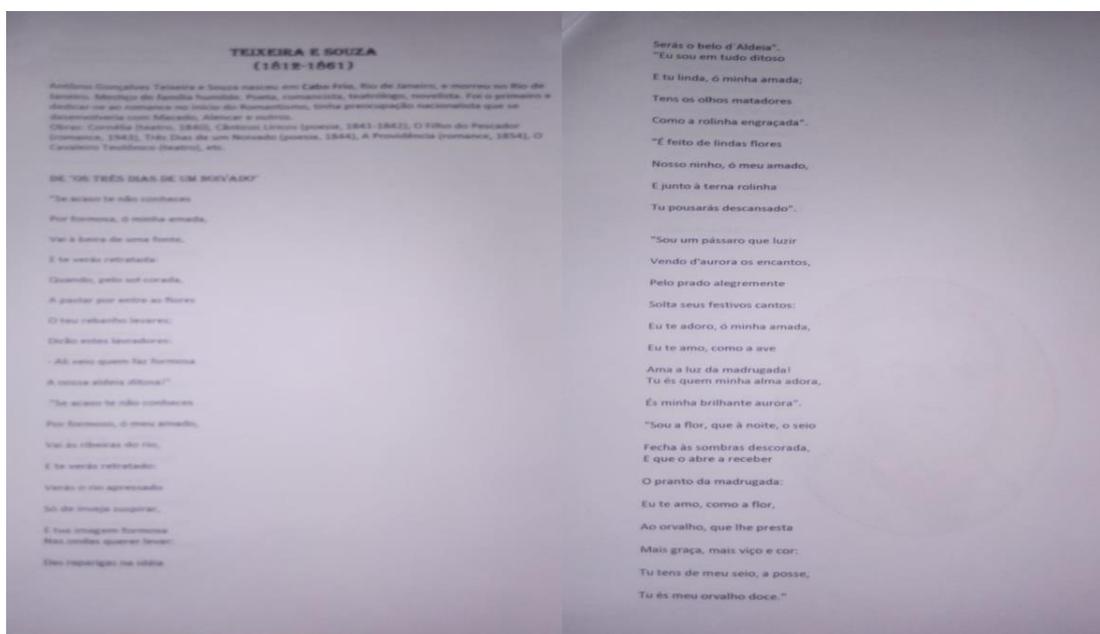


Figura 8: Imagens da pesquisa a respeito do poeta Teixeira e Souza e de seu poema ‘Três dias de um noivado’. Acervo pessoal.

Analisando as três pesquisas, percebemos diferentes olhares a respeito do patrimônio histórico cabofriense. O primeiro trabalho abordou aspectos do Convento Nossa Senhora dos Anjos, local tombamento pelo IPHAN; a segunda, a respeito do Charitas, local que no passado servia para abrigar órfãos e que atualmente atua como espaço público de fomento a práticas culturais diversificadas; e, por último, a terceira, apresentou uma abordagem sobre uma personalidade histórica local, o poeta romântico Antônio Gonçalves Teixeira e Souza, e sua importância como intelectual no contexto do século XIX.

Observando os trabalhos em conjunto, podemos situá-los como materiais didáticos alternativos, que poderiam compor em seu conjunto com as outras atividades desenvolvidas pelas oficinas, identificar fontes, captar conteúdos e recriar histórias que ajudariam a formar uma ambiência didática que pudesse contribuir na área de educação histórica (SCHMIDT, 2016).

3.7.2 Os mapas conceituais

A segunda sequência de trabalhos realizados pela turma foi os chamados “mapas conceituais”⁷⁰, abordando elementos do patrimônio cultural local. Para isso, produções realizadas em grupos e uma produção individual, buscando formar diagramas de significados através de relações significativas em torno dos assuntos estudados no mapa histórico interativo, além das oficinas propostas.

Os mapas conceituais são diagramas indicando relações entre conceitos ou entre palavras, que podem ser usada para representar conceitos (MOREIRA, 2012), É uma ferramenta de estudo que desafia a construção e a estruturação do conhecimento fazendo com que, aquele que está a aprender, relacione o que conhece significando as novas informações (GODOY, p.1, 2017).

O primeiro trabalho de mapa conceitual elaborado foi feito individualmente e foi dividido em dois mapas conceituais: um a respeito do Convento Nossa Senhora dos Anjos; e outro, do museu de arte sacra instalado no convento. Utilizando diagramas, imagens e pequenas frases explicativas, esse trabalho organizou os conceitos compreendidos na explicação do professor, das informações do guia virtual e da pesquisa feita de maneira objetiva e direta.

Outro ponto interessante desse mapa conceitual foi a perspectiva que o aluno teve de procurar fazer um tratamento visual no trabalho que pudesse dar um ar de documento histórico, queimando as pontas das folhas e realizando a imersão de um dos mapas conceituais em uma solução a base de café para caracterizar a aparência de documento antigo. O tratamento dado a esse trabalho, conferindo um ar de antiguidade fabricada de um documento antigo, permite pensar esse trabalho dentro de uma perspectiva de produção de um simulacro que pode ser relacionado à idéia de construção de arquivos simulados que, dentro da carência de acesso de fontes primárias que pudessem ser manuseadas pelos alunos em sala de aula, trabalhos dessa natureza poderiam trazer uma sensação de proximidade entre o trabalho do historiador por meio do manuseio de fontes históricas. (SCHMIDT, 2014)

⁷⁰A idealização do mapa conceitual como método de organização administrativa de conteúdos surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos, através do professor e educador Joseph Donald Novak, que apresentou um esquema de organização do conceito de um determinado assunto. (GODY, p.1, 2017)



Figura 9: Mapas conceituais ilustrados com tratamento de envelhecimento realizado pelo aluno. Acervo pessoal.

O segundo e terceiro mapas conceituais tratam do mesmo tema, o forte São Mateus. Foram produzidos em dois grupos que buscaram, em sua elaboração, a fixação dos conteúdos, no intuito, de sistematizar o processo de ensino e aprendizagem realizado por meio das aulas teóricas administradas pelo professor, sua pesquisa e informações presentes no guia de visitação virtual usado como parâmetro para produção dos trabalhos.

O uso dos mapas conceituais no estudo de patrimônios históricos locais permite dar consistência para os discentes das informações e abstrações dos textos históricos produzidos a respeito desses bens culturais, tendo como mediador o professor no ambiente escolar, contribuindo na formação de sentido, conhecimento e respeito ao patrimônio (MATTOZZI, 2008).

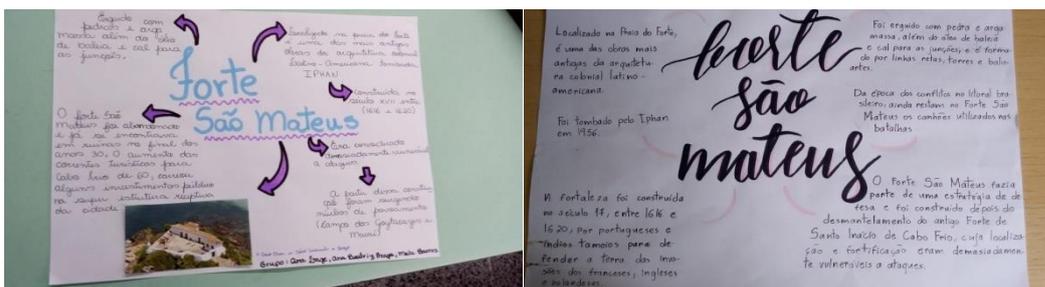


Figura 10: Mapas mentais que tratam a respeito do Forte São Mateus. Acervo pessoal

O último mapa conceitual trata a respeito de mitos e lendas de Cabo Frio. O trabalho foi realizado em grupo e seguiu os moldes dos anteriores. No centro, o título em destaque, seguido de lendas de Cabo Frio, destacados em diferentes espaços do trabalho, tendo uma ilustração da mula sem cabeça ao centro.

Pesquisando a respeito dos mitos e lendas locais, o grupo selecionou cinco personagens que fazem parte do folclore local: a mãe-do-ouro, a luz da tabua dos Soares, cruz da cabocla, a mula sem cabeça e a procissão das almas. Esses personagens do folclore local, presentes no imaginário dos moradores mais antigos da cidade e que permanecem na memória coletiva da cidade, tratam de diferentes expressões de uma religiosidade popular.

A mãe-do-ouro é descrita como uma bela mulher de cabelos compridos ou como uma bola de luz semelhante aos cometas, que tem o poder de voar, descobrir tesouros e também ser associada à proteção dos rios, montanhas e das mulheres, atuando nas noites sem lua e estreladas. A luz da taboa de Soares é associada no folclore local a uma luz misteriosa que aparece à noite nas praias de Cabo Frio, desde o período colonial, sendo dito que essa luz seria a alma de um jesuíta que, fugindo de uma perseguição, teria se escondido na localidade Tábua dos Soares e que, tendo morrido, passou a assombrar a localidade. A cruz da cabocla é uma lenda local que fala da alma de uma índia que teria morrido em um naufrágio em Cabo Frio, e sua alma assombraria os moradores locais entre o período das onze horas da noite até o terceiro canto do galo. Outro conto do folclore local é o da mula sem cabeça, que assombrava a população com seu galope forte e o fogo que saía do local em que seria a sua cabeça (na tradição oral desse mito, os moradores antigos relatam que, antes da chegada da energia elétrica em Arraial do Cabo, era comum a sua aparição nas noites de quinta-feira). O último dos mitos relatados no mapa conceitual trabalhado por esse grupo é a procissão das almas, que trata de uma lenda a respeito de uma misteriosa procissão que passaria entre o final de tarde e o início da noite pela cidade e que, aquele que aceitasse a vela dada na procissão, quando acordasse no dia seguinte encontraria um par de ossos.

Esse trabalho a respeito do folclore local realizado pelo grupo, com auxílio do modelo de mapa conceitual, é muito interessante dentro da proposta de estudo dos patrimônios culturais, pois permite conhecer fragmentos da cultura local, hábitos, expressões de religiosidade popular, numa recorrência a mitos e lendas presentes no imaginário social da cidade de Cabo Frio, constituindo elementos que compõem uma memória coletiva.

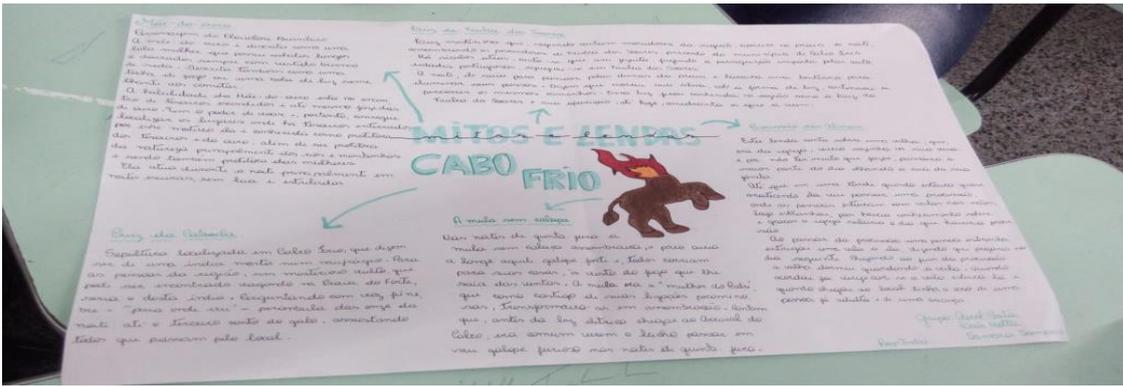


Figura 11: Mapa conceitual a respeito de mitos e lendas em Cabo Frio. Acervo pessoal

3.7.3 Reprodução e territorialização do patrimônio histórico: entre o cartaz e a maquete

A terceira sequência de trabalhos está relacionada a algum tipo de reprodução dos patrimônios históricos locais realizados por dois grupos que abordaram em seus trabalhos a Igreja Nossa Senhora da Assunção. Um deles teve como suporte textual um cartaz, enquanto que o outro uma maquete, possibilitando a identificação de alguns dos patrimônios históricos trabalhados no mapa histórico interativo.

O cartaz produzido trata a respeito da igreja Nossa Senhora da Assunção, conhecida entre os católicos da cidade, como a igreja matriz. No trabalho, os alunos produziram um pequeno texto, contando brevemente alguns aspectos a respeito da história desse templo religioso, desde a fundação em 1663. Na apresentação, abordagens sobre sua arquitetura de origem colonial e acervo, além da reprodução de um desenho da Igreja, uma ilustração desenvolvida pelos próprios alunos.

Essa reprodução por parte dos alunos em um cartaz permite múltiplas possibilidades de recurso didático a ser utilizado em sala de aula. O cartaz pode ser usado como meio de divulgação e propagação na comunidade escolar do patrimônio estudado para tomada de consciência e reconstruções de experiências (MATTOZZI, 2008). Tal suporte textual pode ainda servir como elemento de exposição dentro da escola, para suprir a carência de informações, dificuldade de acesso ou o uso de fontes nos moldes dos arquivos simulados (SCHMIDT, 2014), além de ser um ponto de partida para aprendizagem histórica local (CAIMI, 2013).

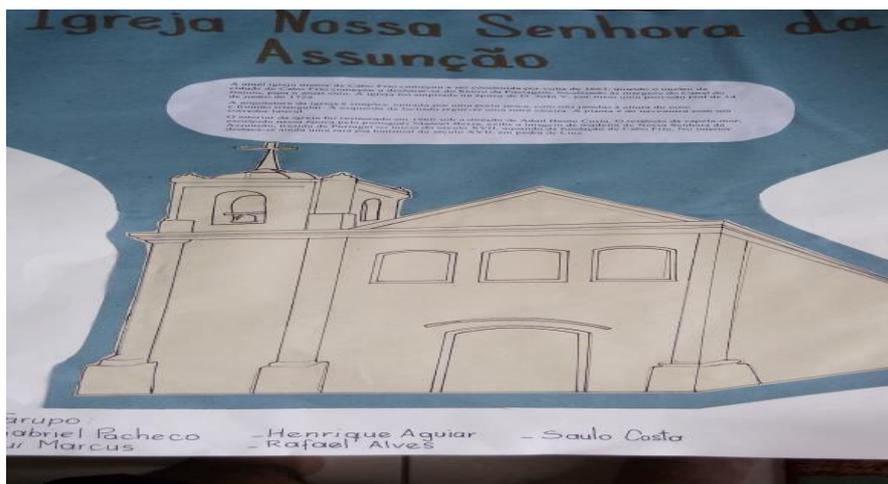


Figura 12: Trabalho com uma reprodução da Igreja Nossa Senhora da Assunção. Acervo pessoal.

O último trabalho realizado foi uma maquete da cidade de Cabo Frio com a indicação de alguns dos patrimônios históricos culturais que foram destacados pelo grupo. Utilizando a mesma perspectiva presente no guia interativo, os alunos produziram uma réplica em uma linguagem cartográfica em que foram identificados, com imagens, os patrimônios edificados relacionados com a história local, tais como a capela de Nossa Senhora da guia, a igreja de Nossa Senhora da Assunção, a igreja de São Benedito, o Morro do Arpoador que foi o local de criação do antigo Forte Santo Inácio, o Forte São Mateus e a Fazenda Campos Novos, esta última criada pela ordem dos jesuítas.



Figura 13: Maquete representando da cidade de Cabo Frio com a identificação de seus patrimônios históricos.

O uso da maquete pode ser pensado dentro da perspectiva de um mapa espaço-temporal, no qual esse tipo de representação histórico-espacial realizada pelo grupo pode trazer conhecimentos prévios que sofrem um processo de ordenamento e sistematização do passado, permitindo uma narrativa dos patrimônios históricos a partir de sua territorialização (MATTOZZI, 2008).

Analisando a maquete, percebemos a ausência do Convento Nossa Senhora dos Anjos, local onde funciona o Museu de Arte Religiosa Tradicional – MART. Na ocasião, o grupo foi questionado sobre o porquê dessa ausência, já que esse bem edificado é o local do único espaço museológico federal na cidade e também um bem tombado pelo IPHAN, e, além disso, a turma, ao produzir os trabalhos, teve acesso ao mapa histórico interativo, podendo utilizar as informações presentes no guia virtual de visita para auxiliar na produção realizada por eles. O grupo em questão argumentou que, no entendimento deles, a representação da capela de Nossa Senhora da Guia, representava o conjunto religioso como um todo e, em razão disso, não realizaram a identificação do Convento Nossa Senhora dos Anjos em separado na maquete.

Observando a maquete e o próprio guia de visita virtual, que tem como forma de representação os patrimônios históricos locais por meio de uma representação

cartográfica de Cabo Frio, permitindo através dos traçados das ruas, praças, mapas, monumentos e imagens uma escrita da cidade que carrega a marca do visual. Esse tipo de linguagem presente no trabalho permite que o usuário do guia possa experimentar diferentes sentidos e usos do espaço urbano da cidade, tendo como apoio o patrimônio cultural expresso por suas edificações e expressões culturais em lugares, territorialidades e imagens da cidade (NOGUEIRA, 2015).

O estudo do patrimônio histórico local por meio do mapa histórico interativo, permite o acesso a informações sobre esses bens culturais na cidade de Cabo Frio, seu processo de patrimonialização e os diferentes usos e atribuição de valores que esses objetos tiveram ao longo do tempo. Contribuiu ainda para a compreensão de que esses artefatos da cultura local possam ser entendidos como “mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres” (GONÇALVES, p. 17-18, 2005).

Vale destacar que o estudo da história local, tendo com suporte o guia de visitação virtual e a aplicação de suas oficinas no meio escolar, permitem perceber a transposição didática entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar, tendo o uso do mapa histórico como uma estratégia de ensino que permite criar conexões cognitivas e afetivas, a partir de suas vivências culturais, com possibilidades de desenvolver atividades vinculadas com a vida cotidiana, saindo do rol de conteúdos que normalmente são trabalhados em sala de aula e que tratam de temas desvinculados com a realidade dos estudantes e pelo qual eles não têm identificação e sentimento de pertença (CAIMI, 2013; MONTEIRO; 2007; SCHMIDT, 2016).

O uso de tecnologias digitais no ensino da história, por meio do mapa histórico interativo como veículo de informações a respeito da história local, como estratégia de ensino a ser aplicada em sala de aula e na ajuda para suprir uma carência de matéria a respeito da história de Cabo Frio, atende a uma necessidade fundamental de ação da escola em tempos contemporâneos. Em outras palavras, é preciso “tornar o ambiente escolar e os conteúdos necessários para a vivência social interessante e importante para os jovens, em linguagens que, uma vez de serem configuradas em formas ultrapassadas pelos jovens, representem novas maneiras de se comunicar e ensinar no interior da escola” (ARRUDA, p.51, 2013).

3.8 Mapa histórico interativo de Cabo Frio: aplicando oficinas do guia digital no cotidiano escolar

A construção do mapa histórico interativo foi um processo árduo, que envolveu múltiplas competências, que vão do campo do conhecimento historiográfico, passando pelo saber escolar, pelo saber docente⁷¹, no trato com tecnologias de informação a partir do uso da plataforma Prezi e, a mais difícil de todas, a aplicação das oficinas didáticas produzidas no guia de visitação virtual em uma turma de alunos do segundo ano do Ensino Médio, no Colégio Franciscano Sagrado Coração de Jesus, em Cabo Frio.

O guia de visitação virtual é visto dentro de uma perspectiva de um processo educativo que envolve questões relativas à transposição didática e as mediações entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano (MONTEIRO, 2007), através da proposta de produção de um guia que atenda diferentes públicos, sejam do ambiente escolar ou fora deles, que possam acessá-lo através da internet, fazendo uma narrativa que utilize conhecimentos produzidos pelos saber científico historiográfico, mediado por uma linguagem acessível que possa fazer uma interlocução entre o esse conhecimento, com o conhecimento produzido no meio escolar e ajudar na prática docente com informações importantes a respeito da história local que possam ser utilizados por docentes das redes públicas e privada em Cabo Frio.

Outra perspectiva importante do mapa histórico interativo é o uso de suas oficinas no meio escolar. A partir desse recurso, é possível mediar conhecimentos sobre os patrimônios históricos presentes na cidade, bem como o estudo desses bens culturais no ambiente escolar.

O estudo do patrimônio histórico no meio escolar está em consonância com a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que enfatizam a importância do estudo patrimônio histórico como meio de divulgação do acervo cultural produzido nos estados e municípios, sua pluralidade cultural e a importância dessa temática a fim de desenvolver nos educandos e cidadãos a consciência de preservação desses bens culturais (ORIÁ, 2018).

⁷¹Ana Maria Monteiro, na obra “Professores de História entre saberes e práticas”, trabalha a questão da problematização das relações dos professores de História com os saberes que ensinam, discutindo as categorias de saber escolar, como o conhecimento com configuração cognitiva própria em relação ao saber científico de referência e o saber docente, que é relação dos docentes com os saberes que dominam para poderem ensinar, a partir de saberes práticos. A utilização dessas categorias é fundamental para a compreensão dos processos reprodução e produção de saberes no âmbito escolar.

A aplicação das oficinas ocorreu em uma turma do segundo ano do Ensino Médio do Colégio Franciscano Sagrado Coração de Jesus em Cabo Frio, durante os meses de Agosto e Outubro de 2018, nas dependências do colégio. A escolha da instituição de ensino se dá por diferentes motivos: infraestrutura para utilização dos recursos digitais exigidos pelo mapa interativo, carga horária da disciplina na série escolhida, ordenamento dos conteúdos programáticos de história nessa turma que estava adiantada em relação às demais turmas em trabalho e receptividade dos discentes quando consultados a respeito do interesse na aplicação do produto.

Vale ainda dizer que a história do Colégio Franciscano Sagrado Coração de Jesus está diretamente implicada com a história de Cabo Frio. Seu marco é a chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus em 1921, a convite de pessoas ligadas ao Centro Salineiro e à paróquia da cidade. As irmãs tinham como intenção abrir um externato para crianças de ambos os sexos, estabelecendo-se em uma casa na Avenida Assunção e passando a lecionar em um espaço situado no fórum. Com o passar dos anos, as religiosas adquiriram um terreno na Avenida Nilo Peçanha, local em que foi construído o prédio que deu origem à escola (CARVALHO, 2010)

O Colégio Sagrado Coração de Jesus é uma instituição voltada para educação básica, compreendendo da Educação Infantil ao Ensino Médio, tendo em seu escopo, além das disciplinas obrigatórias exigidas por lei, diversas atividades extracurriculares como coral, aulas de robótica, escolinhas de futsal e handebol, judô, capoeira, teatro e catequese. Essa gama diversificada de disciplinas escolares e de atividades pedagógicas voltadas para o ensino, assim como a presença do corpo técnico-administrativo, equipe pedagógica, professores e alunos, formam uma cultura escolar própria (JULIA, 2001)⁷².

As oficinas propostas para os alunos estão presentes no mapa histórico interativo e têm como principais objetivos levar os discentes a instrumentalizar os conhecimentos adquiridos por meio do guia de visitação, do conhecimento mediado pelos professores de história ou de outras áreas que trabalham a questão da história local e patrimonial. Além disso, são considerados o conhecimento próprio do sujeito, que traz consigo, a partir de suas relações sociais do cotidiano, no meio familiar, amigos, mídias e meios de comunicação.

⁷²Entendemos cultura escolar como: “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. In: Julia, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. Revista brasileira de história da educação. Nº 1. 2001. P: 9. Maringá. In: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>. Acessado em 20/12/2016.

Outros objetivos que acreditamos possam ser facilitados com a utilização do mapa é a possibilidade de ampliar, selecionar e sintetizar seus conhecimentos, por meio de um exercício de criação, interpretação e recriação de narrativas, além de realizar releituras dos bens patrimoniais estudados, com auxílio de maquetes, desenhos, mapas mentais ou outras atividades desenvolvidas (SCHMIDT, 2016).

Por fim, reitera-se que o estudo do patrimônio histórico e da história local de Cabo Frio por meio do mapa histórico interativo aproxima o conhecimento acadêmico produzido pela historiografia, com o conhecimento produzido no meio escolar e a mediação feita pelo professor. Assim, ressalta-se que a interlocução entre esses diferentes campos de saberes e conhecimento, via transposição didática, mostra-se bastante relevante para a oferta de saberes sobre a história local e uma melhor aprendizagem nos espaços escolares.

Conclusão

O estudo dos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio, tendo como principais referenciais o forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos demonstraram que o tombamento efetuado na cidade entre as décadas de 1950 e 1960, seguiu a procedimentos típicos do contexto histórico em que foi efetuado obedecendo a critérios do corpo técnico do instituto que tinha como ênfase o tombamento de bens edificados que tivessem uma relação com uma narrativa histórica de caráter nacional e que estivessem de alguma maneira ameaçados.

Ao longo do trabalho procuramos evitar cair na cilada de entender o patrimônio histórico como algo dado, extemporâneo ou concedido através do poder público por órgãos responsáveis por legitimar uma determinada história local e mostrar que o processo de patrimonialização é uma atribuição de valores que pode ou não ter ressonância e reconhecimento junto à população.

O estudo do patrimônio como processo de atribuição de valor e significado a bens e práticas culturais, demonstra um processo de enquadramento de memória em que determinados acontecimentos históricos são alçados a uma categoria de destaque dentro da sociedade e passam a ser evidenciados como espaços representativos de uma identidade local e por vezes até nacional, dependendo dos interesses que estejam envolvidos.

Percebemos ao longo do trabalho a dificuldade em elaborar estudos sobre história local, devido à escassez das fontes e da produção historiográfica, tendo muitas vezes que recorrer como recurso de informações sobre a história de Cabo Frio livros publicados por memorialistas ou intelectuais locais que por não serem historiadores de ofício, muitas vezes não tinham a prática da crítica das fontes e traziam em suas narrativas a exaltação de figuras de destaque na política e na sociedade local ou traziam no bojo de seus escritos mais a preocupação com uma história encadeada cronologicamente em que os fatos eram uma sucessão de eventos pretéritos que culminaram no presente.

A escassez de fontes sobre a história local tornou-se um elemento importante para que fosse produzido um guia interativo para o estudo dos bens históricos tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, trazendo informações sobre esses lugares de memória e aplicação desse material didático em sala de aula como recurso de estudos sobre a história do Brasil Colônia através de elementos que pudessem ser relacionados com a

história local, contribuindo para a criação de uma identidade entre os alunos com a história de sua cidade.

O uso do guia histórico interativo contribui para ajudar a desmitificar a idéia de que a história local é um apêndice da história nacional ou reduzir a distância entre o conhecimento histórico trabalhado em sala que muitas vezes é descolado com a realidade local dos alunos, criando com isso sentimentos de pertencimento entre o conhecimento histórico trabalhado em sala de aula e a história local.

O estudo do patrimônio cultural de Cabo Frio através do guia histórico interativo contribui para o desenvolvimento de uma educação voltada para o patrimônio, na qual o conhecimento sobre os bens culturais da localidade permite conhecer a respeito do território em que estão situados e os problemas de sua gestão, contribuindo com a possibilidade de ajudar na formação de cidadãos conscientes, interessados e críticos.

A confecção do guia histórico, com suas informações a respeito da história local e suas oficinas permite aos alunos a possibilidade de conhecerem um pouco do espaço que eles vivem e terem contato com problemáticas envolvendo tensões a respeito da manutenção desses patrimônios históricos em que a sua criação, manutenção, ampliação ou até mesmo negligências faz parte de um processo de disputas de memória entre a população local que tem interesses variados na preservação ou não desses bens edificados de acordo com o crescimento urbano, imobiliário e financeiro sofrido pela cidade e os órgãos estatais como o IPHAN que regulamentam e criam políticas de preservação que visam evidenciar esses espaços como representativos de uma memória coletiva.

As informações presentes no guia e suas oficinas permitem que professores e alunos possam criar no ambiente escolar um acervo a respeito dos patrimônios históricos presentes em Cabo Frio, produzindo um manancial de informações que possam ser utilizados como meio de transposição didática entre o conhecimento produzido por memorialistas, historiadores e outras fontes e a escola que pode utilizar essas informações como estratégia de ensino e transformar esse conhecimento em um saber histórico escolar.

A construção do mapa histórico interativo e sua aplicação em sala de aula foi um processo que impactou a prática pedagógica na medida em que envolveu múltiplas competências, que vão do campo do conhecimento historiográfico, passando pelo saber

escolar, pelo saber docente, no trato com tecnologias de informação a partir do uso da plataforma prezi e aplicação das oficinas didáticas produzidas no guia de visitação virtual em uma turma de alunos do segundo ano do ensino médio.

Outro impacto na prática pedagógica foi a possibilidade de trabalhar conteúdos clássicos de história do Brasil a partir da perspectiva da história local, permitindo que o alunos percebessem que na sua realidade tem elementos que possam contribuir para o entendimento da história nacional e da sua cidade por meio dos patrimônios históricos.

O uso do guia histórico de visitação por parte de alunos, professores ou outros segmentos sociais possibilita que diferentes públicos possam ter acesso a informações a respeito da história local através de seus patrimônios históricos e desenvolverem práticas pedagógicas por meio de suas oficinas.

Esse produto pode ser um importante recurso pedagógico para o estudo da história local e por estar estruturado através de uma plataforma virtual acessível pela internet permite a sua contínua atualização e a incorporação de pesquisas realizadas posteriormente em sala por alunos e docentes levando a um processo de construção permanente dos seus objetos de estudo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA DO MATERIAL APRESENTADO

1-Fontes:

1.1 Arquivo Noronha Santos

1.1.1 Processos de tombamento

0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte.

0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio.

1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

2- Artigos e Obras gerais:

ABREU. Capistrano de. *Capítulos da história colonial. 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

ABREU, Martha. *Cultura política, historiografia e ensino da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ACCIOLI, Nilma Teixeira. José Gonçalves da silva à nação brasileira: o libelo de defesa de um traficante de escravos. Revista: *Semioses*, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p.8-13. 2013. Disponível em [file:///C:/Users/Andr%C3%A9%20Luiz/Downloads/548-1412-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Andr%C3%A9%20Luiz/Downloads/548-1412-1-SM%20(1).pdf). Acessado em 20/07/2017.

AGUIAR, Leila Bianchi. Porto Seguro – BA. In: PESSÔA, José. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.p.150-157.

_____. Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais. Revista: *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, n. 13, p. 79-89. 2015

_____. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.29, nº 57. p.87-106. 2016.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Cultura e ensino de história na perspectiva das redes sociais e do ciberespaço. In SILVA, C.B da S.; ZAMBONI, E. (org.) *Ensino de história e culturas*. Curitiba: CRV, 2013.

BENSA, Alben. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Fundação Getúlio Vargas Editora:Rio de Janeiro, 1998.

BERANGER, Abel. *Dados Históricos de Cabo Frio*. 3.ed. Cabo Frio: Comissão Executiva do Projeto Cabo Frio 500 Anos de História. 2003.

BEZERRA, Jorge Luis de Medeiros. *Educação Patrimonial: novas perspectivas para o ensino de História*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino da História) – Universidade Federal de Tocantins. Tocantins, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. *HISTÓRIA*, São Paulo, nº 27, vol. 1, 2008. p.29-49.

BITTENCOURT, Armando de Senna. *Introdução à história marítima brasileira*. — Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf>. Acessado em: 20/07/2017.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAIMI, Flávia Eloisa. CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: o ensino da história e a construção dos discursos identitários. In SILVA, C.B da S.; ZAMBONI, E. (org.) *Ensino de história e culturas*. Curitiba: CRV, 2013.

CAMPOS, Fernanda da Silva. *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ESTUDO DA MEMÓRIA AO PERTENCIMENTO*. Disponível em:

<http://bd.centro.iff.edu.br/bitstream/123456789/925/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20PATRIMONIAL.pdf>. Acessado em 20/07/2017.

CANDAU,Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto. 2014

CATROGA, Fernando. *Memória, história, historiografia*. Coimbra:Quarteto,2001.

CASTRO. Adler Homero Fonseca de. Amadores pensam em estratégia, gerais em logística: o exército como mercado consumidor. XXVIII – *Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434169485_ARQUIVO_Generais.pdf. Acessado em 20/07/2017

CHAGAS, Mário. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. IPHAN. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf. Acessado em 25/08/2018.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

CORREA, Gabriel Duarte. *Cartografando percepções: o uso de mapas mentais como ferramenta para o estudo dos problemas socioambientais do município de Campos dos Goytacazes/RJ*. Disponível em: <http://bd.centro.iff.edu.br/bitstream/123456789/1877/1/Texto.pdf>. Acessado em 26/07/2018.

COSTA, Fernando Sánchez Costa. “La cultura histórica. Uma aproximación diferente a la memoria coletiva. In *passado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 8, 2009, pp. 267-286.

COSTA, Gerson Eduardo da. *A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local*. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2016.

CUNHA, Márcio Werneck da. *Relatório sobre monumentos e espaços culturais em Cabo Frio*. Disponível em <http://acervomarciowerneck.com.br/cmdownloads/relat%C3%B3rio-sobre-monumentos-e-esp%C3%A7os-culturais-de-cabo-frio/>. Acessado em 21/07/2017.

DAHER, Andrea. “Objeto cultural e bem patrimonial: representações e práticas”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 113-130.

DAMASCENO, Meri. *Água seu curso na História: Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande*. Cabo Frio: Gráfica Editora Região. s.d.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, André Pinto. *Usina São João: história, memória e patrimônio no ensino da história*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

FERNANDES, Cybele Vidal. *Considerações sobre o espaço na obra franciscana no Brasil*. 2013, CEPES. Porto – Portugal. Disponível: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portugal/pt/obras/os-franciscanos-no-mundo-portugues-iii-o-legado-franciscano/consideracoes-sobre-o-espaco-na-obra-franciscana-no-brasil>. Acessado em : 01/08/2017.

FONSECA, Adler Homero da. Regatando o passado. *Revista da Cultura*, Ano: XI, nº 20. Disponível em http://www.funceb.org.br/images/revista/23_7u5y.pdf. Acessado em 20/07/2017.

_____. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural, *Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Turismo em fortificações*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.08-22, out. 2013. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/903>. Acessado em 20/07/2017.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. *História Oral*, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

FREIRE, J. R. Bessa e MALHEIROS, Márcia F. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

FRAGOSO, João. *A economia colonial brasileira: séculos XVI – XIX*. São Paulo: Atual, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual, 2000.

GABRIEL, Carmen Teresa. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GODOY, Lilian Miranda. *O uso dos mapas conceituais no 3º ano do ensino fundamental I*. s.d. p. 1-20. Trabalho de Conclusão de curso no curso de Pós-Graduação lato sensu em Ciências e Tecnologia. Centro Tecnológico de Joinville, UFSC, Joinville. s.d. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182291/Lilian%20-%20Artigo%20Final%20P%C3%B3s%20revisado%20Banca.pdf?sequence=1>.

Acessado em 25/08/2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GONÇALVES, Márcia de Almeida; FIGUEIREDO, Haydée; REZNIK, Luís. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História/Departamento de Ciências Sociais*. IJUÍ: Ed. Unijuí, 2000. Disponível em: www.historiadesaogonçalo.pro.br. Acessado em 25/09/2018.

_____. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, A. M. F. C.; GASPARELLO, Arlete M., MAGALHAES, Marcelo de S.(orgs). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

GOUBERT, Pierre. História Local.(Trad. Marta M. Lago) In: *Historical Studies Today*. Ed. By Felix Bert and Stephen R. Graubart.N.Y.Norton& Co., 1972.

GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1688-1777). *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. p.23-45.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “ História, memória, patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 91-112.

_____. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [*Time, History and the writing of History* - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996].Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>> Acessado em 19/01/2017.

_____. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOORNAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil Colônia: 1500 – 1800*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *Educação Patrimonial*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/educacao_patrimonial.pdf. Acessado em 20/08/2018.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acessado em 26/02/2017.

IPHAN: *Informações sobre bens tombados em Cabo Frio* – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acessado em 26/02/2017.

JULIA, Dominique. “ A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista brasileira de história da educação*. Nº 1. 2001. P:9. Maringá. In:

<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>. Acessado em 20/12/2016.

JUNIOR, Acioli Gonçalves da Silva. *Educação Patrimonial, história local e ensino da história: uma ferramenta para o trabalho docente*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Niterói, UFF. 2016.

KOSHIBA, Luiz. *O índio e a conquista portuguesa*. São Paulo: Atual, 1994.

LABOURDETTE, Jean-François. *História de Portugal*. Alfragide (Portugal): Dom Quixote, 2008.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é Patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na História*. In: Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.77-102.

LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In: BURKE, Peter . (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOPEZ, Adriana. *Franceses e tupinambás na terra do Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

LOWENTHAL, David. *Como conhecer o passado*. *Projeto História*, São Paulo, v.17, novembro, 1998, p. 63-201.

MASTRANTONIO, Thiago Maciel; DUARTE, G.D. Uma proposta de utilização de mapas conceituais no processo de ensino e de aprendizagem de história no sétimo ano do ensino fundamental. In: *EDUCERE – VIII Congresso Nacional de Educação, 2008, Paraná, PUCPR*. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25872_12413.pdf. Acessado em 25/10/2018.

MARTINS, Francisco José Corrêa. *A Representação cartográfica de fortificações ao longo do tempo: o caso do Rio de Janeiro*. *3º Simpósio Brasileiro de Cartografia*

Histórica. Belo Horizonte, 2016 – Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/2FranciscoMartins_3SBCH.pdf. Acessado em 20/07/2017.

_____. “*Jeitinho Carioca(?)*”: *A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu sistema defensivo em três momentos distintos do período colonial*. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/106/Trabalho-FJCM-2013def.pdf>. Acessado em 20/07/2017.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. *A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana em Viçosa – MG, entre 1980 e 2010*. Viçosa, MG, 2016.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de história e educação para o patrimônio. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, 2008.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de Medeiros. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. *Revista Urutágua*. Nº 21, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704>. Acessado em 01/08/2017.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. *Professores de história: entre saberes e práticas* – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.13, nº 25/26 – p. 143-162. 1992/1993.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p.37-53. 2015.

NORRA, Pierre. “ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em 20/01/2017.

ORÍ, Ricardo. *Educação Patrimonial: conhecer para preservar*. Disponível em: <http://aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acessado em 12/10/2018.

PEREIRA, Railane Antunes. *Educação patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. CIDADE, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE AMEMÓRIA E O PATRIMÔNIO URBANO. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In *Revista Estudos Históricos*. V,2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. In *Revista Estudos Históricos*. V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. “A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 27-44.

REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. Francisco da Mesquita, Engenheiro – mor do Brasil. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, 1945. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf. Acessado: 20/07/2017. (INTEIRA?)

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1895. (Numero inteiro ou um artigo)

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local?. Apresentado: *V Taller Internacinal de Historia Regional y Local*. Havana/ Cuba, 2002. Disponível em http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf. Acessado em 22/06/2018.

_____. Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005. p. 1-8.

_____; ARAÚJO, Marcelo da Silva. Imagens constituindo narrativas: fotografia, saúde coletiva e construção da memória na escrita da história local. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.14,n.3, p.1013-1036,2007.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *Cabo Frio : 400 anos de história, 1615-2015*. Brasília :ibram, 2017.

RIBEIRO, Silene Orlando. *De Índios a Guerreiros Reais: A trajetória da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio - Séculos XVII-XVII*. Niterói: UFF, 2005. Dissertação de Mestrado em História.

RIBEIRO, Wagner Costa & ZANIRATO, Silvia Helena. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. *Revista de História*158 (1º semestre de 2008), p. 277-300. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19082>. Acessado em 20/07/2017.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. *Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF*. In: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf . Acessado em 14/11/2016.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma falta. *Estudos históricos*, 1996, nº 17. p.85-91.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SCHMIDT, M. A. M. S. O ensino de historia local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A.M. / GASPARELLO, A.M. / MAGALHAES, M.S.. (Org.). *Ensino de Historia: sujeitos, saberes e práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007, v. 1, p. 187-198.

SCHMIDT, M. A. M. S. Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). *Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. 1ª ed. Natal: EDUFRRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1, p. 01-13.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e Silva. “Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro. v. 62, 3ª série, n.14, 1854. p. 206-218.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, 1991, nº 4, p.215-233.

TELLES, Augusto C. da Silva. Francisco de Frias de Mesquita – Engenheiro – mor do Brasil. *Revista da Cultura*, Ano: V, nº 9. 2005. Disponível em http://www.funceb.org.br/images/revista/18_7q5t.pdf. Acessado em 21/07/2017.

TOMAZ, Paulo Cesar. *A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil*. In: http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf. Acessado em 14/11/2016.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.